



# RELATÓRIO ANUAL 2012



**Banco de Cabo Verde**



**RELATÓRIO  
DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
RELATÓRIO E CONTAS 2012**

Banco de Cabo Verde  
Cidade da Praia  
2013

**BANCO DE CABO VERDE**

Avenida Amílcar Cabral, 27  
CP 7600-101 - Praia - Cabo Verde  
Tel: +238 2607000 / Fax: +238 2607197  
<http://www.bcv.cv>

**Edição**

Departamento de Estudos Económicos e Estatísticas  
Departamento de Contabilidade e Controlo Financeiro

**Impressão**

Tipografia Santos, Lda

**Tiragem**

200 Exemplares

## Índice

Estrutura Orgânica do Banco de Cabo Verde

Responsáveis pelos Órgãos de Gestão

### Parte I. A Economia de Cabo Verde em 2012

Avaliação Global.....	13
Capítulo 1. Enquadramento Internacional .....	15
Capítulo 2. Políticas Macroeconómicas .....	19
2.1. Política Monetária e Desenvolvimentos Monetários e Financeiros .....	19
2.2. Política e Situação Orçamental.....	25
Capítulo 3. Procura, Produção e Preços.....	29
3.1. Procura.....	29
3.2. Produção .....	35
3.3. Preços.....	38
Capítulo 4. Balança de Pagamentos .....	40
Anexos Estatísticos.....	45

### Parte II. Supervisão do Sistema Financeiro

Capítulo 5. Sistema Bancário .....	67
5.1. Estrutura do Sistema Bancário e Parabancário.....	67
5.2. Evolução do Balanço Agregado do Sistema Bancário.....	67
5.3. Regulação e Supervisão.....	70
5.4. Avaliação do Risco e da Estabilidade do Sistema Bancário.....	71
Capítulo 6. Sector Segurador .....	73
6.1 Carteira de Prémios.....	73
6.2. Resseguro Cedido .....	75
6.3. Sinistralidade .....	76
6.4. Aspectos Técnico-Financeiros .....	77
Capítulo 7. Mercado de Valores Mobiliários .....	80
7.1. Evolução do Mercado de Capitais.....	80
7.2. Modernização do Quadro Legal e Regulamentar.....	81
7.3. Actividade de Supervisão.....	82

7.4. Promoção do Mercado de Capitais .....	82
Capítulo 8. Supervisão Comportamental.....	84

### **Parte III. Outras Actividades do Banco Central**

Capítulo 9. Operações do Banco Central e Outras Actividades .....	89
9.1. Execução da Política Monetária e Gestão das Reservas Externas .....	89
9.2. Consolidação dos Sistemas de Pagamentos.....	94
9.3. Sistemas de Compensação e de Liquidação Interbancária.....	98
9.4. Emissão e Tesouraria .....	101
9.5. Estudos Económicos e Produção de Estatísticas .....	105
9.6. Planeamento, Organização e Optimização dos Sistemas de Informação.....	107
9.7. Gestão de Recursos Humanos.....	108
9.8. Contabilidade e Controlo Financeiro.....	109
9.9. Auditoria Interna .....	110
9.10. Serviços Jurídicos.....	112
9.11. Comunicação Externa e Relações Internacionais.....	112

### **Parte IV. Relatório e Contas**

Capítulo 10. Relatório e Contas.....	117
--------------------------------------	-----

## Índice de Figuras

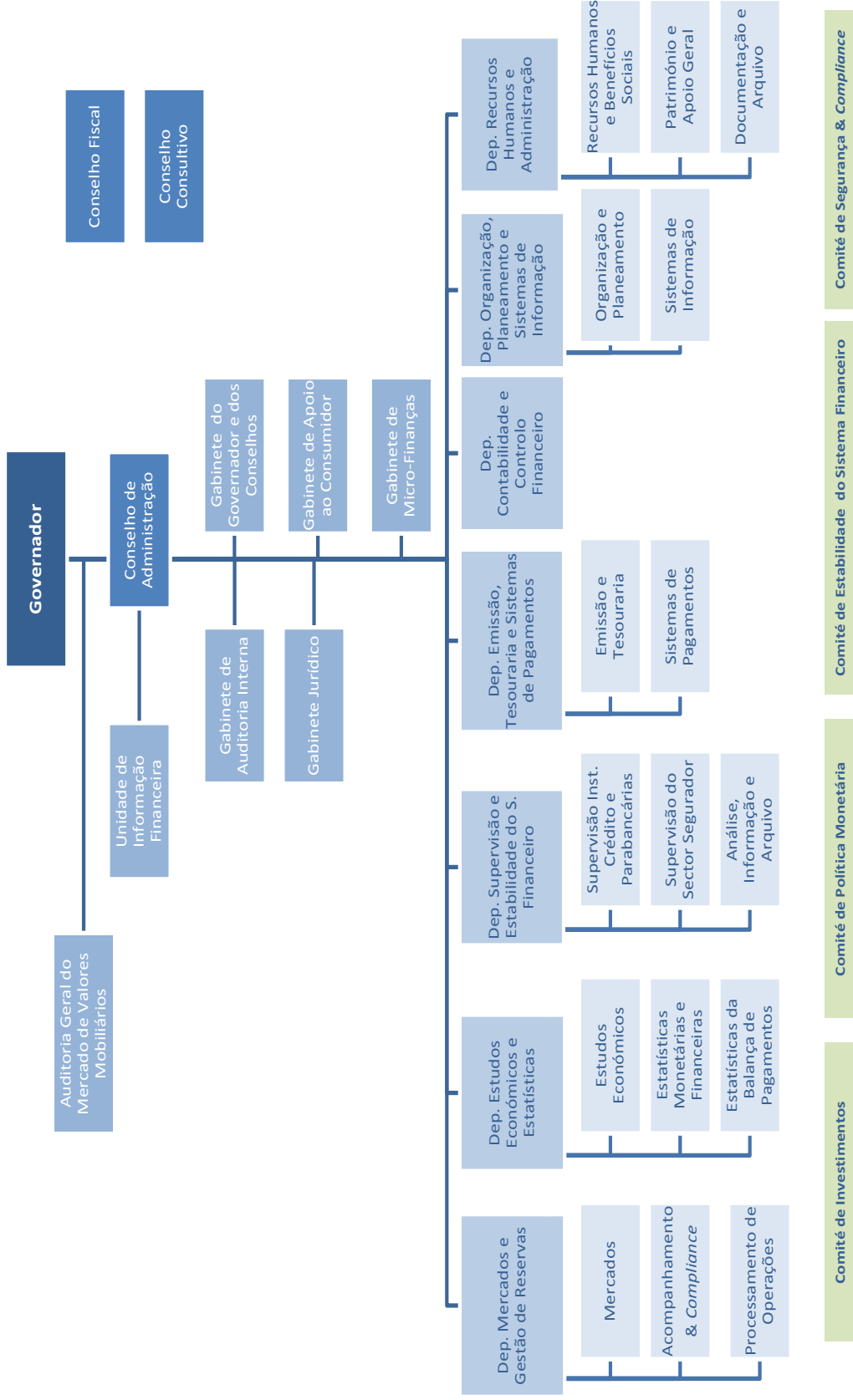
Figura 1. Evolução do PIB Mundial e da Zona Euro .....	15
Figura 2. Evolução do Preço das Matérias-Primas .....	17
Figura 3. Taxas de Empréstimos de Curto e Longo Prazos e <i>Policy Rate</i> do BCV .....	19
Figura 4. Depósitos a Prazo <i>versus</i> Depósitos de Emigrantes e Empréstimos a Empresas e Particulares.....	21
Figura 5. Receitas Fiscais e Despesas do Governo Central.....	26
Figura 6. Indicadores de Sustentabilidade da Dívida do Governo Central.....	28
Figura 7. Contributo das Componentes da Despesa para o Crescimento do PIB.....	29
Figura 8. Contributos para o Crescimento do Rendimento Disponível Nominal dos Particulares e Evolução da Confiança dos Consumidores .....	30
Figura 9. Decomposição da FBCF e Investimento por Sector Institucional .....	31
Figura 10. Contributos para o Crescimento Real do PIB .....	33
Figura 11. Indicadores de Confiança.....	35
Figura 12. Procura Turística por Origem e Destino.....	36
Figura 13. Oferta Turística por Ilhas .....	37
Figura 14. Evolução do Índice de Preços no Consumidor .....	38
Figura 15. Evolução do Índice de Preços no Consumidor (Agregados Especiais).....	39
Figura 16. Evolução das Principais Rubricas do Activo.....	68
Figura 17. Evolução das Principais Rubricas do Passivo.....	69
Figura 18. Evolução dos Resultados Líquidos do Sector.....	70
Figura 19. Estrutura Vida e Não Vida .....	75
Figura 20. Taxa de Sinistralidade Global.....	77
Figura 21. Reclamações Recebidas.....	84
Figura 22. Matérias Reclamadas.....	85
Figura 23. Liquidez Bancária por Manutenção das DMC .....	90
Figura 24. Taxas de Variação dos Títulos do Banco Central .....	90
Figura 25. Facilidade Permanente de Absorção de Liquidez.....	91
Figura 26. Disponibilidades Mínimas de Caixa .....	92
Figura 27. Gestão de Reservas .....	93
Figura 28. Notas em Circulação por Denominação em Valor .....	97
Figura 29. Evolução Anual de Cartões Produzidos em Circulação.....	98
Figura 30. Sistema Integrado de Compensação Interbancária e Liquidação .....	99
Figura 31. Transferências Apresentadas à Compensação por Participantes .....	100

## Índice de Quadros

Quadro 1. Principais Indicadores Económicos.....	14
Quadro 2. Economia Mundial- Indicadores Seleccionados .....	16
Quadro 3. Política e Situação Monetária.....	20
Quadro 4 . Principais Indicadores Orçamentais .....	25
Quadro 5. Contas Nacionais Oficiais e Estimativas.....	33
Quadro 6. Principais Indicadores do Turismo .....	36
Quadro 7. Balança Corrente e de Capital .....	40
Quadro 8. Remessas de Emigrantes em Divisas .....	42
Quadro 9. Balança Financeira .....	42
Quadro 10. Evolução dos Créditos e Provisões.....	69
Quadro 11. Taxa de Penetração e Densidade do Seguro .....	73
Quadro 12. Evolução e Estrutura da Carteira .....	73
Quadro 13. Evolução da Taxa de Cedência por Ramos de Seguro.....	75
Quadro 14. Evolução dos Custos com Sinistros.....	76
Quadro 15. Resultados Líquidos versus Capitais Próprios.....	77
Quadro 16. Evolução das Provisões Técnicas Brutas.....	78
Quadro 17. Cobertura das Provisões Técnicas por Activos .....	78
Quadro 18. Composição dos Investimentos.....	79
Quadro 19. Margem de Solvência.....	79
Quadro 20. Transacções no Mercado Secundário .....	80
Quadro 21. Capitalização Bolsista .....	80
Quadro 22. Cartões e Terminais da Rede Vinti4 .....	95
Quadro 23. Evolução da Emissão de Notas .....	102
Quadro 24. Circulação de Notas .....	103
Quadro 25. Depósitos /Levantamentos.....	103
Quadro 26. Contrafacção de Notas (Circuladas).....	104
Quadro 27. Nível Académico .....	109
Quadro 28. Participação em Acções de Formação .....	109



**ESTRUTURA ORGÂNICA DO  
BANCO DE CABO VERDE**



## **Governador**

Carlos Augusto de Burgo

## **Conselho de Administração**

Carlos Augusto de Burgo

Manuel Costa (até Março de 2012)

Manuel Frederico

Oswaldo Évora Lima

## **Conselho Fiscal**

Aristides Alcântara

Eurico Pinto Monteiro (até Março de 2012)

Carlos Lopes (até Março de 2012)

## **Conselho Consultivo**

Carlos Augusto de Burgo

Olavo Avelino Garcia Correia

Oswaldo Miguel Sequeira

Amaro Alexandre da Luz

Corentino Virgílio Santos

Paulo Santos Monteiro Jr.

António Hilário Cruz

Orlando Mascarenhas

Aristides Alcântara

Representante das Instituições Financeiras

## **Responsáveis pelos Órgãos de Gestão**

### **Auditoria Geral do Mercado de Valores Mobiliários**

Maria Encarnação Rocha

### **Departamento de Mercados e Gestão de Reservas**

Teresa Henriques

### **Departamento de Emissão, Tesouraria e Sistemas de Pagamentos**

Antónia Lopes

### **Departamento de Supervisão e Estabilidade do Sistema Financeiro**

João Carlos Fidalgo

### **Departamento de Estudos Económicos e Estatísticas**

Ana Cristina Semedo

### **Departamento de Contabilidade e Controlo Financeiro**

Maria Salomé Rodrigues

### **Departamento de Recursos Humanos e Administração**

Jesuína Caixeirinho

### **Departamento de Organização, Planeamento e Sistemas de Informação**

José Manuel Veiga

### **Gabinete do Governador e dos Conselhos**

Faraílda Évora

### **Departamento Jurídico (desde Fevereiro)**

António Semedo

### **Departamento de Auditoria Interna (desde Fevereiro)**

Suzy Brito

### **Gabinete de Apoio ao Consumidor**

Solange Lisboa Ramos

**PARTE I**

**A ECONOMIA DE CABO VERDE EM 2012**



## Avaliação Global

Passados mais de cinco anos do início da actual crise económica e financeira, a economia global continua a crescer lentamente e a três velocidades. As economias emergentes, não obstante algum agravamento das condições económicas e financeiras, continuam a liderar o crescimento mundial. Em termos de dinâmica económica, os EUA e o Japão vêm a seguir, impulsionados por uma política monetária excepcionalmente acomodatória e adiamento da consolidação orçamental. Com uma *performance* pior, encontram-se os principais parceiros económicos do país - os países da Zona Euro - cuja actividade económica contraiu pela segunda vez, desde 2007, em resultado, entre outros factores, do impacto na economia real e na confiança dos consumidores de uma austeridade orçamental sincronizada. Problemas no canal de crédito e défice de competitividade são também apontados como condicionantes do desempenho económico da Europa.

A economia cabo-verdiana tem sido contagiada pela crise europeia, via, em primeiro lugar, redução dos influxos do investimento directo estrangeiro (desde 2009), e, mais recentemente, através da redução das exportações de mercadorias, ajuda pública ao desenvolvimento e desaceleração das remessas dos emigrantes para apoio familiar.

A redução destas importantes fontes de financiamento da economia cabo-verdiana tem condicionado o crescimento económico, que permanece fraco desde 2009, não obstante a implementação, desde então, de uma política orçamental contra-cíclica.

Num contexto de enquadramento externo desfavorável, de redução do espaço orçamental, bem como de deterioração da qualidade da carteira de activos dos bancos, a política monetária do Banco de Cabo Verde assumiu um cariz mais restritivo, consentâneo com a defesa da credibilidade do regime cambial.

O ajustamento do balanço do sector privado, em linha com as orientações da política macroeconómica, resultou numa desaceleração adicional do crescimento económico e numa redução expressiva do défice da balança corrente.

Contrariamente, as necessidades de financiamento do Governo aumentaram, tendo sido financiadas sobretudo com dívida externa, cujo *stock* passou a representar cerca de 73 por cento do PIB.

Refira-se que nos últimos cinco anos o nível de endividamento do Governo Central alargou-se consideravelmente, essencialmente determinado pela estratégia de aproveitamento de condições (temporárias) de financiamento externo concessionais, para financiar grandes projectos de infra-estruturação, visando a prazo o aumento da competitividade da economia.

O fraco crescimento do país nos últimos anos interpela quanto à necessidade de uma avaliação aprofundada do potencial de crescimento da nossa economia e ao desenho de reformas estruturais que permitam uma alavancagem efectiva do sector privado e redução dos riscos para as finanças públicas e estabilidade macroeconómica, financeira e cambial.

**Quadro 1. Principais Indicadores Económicos**

	Unidades	2010	2011	2012
<b>I. Sector Real</b>				
Produto Interno Bruto	variação real em %	1,5	1,7	1,0
Produto <i>per Capita</i>	em USD	2.328,9	2.535,0	2.280,7
Inflação Média dos 12 meses	taxa variação em %	2,1	4,5	2,5
Taxa de Desemprego	taxa variação em %	10,7	12,2	16,8
<b>II. Sector Monetário e Cambial</b>				
Activo Externo Líquido do Sistema	taxa variação em %	6,4	-21,6	19,7
Reservas Internacionais Líquidas do BCV	taxa variação em %	7,2	-11,3	14,0
Crédito Interno Líquido	taxa variação em %	5,1	10,3	3,6
Crédito à Economia	taxa variação em %	8,5	11,8	0,2
Massa Monetária	taxa variação em %	4,7	3,5	5,7
Índice de Taxa de Câmbio Efectiva Nominal	2001=100; valores médios	104,5	105,0	104,1
Índice de Taxa de Câmbio Efectiva Real	2001=100; valores médios	114,5	116,9	116,0
<b>III. Sector Externo</b>				
Balança Corrente + Balança de Capital	em % do PIB	-10,5	-15,5	-12,1
Balança Corrente	em % do PIB	-12,9	-16,2	-12,9
Reservas/Importações	meses	4,2	3,2	3,8
Dívida Externa Pública	em % do PIB	50,8	56,8	73,0
Dívida Externa Pública/Exportações	em %	133,1	134,5	151,1
<b>IV. Finanças Públicas</b>				
Saldo Global	em % do PIB	-10,5	-7,6	-11,1
Saldo Primário	em % do PIB	-9,0	-6,1	-9,0
Stock da Dívida Pública	em % do PIB	66,1	73,9	95,0

Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas; Banco de Cabo Verde; Ministério das Finanças e Planeamento.

Notas: 1 Os valores do PIB para 2011 e 2012 correspondem a estimativas do Banco de Cabo Verde, com base na nova metodologia de compilação das Contas Nacionais.

2 Para o cálculo do produto *per capita* foram utilizadas as actuais projecções demográficas realizadas pelo INE.

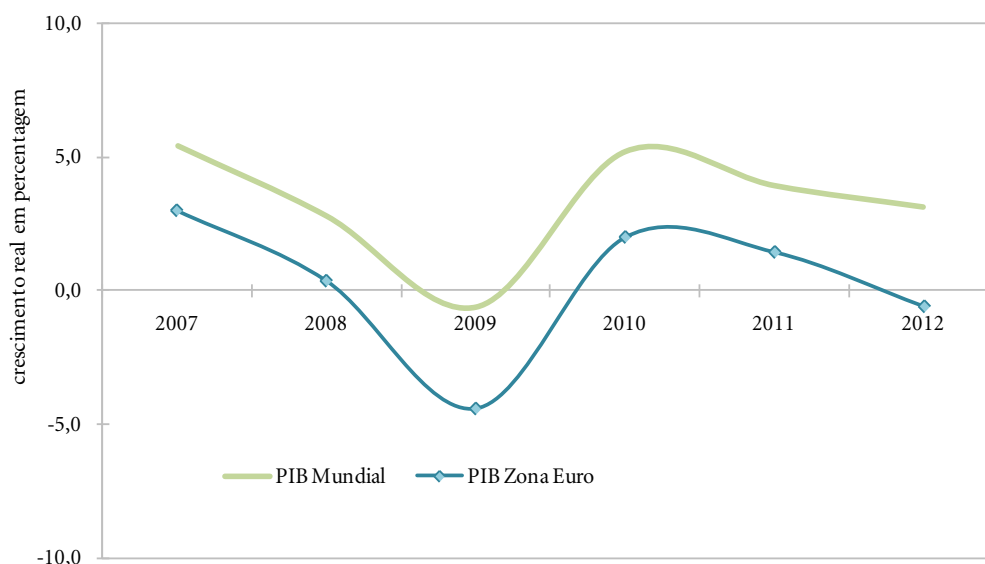


## Capítulo 1. Enquadramento Internacional

Passados cinco anos do início da actual crise económica e financeira, a economia mundial permanece numa recuperação frágil e díspar.

Depois de ter invertido a trajectória de recuperação em 2011, o crescimento da economia global voltou a desacelerar em 2012 (de 3,9 para 3,2 por cento, de acordo com o Fundo Monetário Internacional), em larga medida devido ao agravamento da crise económica e financeira da Zona Eurp e consequente *double dip* da economia da região. Com efeito, o produto interno bruto da região contraiu 0,6 por cento e o desemprego aumentou para 11,8 por cento da população activa.<sup>1</sup>

**Figura 1. Evolução do PIB Mundial e da Zona do Euro**



Fonte: Fundo Monetário Internacional.

O desempenho desfavorável do principal parceiro económico do país reflecte, sobretudo, o impacto na economia real e na confiança dos agentes económicos do processo de consolidação orçamental dos países sobre-endividados, bem como as condições de financiamento ainda restritivas.<sup>2</sup> Por afectarem negativamente a confiança dos agentes e a estabilidade dos mercados, a fraqueza institucional (relacionada com a incapacidade das autoridades de política adoptarem medidas e desenvolverem mecanismos que garantam o necessário ajustamento estrutural das economias mais frágeis, bem como o reforço da integração económica e financeira da região monetária) e alguma instabilidade política são apontadas como outras causas do fraco desempenho da região monetária europeia.

<sup>1</sup> Em 2011 o PIB da Área do Euro crescia 1,4 por cento e o desemprego atingia 10,7 por cento.

<sup>2</sup> Refira-se, entretanto, que em 2012 registou-se alguma estabilização das condições financeiras na Zona Euro, conforme atestam o aumento da liquidez no sistema bancário, a redução generalizada dos juros das dívidas soberanas, bem como a recuperação dos mercados de capitais.

Com uma *performance* contrária, os EUA foi dos poucos países à escala global a registar uma aceleração no seu ritmo de crescimento em 2012 (de 1,8 para 2,2 por cento). Os estímulos monetários, nomeadamente, a manutenção das taxas de juro de referência perto de zero por cento, bem como a aquisição de garantias dos empréstimos hipotecários pelo *Federal Reserve*, tendo impulsionado os investimentos (empresariais e residenciais) e, em consequência, o consumo privado, contribuíram, em larga medida, para o melhor desempenho daquela economia e para a redução da taxa de desemprego para 7,8 por cento (8,5 por cento em Dezembro de 2011).<sup>3</sup>

No caso das economias emergentes e em desenvolvimento, o seu desempenho globalmente menos favorável igualmente contribuiu para a desaceleração da actividade económica mundial.

No grupo das economias emergentes, destaca-se uma notável desaceleração do crescimento das economias indiana (de 7,7 para quatro por cento) e chinesa (de 9,3 para 7,8 por cento) para valores mais fracos desde 1999 e 2002, respectivamente, não obstante o afrouxamento da política monetária. A redução da procura dos países avançados, aliada à implementação de medidas visando a consolidação do balanço das instituições financeiras (face à deterioração da qualidade da sua carteira de activos), explica, em grande medida, o desempenho daquelas economias.

No grupo dos países em desenvolvimento, refira-se que a economia da África Subsaariana, não obstante condições externas adversas, mantém o mesmo ritmo de crescimento há uma década (cerca de cinco por cento). A melhoria do quadro de formulação e implementação de políticas macroeconómicas (que possibilitou a diversificação das exportações, por exemplo), o uso de *buffers* orçamentais e monetários disponíveis, além do aumento dos preços das matérias-primas, foram fundamentais para a resiliência das economias africanas do sul do Sahara.

**Quadro 2. Economia Mundial - Indicadores Seleccionados (em percentagem)**

	PIB <sup>1</sup> real			Preços no Consumidor <sup>2</sup>			Desemprego		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Economias Avançadas	3,2	1,6	1,2	1,5	2,7	2,0	8,3	7,9	8,0
EUA	3,0	1,8	2,2	1,6	3,1	2,1	9,6	8,9	8,1
Zona Euro	1,9	1,4	-0,6	1,6	2,7	2,5	10,1	10,2	11,4
Japão	4,4	-0,6	2,0	-0,7	-0,3	0,0	5,1	4,6	4,4
Mercados Emergentes e Economias em Desenvolvimento	7,5	6,4	5,1	6,1	7,2	5,9	-	-	-
Brasil	7,5	2,7	0,9	5,0	6,6	5,4	6,7	6,0	5,5
Rússia	4,3	4,3	3,4	6,9	8,4	5,1	7,5	6,6	6,0
Índia	10,6	7,7	4,0	12	8,9	9,3	-	-	-
China	10,4	9,3	7,8	3,3	5,4	2,7	4,1	4,1	4,1
África Subsahariana	5,3	5,3	4,8	7,5	9,3	9,1	-	-	-

Fonte: Fundo Monetário Internacional; EUROSTAT; *US Bureau of Economic Analysis*.

Notas: 1 Estimativas;

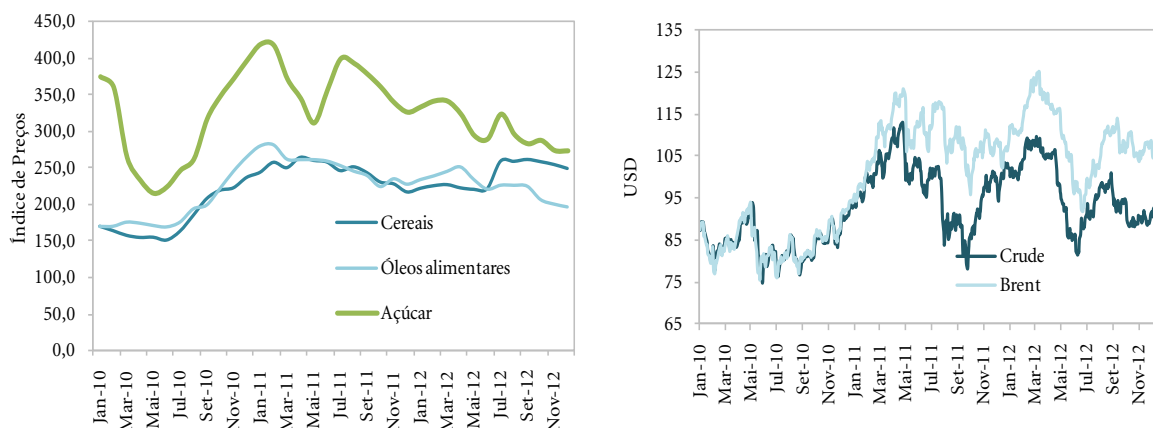
2 Variação Média Anual.

Num contexto de crescimento mais fraco da actividade económica global e de forte desa-

<sup>3</sup> Realce-se, igualmente, o crescimento mais acelerado, no pós-guerra, da região do Médio Oriente e Norte de África. Em termos agregados, o produto interno bruto da região cresceu 0,8 pontos percentuais acima dos quatro por cento registados em 2011.

celeração do comércio internacional, as pressões inflacionistas moderaram. Nos mercados das matérias-primas, de registar praticamente uma estabilização dos preços do petróleo, que cresceram 0,9 por cento em termos médios anuais (32 por cento em 2011). Refira-se, igualmente, à redução dos preços de *commodities* não energéticos em cerca de dez por cento, após um crescimento de 17,8 por cento em 2011.

**Figura 2. Evolução do Preço das Matérias-Primas**



Fonte: Reuters; FAO.

Entre outros factores (endógenos), a evolução dos preços no produtor determinaram o abrandamento dos preços no consumidor a nível global. As economias avançadas e os mercados emergentes e em desenvolvimento registaram uma desaceleração da inflação na ordem dos 0,7 e 1,3 pontos percentuais respectivamente, de acordo com o FMI. Na Área do Euro, reflectindo a redução dos preços das matérias-primas, a inflação média anual baixou, de 2,7 para 2,5 por cento, permanecendo, contudo, acima do *target* do Banco Central Europeu em 0,5 pontos percentuais.

A redução dos preços no consumidor tem favorecido os estímulos monetários ao crescimento, numa conjuntura de reduzida margem de actuação da política orçamental.

Refira-se ao caso particular da Zona Euro, em que a estabilização das expectativas de inflação no longo prazo justificou, entre outras medidas não convencionais, a redução das taxas de juro de intervenção do Banco Central Europeu para valores próximos de zero por cento em 2012.<sup>4</sup> Em consequência, as taxas euribor acentuaram a tendência de queda que vinham registando desde o segundo semestre de 2011, tendo reduzido em termos médios acima de um ponto percentual em 2012.

As medidas de política económica que têm sido implementadas em termos globais vêm resultando num aumento gradual da confiança dos agentes económicos e numa melhoria das condições financeiras. Entretanto, no caso da Europa, não obstante o aumento da liquidez no sistema bancário, a redução generalizada dos juros das dívidas soberanas dos países mais endividados, bem como a recuperação dos mercados de capitais, as condições de financiamento às empresas e famílias (que continuam consideravelmente alavancadas) permaneceram globalmente restritivas, atrasando a recuperação económica.

As condições económicas e financeiras desfavoráveis da Zona Euro têm condicionado

<sup>4</sup> O BCE reduziu as taxas das operações de refinanciamento, bem como das facilidades permanentes de cedência de liquidez e de depósitos em 0,25 pontos percentuais, em Julho, para respectivamente 0,75, 1,5 e zero por cento. Igualmente, o BCE ampliou o seu programa de financiamento directo dos bancos tendo, até Fevereiro de 2012, financiado 1.300 bancos (num total de 1.018,5 mil milhões de euros), em empréstimos a três anos.

o financiamento da economia cabo-verdiana, via redução das exportações de mercadorias, da ajuda orçamental, do investimento directo estrangeiro, bem como das remessas dos emigrantes. Igualmente, a redução das taxas de juro na Europa, a depreciação cambial do Euro (em termos efectivos nominais a moeda europeia depreciou 2,1 por cento) e o *downgrading* das instituições financeiras europeias afectaram negativamente a remuneração das reservas do país, aplicadas preferencialmente nos mercados financeiros da Área do Euro.

## Capítulo 2. Políticas Macroeconómicas

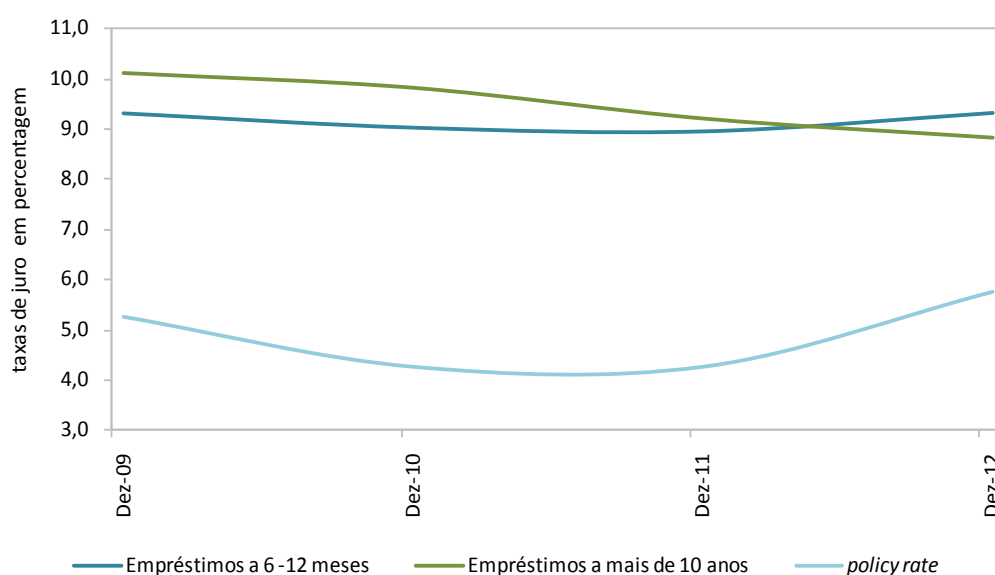
### 2.1. Política Monetária e Desenvolvimentos Monetários e Financeiros

A partir de meados de 2011, numa conjuntura externa desfavorável, de aumento considerável do nível de endividamento da economia, de redução do espaço orçamental e de pressões inflacionistas, o Banco de Cabo Verde procedeu ao alargamento da base de incidência das Disponibilidades Mínimas de Caixa, que passou a incorporar os depósitos do sector público administrativo; restringiu as condições de acesso às facilidades permanentes de cedência de liquidez, agravando a taxa em proporção crescente ao volume demandado; e fixou um limite máximo para cedência de fundos aos bancos.

Esse cariz mais contraccionista assumido pela política monetária veio a ser reforçado em inícios de 2012 com o aumento das taxas de juro de referência do BCV em 150 pontos base e das reservas obrigatórias de 16 por cento para 18 por cento.<sup>5</sup> O objectivo de estabilizar as reservas internacionais do país, e por essa via defender a credibilidade do regime cambial de *peg* unilateral ao Euro, bem como o propósito de reforçar a estabilidade financeira, um imperativo para o funcionamento apropriado da economia, orientaram as decisões de política monetária.

Em consequência, as condições de financiamento, em particular do sector privado, tornaram-se mais restritivas. As taxas de juro efectivas dos empréstimos aumentaram em termos médios cerca de um ponto percentual e os bancos tornaram-se mais exigentes na avaliação de riscos.

Figura 3. Taxas de Empréstimos de Curto e Longo Prazos e *Policy Rate* do BCV



Fonte: Banco de Cabo Verde.

<sup>5</sup> As taxas de juro directoras, de facilidade permanente de cedência e de facilidade de absorção de liquidez foram fixadas, respectivamente, em 5,75, 8,75 e 3,25 por cento.

A oferta de crédito desacelerou-se significativamente e o crédito interno líquido cresceu 3,2 por cento (mais 12 por cento em 2011).

A resultante redução da procura interna, aliada à diminuição dos preços internacionais, entre outros factores, contribuiu para a inversão da trajectória de queda das reservas, tendo concorrido, igualmente, para alguma redução de pressões inflacionistas.<sup>6</sup>

A maior eficácia da transmissão monetária, em 2012, não estará alheia a uma redução temporária da liquidez no sistema bancário no início do ano, a um aumento do custo de oportunidade de concessão de empréstimos (os instrumentos do banco central, além de serem *risk free*, passaram a ser mais competitivos para os bancos), a uma maior dinâmica do mercado monetário interbancário, bem como a um reforço de medidas prudenciais e aumento da aversão aos riscos macroeconómicos, pelos bancos.

### Desenvolvimentos Monetários e Financeiros da Economia Cabo-Verdiana

A melhoria da posição externa líquida do país (essencialmente devida ao aumento das reservas externas e à redução dos passivos de médio e longo prazo dos bancos comerciais), aliada a um aumento expressivo do crédito líquido ao Sector Público Administrativo, determinou um aumento da massa monetária em 5,7 por cento em 2012 (2,1 por cento em 2011).

Ao contrário da posição externa líquida e do crédito ao Sector Público Administrativo (que acelerou face a 2011, em função da queda dos depósitos do Governo Central), o crescimento do crédito à economia abrandou significativamente, contribuindo marginalmente para a expansão monetária.

**Quadro 3. Política e Situação Monetária**

	SalDOS em milhões de escudos				
	2008	2009	2010	2011	2012
Posição Externa	28.923,8	28.453,9	30.258,3	25.094,6	27.606,6
Activos Externos Líquidos BCV	30.686,3	30.242,2	32.427,2	28.751,6	32.288,3
Crédito Interno Líquido	84.223,4	92.450,8	97.437,7	107.518,1	116.416,5
Crédito Líquido ao SPA	17.550,4	17.910,5	16.558,0	18.743,3	22.862,6
Crédito à Economia	66.672,7	74.540,4	80.879,7	88.774,8	93.553,9
Massa Monetária	102.088,9	105.451,7	110.281,4	112.444,0	122.262,7
Base Monetária	25.951,8	26.830,3	25.914,6	24.438,6	32.573,6
Inflação (var. média anual IPC em %)	6,8	1,0	2,1	4,5	2,5
Taxa Efectiva Real (t.v.h. em %)	4,3	0,5	-0,1	2,1	-0,8
Tx. dos BT (a 91 dias, média em %)	3,4	3,6	4,0	4,1	4,1

Fonte: Banco de Cabo Verde

Nota: t.v.h.-taxa de variação homóloga.

IPC-Índice de preços no consumidor.

BT-Bilhetes do Tesouro.

A expansão monetária foi acompanhada de um forte crescimento da base monetária,

<sup>6</sup> As reservas internacionais líquidas aumentaram em cerca de 37 milhões de Euros, passando a cobrir 3,9 meses de importações projectadas para 2013, valor ainda próximo do limite inferior do intervalo considerado adequado pelo Fundo Monetário Internacional.

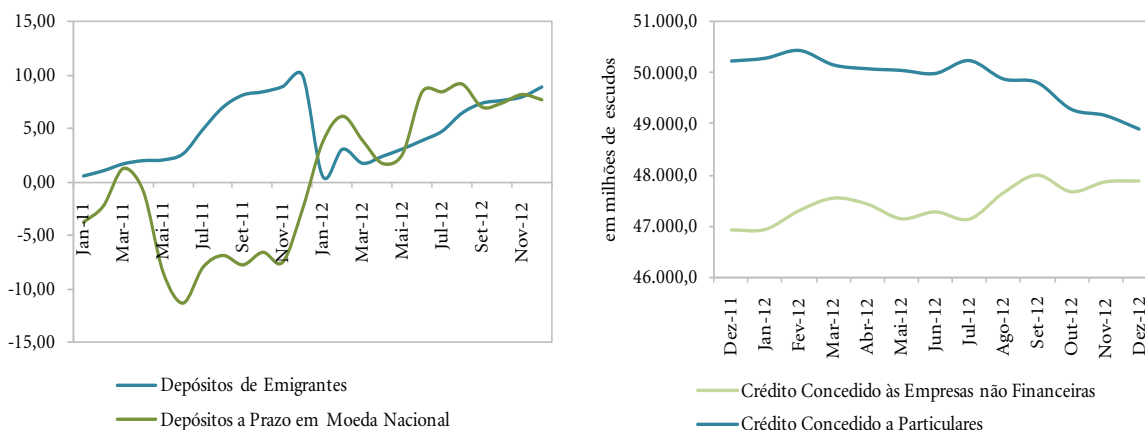
reflexo tanto do efeito do aumento da taxa de reservas obrigatórias, como do aumento considerável, a partir de Fevereiro, das reservas excedentárias dos bancos. O reforço da posição de liquidez dos bancos resultou, sobretudo, do aumento da sua principal fonte de financiamento, os depósitos de clientes (cerca de oito por cento, que compara à diminuição de 0,6 por cento registada em 2011) e, particularmente, do aumento dos depósitos dos emigrantes em cerca de nove por cento.

O forte crescimento dos depósitos dos emigrantes sugere que a conjuntura económica desfavorável dos principais países de acolhimento da diáspora cabo-verdiana continuou com um efeito limitado nas transferências dos emigrantes para investimento. As remunerações relativamente mais atractivas (devido, principalmente, à redução das taxas euri-bor, uma vez que as taxas de juro dos depósitos dos emigrantes apenas aumentaram 0,03 pontos percentuais em 2012) poderão explicar, em alguma medida, o comportamento favorável dos depósitos dos emigrantes.

Registe-se, igualmente, um aumento importante dos depósitos de residentes em moeda nacional em 2012 (de 7,9 por cento, que compara à queda de 2,5 por cento de 2011) que, por seu turno, sugere algum comportamento preventivo dos agentes económicos face à percepção de deterioração da actividade económica nacional.

Não obstante o reforço da posição de liquidez dos bancos, os empréstimos bancários para financiamento do sector privado estagnaram, determinado pela redução na ordem dos 14 por cento do crédito a particulares para outros fins.<sup>7</sup> Por seu turno, o crédito para investimento e reforço de tesouraria das empresas não financeiras, bem como para habitação própria e investimento residencial, cresceu dois e quatro por cento, respectivamente.

**Figura 4. Depósitos a Prazo versus Depósitos de Emigrantes e Empréstimos a Empresas e Particulares**



Fonte: Banco de Cabo Verde.

A evolução do crédito à economia indicia, em termos gerais, face à posição de liquidez dos bancos, não só um aumento da aversão aos riscos macroeconómicos por parte dos bancos, mas também algum défice de procura elegível de financiamento por parte dos investidores privados.

<sup>7</sup> Nos últimos cinco anos (2007 a 2011), o crédito a particulares para outros fins cresceu a uma taxa média anual de 17 por cento.

Igualmente, alguma escassez de procura de financiamento, aliada a outras razões associadas ao acesso e à consolidação da Bolsa de Valores de Cabo Verde, poderá também explicar, em certa medida, o reduzido contributo do mercado de capitais para o financiamento da economia cabo-verdiana.<sup>8</sup>

Entretanto, refira-se que em 2012 registou-se um aumento das transacções no mercado primário, contrariamente ao que aconteceu em 2011. No mercado secundário, contudo, o volume de transacções reduziu 51,5 por cento, depois de ter reduzido 33,3 por cento em 2011. No total, as transacções no mercado de capitais cabo-verdiano ascenderam a 11.840 milhões de escudos (3.747 e 4.688 milhões de escudos transaccionados, respectivamente, em 2011 e 2010). Para esse aumento contribuíram, principalmente, duas emissões, no mercado primário, de obrigações de empresas para financiar projectos de empresas públicas.

---

<sup>8</sup> Não obstante, a remuneração dos títulos da dívida nos mercados de capitais continua a ser mais atractiva que a remuneração dos depósitos (a média da remuneração das obrigações foi de 6,7 por cento, quase três pontos percentuais acima da taxa média de juros dos depósitos bancários).



### Caixa 1. Índice de Condições Monetárias para Cabo Verde

O Índice de Condições Monetárias (ICM) é um indicador que sintetiza o impacto das alterações nas condições monetárias e/ou financeiras, no crescimento do produto e na evolução de inflação, num determinado horizonte temporal. É obtido pela média ponderada das taxas de juro de curto prazo e das taxas de câmbio reais, foi bastante utilizado como variável operacional de política monetária, especialmente pelos países seguidores do *inflation targeting* (Canadá, Nova Zelândia, Chile), assumindo um papel relevante como instrumento de controlo da procura agregada.

O ICM tem a vantagem de ser um indicador simples, de fácil compreensão e cujo cálculo pode ser feito com grande actualidade dos dados.

No caso de Cabo Verde, a importância deste indicador como variável operacional da política monetária, tal como definida originalmente, é reduzida, na medida em que:

- O peso do sector exportador é consideravelmente inferior ao do sector importador, pelo que a actividade do comércio externo é condicionada sobretudo pela procura interna;
- O regime cambial de paridade fixa ao Euro e alguma mobilidade de capitais aumentam a vulnerabilidade do país a choques externos;
- A acumulação de reservas externas, imperativo fundamental para garantir a sustentabilidade do regime cambial, pressupõe que o risco-país se mantenha relativamente estável, sob pena de se agravar a percepção dos investidores externos aos riscos e, em consequência, condicionar o financiamento da balança corrente.

Assim sendo, no contexto particular da nossa economia, o ICM deverá ser adaptado de modo a constituir um indicador que permita medir os efeitos na actividade económica e consequente pressão na balança corrente, de alterações nas variáveis de política monetária.

Neste quadro, admitindo que as taxas de juro internas podem corrigir situações de dificuldades na mobilização de recursos para o financiamento das contas externas, recorreu-se à Regra de Taylor para avaliar a reacção desta variável a choques da oferta (por exemplo, a subidas inesperadas dos preços e a desvios da actividade económica do seu nível potencial), através da estimação da equação 1:<sup>9</sup>

$$i_t = (1 - \lambda)i_{t-1} + \lambda [\gamma_1(\pi_t - \pi_t^e) + \gamma_2 g_{t-1} + \gamma_3] + \varsigma_t \quad (1)$$

em que :  $i_t$  representa a taxa de juro real no trimestre;  $\pi_t$  é a taxa de inflação no trimestre;

$\pi_t^e$  refere-se à taxa de inflação esperada e  $g$  é o *output gap* do PIB.

Os dados utilizados, de periodicidade trimestral, referem-se ao horizonte temporal 1999 a 2011. Os resultados permitem concluir que a sensibilidade do produto (medida pelo coeficiente do hiato do produto) a alterações da taxa de juro é positiva.

Com relação aos preços, o coeficiente do índice de preços no consumidor sugere que estes reagem às taxas de juro de forma pouco significativa.

Num segundo modelo, alargou-se a equação (1), para adicionar a variável reservas internacionais (média trimestral do *stock* de reservas internacionais mensal), em linha com Clarida et al. (1997):

<sup>9</sup> A Regra de Taylor indica como o Banco Central deve ajustar o instrumento de política monetária, taxa de juro, em resposta aos desvios da taxa de inflação e do produto face às metas estabelecidas.

$$i_t = 0,5084i_{t-1} + 0,4916 \left[ 0,0233(\pi_t - \pi_t^e) + 0,0125 g_{t-1} + -0,00002,24 r_t + 4,2572 \right] \quad (2)$$

(2,4985)\*\*                      (0,4322)                      (0,5771)\*\*                      (-0,7158)\*\*

$R^2 = 0,8468$ ;

(\*\*) *t-statistics* significantes a 5%;

$r_t$  representa a média trimestral do *stock* de reservas internacionais mensal.

O sinal dos coeficientes obtidos é idêntico ao do primeiro modelo e a sensibilidade do produto a alterações das taxas de juro mantém-se positiva. O impacto nas reservas internacionais líquidas é, como esperado, negativo.

A partir destes resultados construiu-se um ICM, que estima a combinação de taxas de juro e câmbio necessária para promover um ajuste nas contas externas ( $tc$  =balança corrente) e, consequentemente, na procura, através de:<sup>10</sup>

$$tc_t = 0,2707tc_{t-1} - 0,0186tc_{t-2} + 78,209i_{t-1} + 173,96e_t - 568,18dummysazonal\ 1$$

(1,7350)\*\*\*                      (-0,1180)                      (-0,2509)\*                      (-3,4913)\*                      (0,9923)\*\*

$$- 1459,8dummysazonal\ 2 - 122,61dummysazonal\ 3 + 15114 \quad (3)$$

(-2,3129)\*\*                      (0,2187)\*\*

$R^2 = 0,5308$ ;

*t-statistics* significantes a 1% (\*), 5% (\*\*) e 10% (\*\*\*);

$tc_t$  representa a conta corrente no trimestre.

Os movimentos ascendentes deste índice estão associados a aumentos nos juros ou desvalorização na taxa de câmbio e antecedem, *ceteris paribus*, a diminuição do défice da balança corrente.

O ICM construído permite, assim, quantificar os efeitos de alterações na taxa de referência do banco central na balança corrente, podendo constituir um indicador de pressões futuras sobre as contas externas do país. Pela identificação da parte do saldo corrente directamente afectada pelos instrumentos de política monetária, uma eventual ocorrência de choques negativos sobre a balança de capitais e operações financeiras, com repercussões no nível de actividade económica, poderá sugerir a necessidade de ajuste pró-cíclico dos instrumentos de política monetária.

<sup>10</sup> Foram estimadas três regressões para as contas externas (conta corrente, balança de bens e serviços e balança de mercadorias) e a regressão que apresenta o maior ajuste é a que tem a balança de mercadorias como variável dependente.

## 2.2. Política e Situação Orçamental

Num contexto de deterioração do enquadramento externo da economia e de perspectivas menos favoráveis para a economia nacional, a política orçamental cabo-verdiana manteve, em 2012, o cariz essencialmente expansionista, que a vem caracterizando desde 2009.

O orçamento do Estado para 2012 previa, entretanto, face a uma antecipação de queda dos donativos, uma redução das despesas de investimento e um crescimento moderado das despesas de funcionamento. Contudo, a diminuição não antecipada das receitas fiscais veio a condicionar a execução das despesas correntes, tendo contribuído, paralelamente à aceleração da execução do Programa Pluri-Anual de Investimentos Públicos, para o aumento do défice orçamental em 4.071 milhões de escudos, para 15.396 milhões de escudos (11,5 por cento do PIB).

A conjuntura macroeconómica pouco favorável contribuiu de forma significativa para os resultados das contas públicas, conforme indicia o diferencial positivo entre o défice ajustado de flutuações cíclicas (que atingiu os 11,9 por cento do PIB) e o défice global das contas públicas.

**Quadro 4. Principais Indicadores Orçamentais**

	2010	2011	2012	2010	2011	2012
	em milhões de escudos			em percentagem do PIB		
Receitas Totais	39.725	37.916	35.050	28,7	25,6	25,2
Despesas Totais	54.308	49.242	50.447	39,2	33,2	36,3
Saldo Global incluindo Donativos	-14.583	-11.326	-15.397	-10,5	-7,6	-11,1
Saldo Global excluindo Donativos	-24.069	-15.668	-18.165	-17,4	-10,6	-13,1
Saldo Global incluindo Donativos Ajustado de Flutuações Cíclicas	-14.688	-11.111	-16.522	-10,6	-7,5	-11,9
Saldo Primário incluindo Donativos	-12.410	-9.049	-12.531	-9,0	-6,1	-9,0
Saldo Primário excluindo Donativos	-21.896	-13.391	-15.299	-15,8	-9,0	-11,0
Dívida Pública	91.549,8	109.483,4	131.858,6	66,1	73,9	95,0

Fonte: Ministério das Finanças; Banco de Cabo Verde.

Nota: A componente cíclica do saldo orçamental foi calculada com base nas estimativas do PIB do Banco de Cabo Verde.

Os juros da dívida, em particular da externa, aumentaram consideravelmente, conforme ilustrado pelo alargamento do diferencial do saldo primário face ao saldo orçamental, aumentando a rigidez da estrutura das despesas públicas.

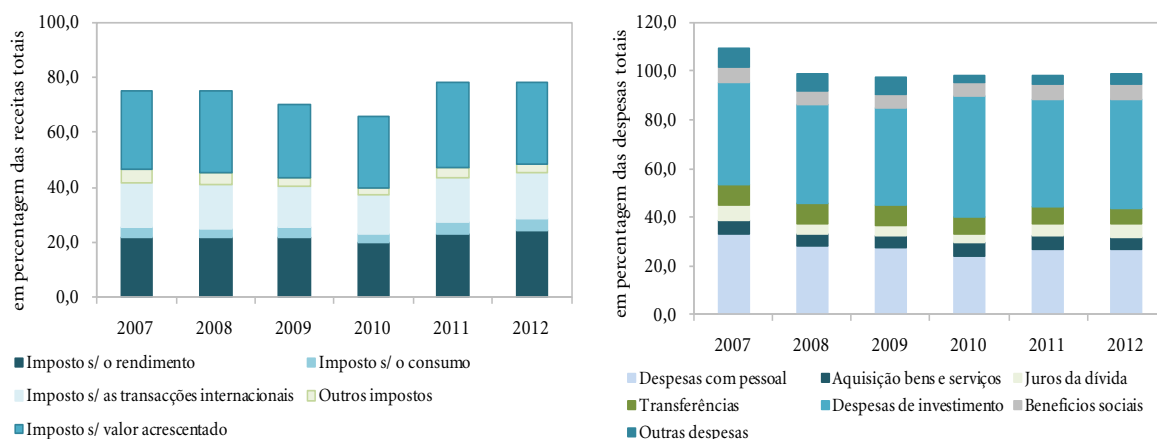
### Receitas Públicas

Ao longo de 2012, as receitas do Governo Central acentuaram o perfil descendente que vinham registando desde 2011.

A redução em 7,6 por cento das receitas totais, para 35.050 milhões de escudos, em 2012, ficou a dever-se, essencialmente, à queda da ajuda orçamental concedida pelos principais parceiros do país (em cerca de 36 por cento), bem como à redução na ordem dos dez por cento do valor arrecadado do imposto sobre o valor acrescentado. Refira-se, igualmente, a diminuição das receitas dos impostos sobre as transacções internacionais e sobre o consumo, respectivamente, na ordem dos sete e dos 12 por cento.

A fraca execução das receitas face ao orçado reflecte, por um lado, a deterioração das condições económicas e financeiras dos principais doadores e, por outro, a desaceleração da actividade económica nacional, conjugada com a redução do valor das importações de mercadorias. Também as insuficiências administrativas e fraudes fiscais, facilitadas pela profusão de excepções e isenções na estrutura do imposto sobre o valor acrescentado, contribuíram em certa medida para a evolução negativa das receitas fiscais.

**Figura 5. Receitas Fiscais e Despesas do Governo Central**



Fonte: Ministério das Finanças; Banco de Cabo Verde.

## Despesas Públicas

As despesas de funcionamento do Estado de Cabo Verde registaram um crescimento moderado de 3,4 por cento, tendo totalizado 29.805 milhões de escudos em finais de 2012.

O aumento dos juros da dívida pública em 25,9 por cento, em função do crescimento significativo das responsabilidades financeiras do Estado (quer com credores externos quer com credores internos), explica, em larga medida, o aumento das despesas correntes em 2012. Igualmente, o aumento das despesas com salários (em 2,3 por cento) e com pensões de reforma (em 8,3 por cento) impulsionou as despesas de funcionamento em 2012, não obstante o esforço de contenção. Note-se que o aumento dos gastos com remunerações salariais ficou a dever-se, principalmente, à progressão do pessoal docente, há alguns anos suspensa. Registe-se que os salários na Administração Pública permaneceram estagnados pelo segundo ano consecutivo e foi implementado um conjunto de medidas para racionalizar os gastos com fornecimentos e serviços externos. Segundo o Ministério das Finanças foi feito um esforço de redução dos gastos com energia, água, comunicações e consumíveis; de racionalização de aquisição e uso de viaturas do Estado; de contenção dos gastos com deslocações ao exterior; e de diminuição dos custos de instalação e das despesas com alugueres.

As despesas de investimento aumentaram 9,2 por cento em 2012, em função da execução mais acelerada do Programa Pluri-Anual de Investimento Público (PPIP), em curso desde 2009.

Do *portfolio* de projectos inscritos no PPIP, os gastos continuaram concentrados nos grandes projectos de infra-estruturação de capital intensivo, nomeadamente na construção e modernização de portos e estradas (44 por cento do total). Refira-se, igualmente, ao

peso não negligenciável, dez por cento, no total das despesas de investimento em 2012 do Programa Casa Para Todos.

## Dívida Pública

Em resultado do aumento das suas necessidades de financiamento, o *stock* da dívida do Governo Central, excluindo os Títulos Consolidados de Mobilização Financeira, cresceu 20 por cento, passando a representar 95 por cento do PIB, em 2012. Esta evolução em termos nominais, reflecte tanto o aumento do endividamento externo para financiar os investimentos públicos (na ordem dos 21 por cento), como o crescimento da dívida interna (em 20 por cento) para financiar quer a Tesouraria do Estado quer alguns projectos de investimento, devido à expressiva redução dos donativos.<sup>11</sup> Em termos relativos, refira-se à forte desaceleração do crescimento económico, de acordo com os dados definitivos das contas nacionais do INE e estimativas do BCV.

Nos últimos cinco anos, o *stock* da dívida do Governo Central aumentou consideravelmente, essencialmente determinado pela estratégia de aproveitamento de condições temporárias de financiamento externo concessionais, para financiar grandes projectos de infra-estruturação que, possibilitem a prazo aumentar a competitividade da economia.<sup>12</sup>

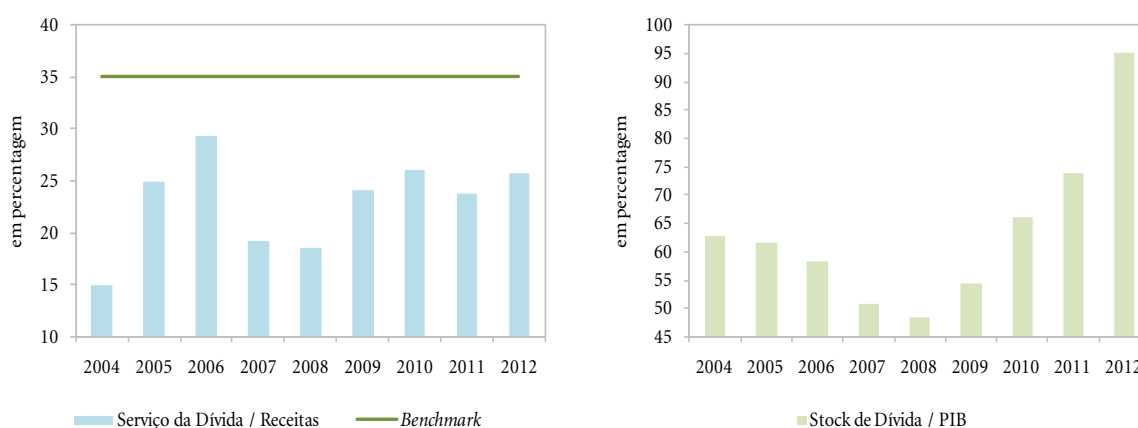
Registe-se que o PPIP foi, igualmente, implementado com o intuito de estimular a economia, numa conjuntura global de recessão económica. Contudo, o efeito do estímulo orçamental no crescimento poderá ser limitado, devido, entre outros factores, à elevada propensão marginal a importar da economia.

Sem descurar os benefícios económicos e sociais, a prazo, da política de investimento público em curso, bem como da estratégia de financiamento que a suporta, o actual nível de endividamento público, aliado ao fraco crescimento da economia (com efeitos na arrecadação das receitas), requer atenção acrescida das autoridades de política.

<sup>11</sup> Os valores apresentados correspondem ao endividamento líquido do Governo Central. No caso da dívida interna, do *stock* dos passivos financeiros do Governo Central é subtraído o montante dos depósitos. Registe-se que a emissão de títulos do Tesouro (Obrigações do Tesouro, maioritariamente) junto a instituições bancárias e Instituto Nacional de Previdência Social aumentou cerca de 41 por cento em 2012. Os juros dos títulos do Tesouro mantiveram-se relativamente estáveis em 2012. Os dos Bilhetes do Tesouro mantiveram-se em torno de quatro por cento e os das Obrigações entre cinco e seis por cento.

<sup>12</sup> O PIPP comporta projectos de infra-estruturação portuária, aeroportuária e viária. Visa, igualmente, a construção de infra-estruturas de suporte ao crescimento da produção agrícola e pretende colmatar as deficiências energéticas e habitacionais. O *Portfolio* dos empréstimos contratados tem uma taxa de juro média de 1,5 por cento e goza de uma maturidade de cerca de 28 anos.

**Figura 6. Indicadores de Sustentabilidade da Dívida do Governo Central**



Fonte: Banco de Cabo Verde.

Nota: Benchmark estabelecido pelo FMI para países com capacidade institucional média.

A deterioração dos indicadores de solvência coloca uma pressão crescente sobre a sustentabilidade da dívida do Governo Central e, aliada a outros riscos, entre os quais a qualidade dos projectos e a deterioração das condições de financiamento do sector privado, tende a condicionar o retorno esperado da política. Refira-se ainda que a reacção do sector privado a estes estímulos orçamentais poderá ser também limitada pelo nível do endividamento soberano. A percepção de que a dívida pública é elevada potencia a incerteza sobre o quadro orçamental a ser seguido, o que afecta as decisões de poupança e investimento dos agentes económicos.

Do mesmo modo, ainda que a nível da liquidez o Governo continue numa posição globalmente confortável, dado o grau de concessionalidade da sua carteira, uma percepção de aumento de riscos de incumprimento do serviço da dívida poderá afectar o custo de financiamento interno e externo da economia e, conseqüentemente, a sua competitividade.

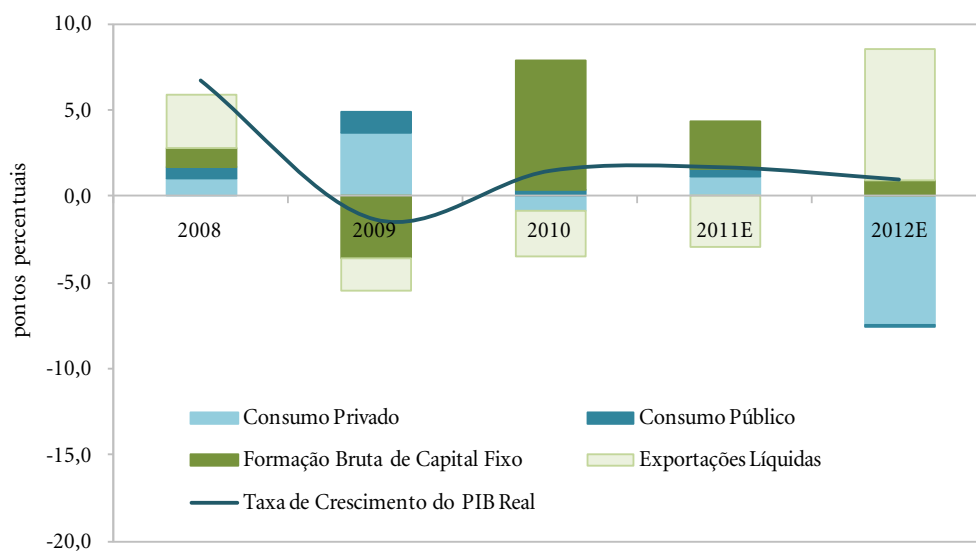
## Capítulo 3. Procura, Produção e Preços

### 3.1. Procura

Em 2012, numa conjuntura de adiamento do processo de recuperação económica à escala global e, consequentemente, de agravamento do contexto externo, as estimativas do Banco de Cabo Verde apontam para uma desaceleração do ritmo de crescimento da actividade económica nacional.

Em termos reais, impulsionado pelo efeito preço favorável, estima-se que o produto interno bruto tenha crescido um por cento, que compara ao crescimento de 1,7 por cento estimado para 2011.<sup>13</sup> Este desempenho menos favorável da economia nacional foi determinado pela acentuada redução da procura interna, em consequência da queda expressiva do consumo e investimento privados. Por seu turno, determinado pela diminuição significativa das importações de bens e serviços, o contributo da procura externa líquida para o crescimento foi positivo.

**Figura 7. Contributos das Componentes da Despesa para o Crescimento do PIB a Preços do Ano Anterior**

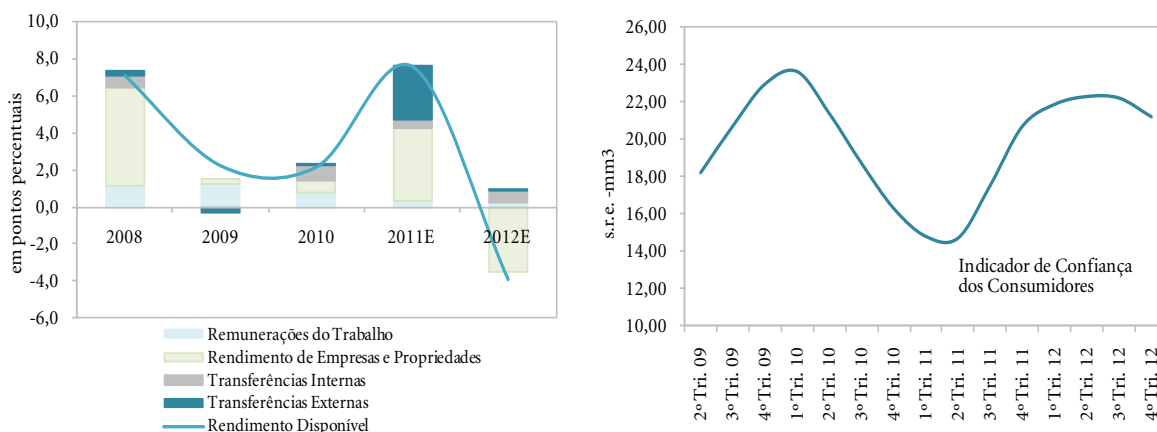


Fonte: Estimativas do Banco de Cabo Verde a partir das novas Contas Nacionais do INE, tendo em conta a metodologia do sistema de contas nacionais das Nações Unidas de 1993.

<sup>13</sup> Na Caixa 2, apresentada em anexo a este capítulo, explicam-se algumas das alterações metodológicas introduzidas na compilação e apresentação das contas nacionais pelo Instituto Nacional de Estatísticas. O método das estimativas do PIB utilizado pelo Banco de Cabo Verde teve de ser adaptado à metodologia de compilação das contas nacionais, de acordo com o método do Sistema de Contas Nacionais das Nações Unidas de 1993.

Depois de um aumento moderado em 2011, de 1,9 por cento, o consumo privado reduziu-se em termos reais perto de 12 por cento em 2012. A redução do rendimento disponível das famílias, determinada sobretudo pela diminuição dos rendimentos de propriedade e empresas, bem como a forte desaceleração das remessas dos emigrantes, explicam, num contexto de degradação da confiança dos consumidores, o comportamento desfavorável do consumo das famílias.<sup>14</sup>

**Figura 8. Contributos para o Crescimento do Rendimento Disponível Nominal dos Particulares e Evolução da Confiança dos Consumidores**



Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas, Banco de Cabo Verde.

Nota: E-estimativas.

Os investimentos privados, por seu turno, contraíram 11 por cento em termos reais, limitando o crescimento da formação bruta de capital fixo.

A evolução dos investimentos reflecte, em larga medida, o efeito de base de avultados investimentos realizados em 2011 no sector energético (nos parques eólicos e nas centrais eléctricas, ...); no sector das telecomunicações (com a instalação de um novo cabo submarino e outras plataformas para a introdução da tecnologia de comunicação 3G); no sector dos transportes e hotelaria.<sup>15</sup>

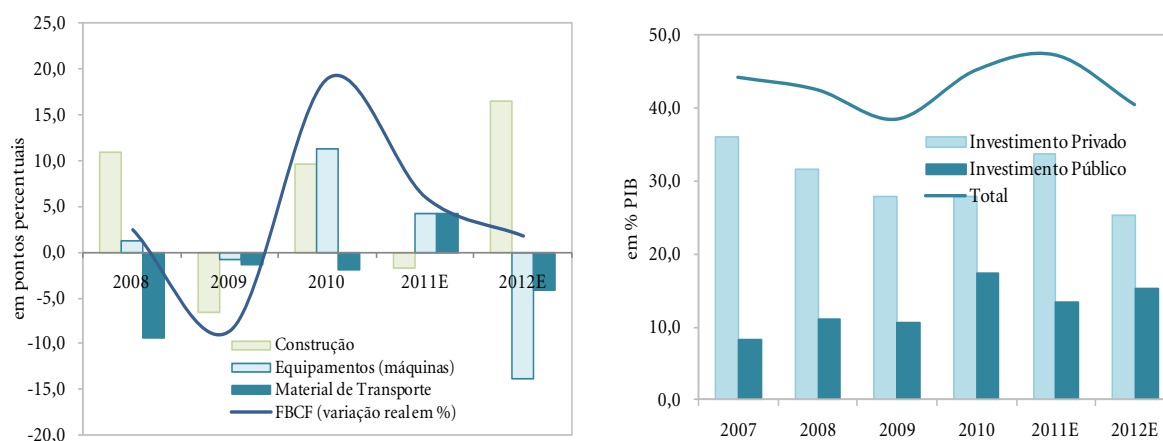
Igualmente, o comportamento da formação bruta de capital fixo traduz uma desaceleração dos investimentos residenciais, conforme atesta o crescimento em quatro pontos percentuais, abaixo do registado em 2011, do crédito ao sector privado para habitação e construção.

<sup>14</sup> Conforme sugerem o aumento da taxa de poupança do sector privado e a evolução do indicador de confiança dos consumidores.

<sup>15</sup> Quanto aos investimentos no sector turístico, refira-se que dois dos maiores hotéis de Cabo Verde estiveram em construção até o primeiro trimestre de 2012.



**Figura 9. Decomposição da FBCF e Investimento por Sector Institucional**



Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas; Ministério das Finanças; Banco de Cabo Verde.  
Nota: E-estimativas.

No caso da Administração Pública, a ligeira queda, em termos reais, dos gastos de funcionamento (-0,9 por cento) foi mais que compensada pela aceleração dos seus investimentos (33,8 por cento).

A melhoria da procura externa líquida em 2012 e o consequente aumento do rácio de cobertura das importações pelas exportações (de 50 para 57 por cento) foram sobretudo determinados pela queda das importações de mercadorias e de serviços (12,3 por cento). Tal queda foi determinada por algum aumento da produção nacional, num contexto de ajustamento do sector privado e contenção dos gastos da Administração Pública.

As exportações de bens e serviços reduziram-se ligeiramente (0,7 por cento), principalmente devido à contracção da procura de pescado, calçado e vestuário pelos principais mercados (França e Portugal, sobretudo).

Inferre-se que os custos com as exportações, em função de um crescimento mais elevado dos preços internos relativamente aos principais parceiros, tenham condicionado, em alguma medida, a evolução das exportações. Com efeito, a moeda cabo-verdiana depreciou-se ligeiramente em termos nominais (0,2 por cento), em resultado da depreciação do Euro, enquanto o índice da taxa de câmbio efectiva real, indicador de competitividade-preço do país, registou uma apreciação de dois por cento.

## Caixa 2. Contas Nacionais com base no Sistema de Contas Nacionais das Nações Unidas de 1993

As contas nacionais, até à data, eram produzidas pelo Instituto Nacional de Estatísticas (INE) de acordo com a metodologia do Sistema de Contas Nacionais (SCN) das Nações Unidas de 1969, tendo como ano de base 1980. Entretanto, as reformas e as consequentes mudanças estruturais da nossa economia, a sofisticação metodológica a nível mundial e a necessidade de comparabilidade internacional exigiram uma modernização da metodologia do nosso sistema de contas nacionais. Assim, em 2005, o INE iniciou um amplo processo de reforma do sistema, com intuito de implementar o SCN 1993, num primeiro momento com apoio do AFRISTAT e posteriormente em cooperação com o INE de Espanha.

A introdução da metodologia do SCN 1993 pelo INE originou alterações significativas na filosofia da compilação das contas nacionais e a mudança do ano base (de 1980 para 2007). Estas alterações, que há muito eram necessárias, permitem agora uma representação contabilística mais fiel da realidade actual da economia de Cabo Verde.

Os resultados das contas nacionais passaram a ser apresentados a preços correntes, a preços do ano anterior e a preços do ano base deflacionado por índices encadeados. Registe-se que nem o PIB a preços constantes do ano anterior, nem o PIB a preços constantes de 2007, com base em índices encadeados, são comparáveis com a apresentação do PIB real da metodologia antiga. Contudo, o valor do PIB a preços encadeados é o que melhor se aproxima do valor da produção real do país.

O INE utiliza a seguinte fórmula para calcular o índice encadeado de cada componente  $c$  no ano  $t$ :

$$\frac{C_t \text{ a preços do ano anterior}}{C_{t-1} \text{ a preços correntes}} * \text{índice de volume}_{t-1}$$

$$\text{sendo o índice de volume}_{t-1} = \frac{C_{t-1} \text{ a preços do ano anterior}}{C_{t-2} \text{ a preços correntes}}$$

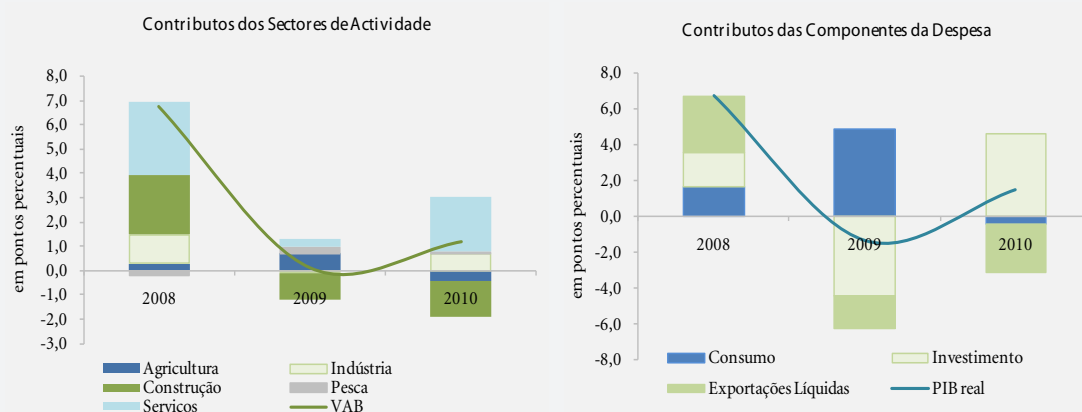
Este método, por considerar ponderadores implícitos dinâmicos, implica a não aditividade das componentes quando se utiliza uma série longa, bem como a acumulação numa proporção constante dos preços dos anos anteriores.

As contas nacionais, com base na nova metodologia, foram apresentadas a 24 de Janeiro de 2013. O INE, igualmente, apresentou uma retropolação de parte da série (2002 a 2006), com base na actual metodologia e tendo 2007 como o ano de base.

As contas publicadas pelo INE revelam que o crescimento económico tem sido mais baixo que o antecipado pelas estimativas do Banco de Cabo Verde, Fundo Monetário Internacional e Ministério das Finanças e Planeamento. Com efeito, o produto interno bruto cresceu 10,4, 0,9 e dois por cento em termos nominais, respectivamente, em 2008, 2009 e 2010, e 6,7, -1,3 e 1,5 por cento, respectivamente, em termos reais (deflacionado por índices encadeados).

Realce-se a contracção da actividade económica em 2009, explicada, essencialmente, pela redução do contributo do sector secundário no PIB e, em particular, pela queda do contributo do sector da construção, bem como de outras indústrias transformadoras. Em 2010, entretanto, a actividade recuperou, com o contributo positivo do sector secundário, em particular dos sectores de electricidade, gás e água, outras indústrias transformadoras e construção.

Figura 10. Contributos para o Crescimento Real do PIB



Fonte: Banco de Cabo Verde.

Considerando a óptica da procura, a recessão da economia em 2009 foi determinada pela redução das exportações de bens e serviços, bem como dos investimentos. A recuperação das exportações e o forte crescimento dos investimentos públicos explicam a aceleração do ritmo de crescimento do PIB em 2010.<sup>16</sup>

Comparando os resultados do INE com as estimativas do BCV e do FMI para 2008, 2009 e 2010 (quadro abaixo), constata-se que, embora a tendência seja a mesma, os resultados do INE são particularmente mais baixos em 2009 e 2010.

Quadro 5. Contas Nacionais Oficiais e Estimativas

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Contas Oficiais de acordo com SCN1993								
PIB nominal (milhões de CVE)	87.090	90.811	96.690	108.722	121.974	134.698	135.879	138.569
Crescimento Real do PIB (%)	7,5	4,9	5,8	9,1	9,2	6,7	-1,3	1,5
Estimativas Contas Oficiais de 2007 (SCN1969) e Estimativas BCV (2007-2010)								
PIB nominal (milhões de CVE)	79.527	82.086	86.185	97.384	107.252	115.191	115.614	123.917
Crescimento Real do PIB (%)	4,7	5,0	6,4	8,2	6,7	6,1	4,0	5,6
Estimativas FMI com Base em Contas de 2007 (SCN1969)								
PIB nominal (milhões de CVE)	79.527	82.087	86.186	97.384	107.252	117.565	127.069	138.355
Crescimento Real do PIB (%)	4,7	4,3	6,5	10,1	8,6	6,2	3,7	5,4

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Estas diferenças significativas entre as estimativas do INE e do BCV traduzem:

- a mudança do ano de base de 1980 para 2007. As estimativas do BCV eram realizadas com base nas contas de 2007, cujo ano de base era 1980;
- a mudança na metodologia, em particular as alterações introduzidas na contabilização do comércio externo (a partir das estatísticas da balança de pagamentos);
- as diferenças que decorrem da própria metodologia de apuramento dos dados do INE

<sup>16</sup> Em 2009 o contributo das exportações líquidas para o crescimento foi de -3,5 pontos percentuais, enquanto a procura interna teve um contributo de 5,8 pontos percentuais, em virtude, essencialmente, do comportamento do consumo. Em 2010, o contributo das exportações líquidas e da procura interna para o crescimento foi de -0,7 e 4,4 pontos percentuais, respectivamente.

e do BCV. A primeira instituição recolhe os dados no terreno e apura os resultados de acordo com as recomendações conceptuais do SCN 1993, enquanto a segunda faz estimativas com base no acompanhamento das variáveis explicativas de cada componente da procura e da oferta;

- o grande atraso na publicação das contas oficiais. As estimativas do BCV têm por base as contas publicadas e quanto maior o desfasamento temporal na publicação das contas, maior a margem de erro das estimativas.

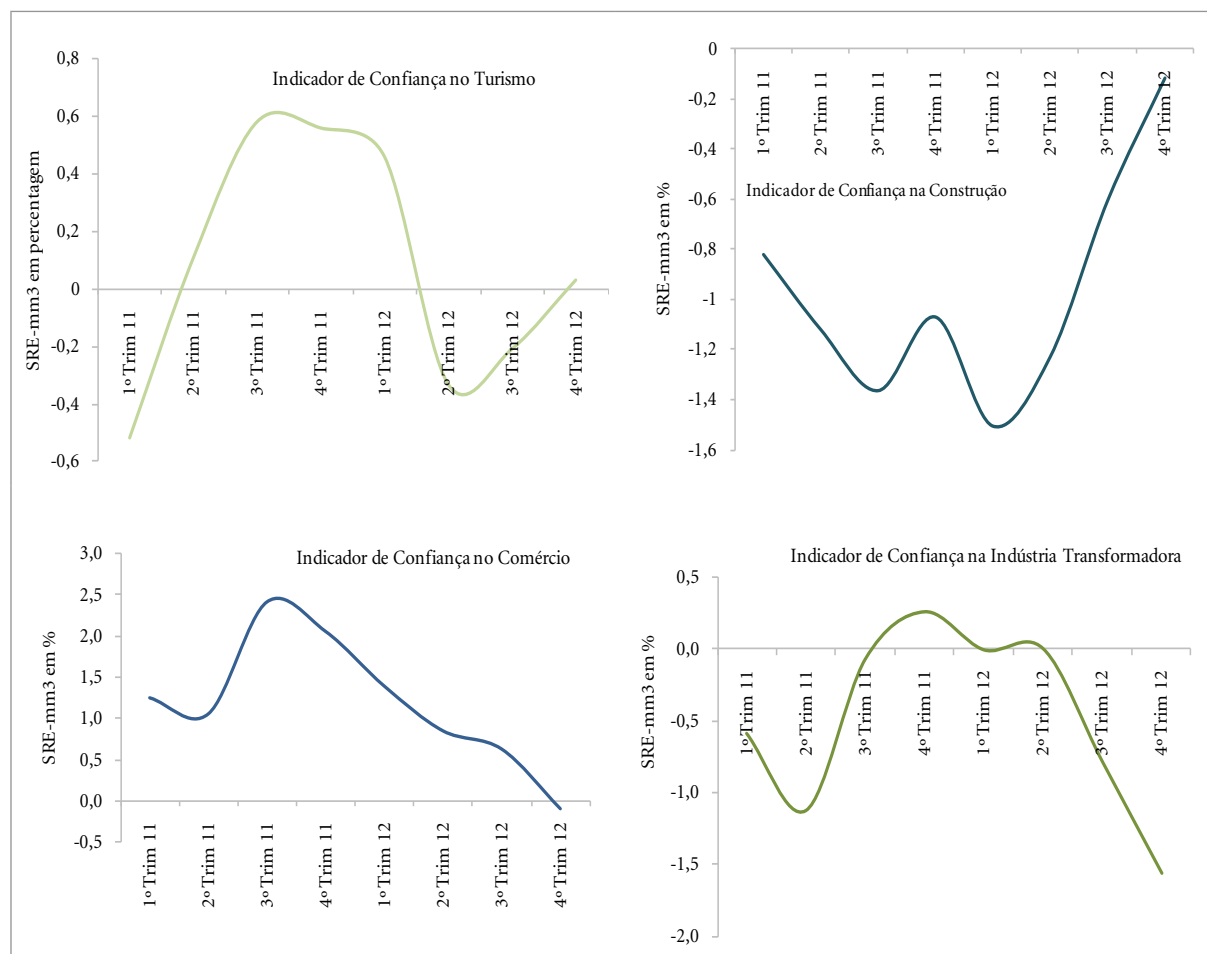
No contexto desta nova abordagem metodológica de compilação e apresentação das contas nacionais, o BCV reviu as suas estimativas rápidas do PIB.

Os resultados apurados com base nos indicadores da procura revelaram que a economia continuou a crescer num ritmo muito lento em 2011 e 2012. Constatou-se uma ligeira aceleração do ritmo de crescimento do produto em 2011, entretanto, impulsionada pela recuperação do consumo das famílias, forte crescimento dos investimentos empresariais e alguma aceleração das exportações (devido ao forte crescimento da procura turística e ao aumento das exportações de pescado e dos fornecimentos à navegação aérea e marítima).

### 3.2. Produção

Do lado da oferta, os indicadores disponíveis (indicadores de conjuntura do INE, bem como indicadores quantitativos seguidos pelo BCV) sugerem que os sectores do turismo e da construção estiveram mais dinâmicos em 2012. O aumento da procura turística, não obstante a sua desaceleração, e a dinâmica dos projectos públicos poderão explicar o desempenho mais favorável desses dois sectores.

**Figura 11. Indicadores de Confiança**



Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas; Banco de Cabo Verde.

Contudo, o melhor desempenho do turismo e da construção não foi suficiente para compensar os resultados pouco favoráveis do comércio e da indústria transformadora.

### Caixa 3. Actividade Turística em 2012

A actividade turística em Cabo Verde continuou a apresentar uma forte dinâmica, não obstante alguma desaceleração no ritmo de crescimento da procura e das receitas turísticas.

De acordo com o Instituto Nacional de Estatísticas, as entradas de turistas estrangeiros no país, medidas pelo número de hóspedes registado nos estabelecimentos hoteleiros, cresceram 12,6 por cento (27,4 por cento em 2011), 6,3 e 8,8 pontos percentuais acima da média africana e mundial, respectivamente.

O efeito de base e, marginalmente, alguma retoma da procura dirigida aos países do Magreb, em função da redução da instabilidade política social, poderão explicar, em certa medida, a desaceleração da procura turística em 2012.

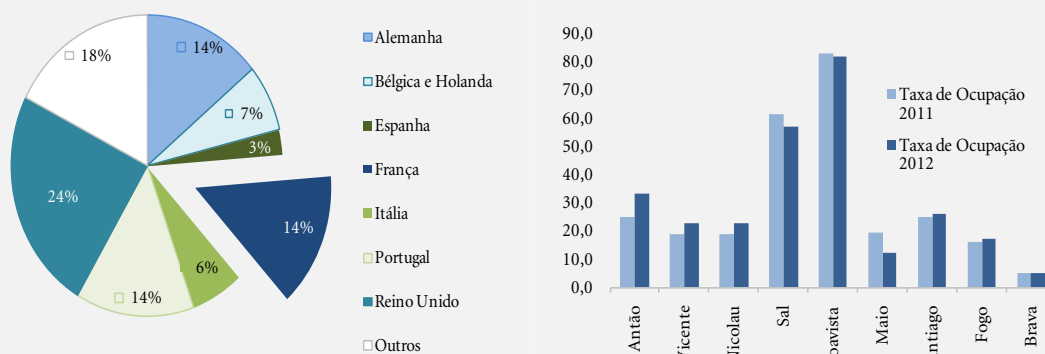
**Quadro 6. Principais Indicadores do Turismo**

	2010	2011	2012
Número de Hóspedes	336.086	428.273	482.267
Número de Dormidas	2.217.563	2.703.909	3.184.524
Receitas do Turismo (milhões de escudos)	22.026,2	27.850,8	33.752,9
Receitas do Turismo (em % do PIB)	15,9	18,8	24,3
Participação nos Serviços (em %)	52,9	60,9	65,8

Fonte: Banco de Cabo Verde.

O Reino Unido reforçou a sua posição enquanto principal país de proveniência de turistas, tanto em termos de entradas (de 21 para 24 por cento do total), como de dormidas (de 28 para 33 por cento). Seguem os países da Área do Euro, que representam, no global, cerca de 59 por cento do total da procura (67 por cento em 2011). Registe-se alguma tendência para a diversificação da procura. As dormidas de turistas de outras origens, que não o mercado tradicional, duplicaram em 2012.

**Figura 12. Procura Turística por Origem e Destino**



Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas.

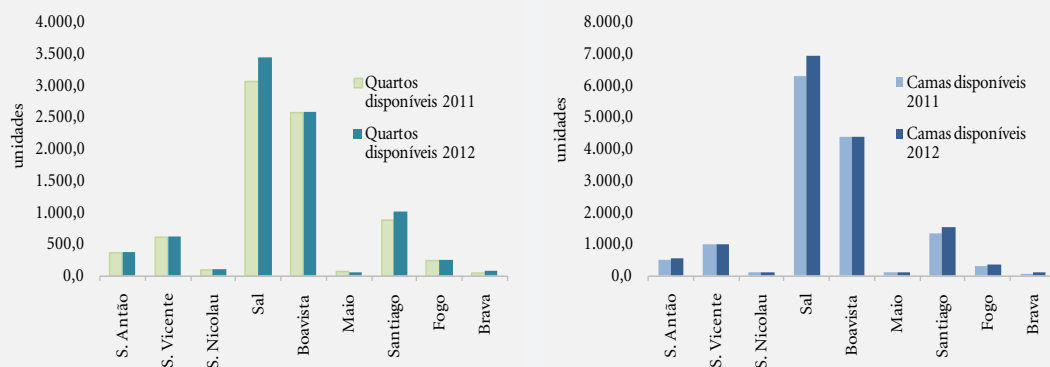
A ilha da Boavista continuou a ser o destino preferido, tendo recebido cerca de 41 por cento do total de turistas que visitaram Cabo Verde (42 por cento em 2011). A ilha recebeu cerca de 199 mil turistas e registou a maior taxa de ocupação média (82 por cento, 25 pontos percentuais acima da média nacional). A ilha do Sal foi o segundo destino preferencial dos turistas,

recebendo cerca de 36 por cento do total de visitantes (37 por cento em 2011). As ilhas de Santo Antão, São Vicente e Santiago reforçaram a sua posição enquanto destino turístico, tendo as suas taxas de ocupação aumentado 32, 22 e cinco por cento, respectivamente. Adicionalmente, destacam-se o aumento das receitas de turismo de viagens por motivos de negócios, em 26 por cento, e o aumento da estadia média para seis noites.

Em relação à oferta turística, de acordo com informações do Instituto Nacional de Estatísticas, registou-se em 2012 um aumento de 6,2 por cento no número de estabelecimentos hoteleiros no país (9,6 por cento em 2011). Este aumento no número de estabelecimentos traduziu-se num acréscimo da capacidade de alojamento em 6,9 por cento e num aumento do emprego nos estabelecimentos hoteleiros em cerca de quatro por cento (mais 27 por cento em 2011).

As ilhas de Santo Antão, Sal e Santiago registaram o maior aumento no número de estabelecimentos (10,3, 11,1 e sete por cento, respectivamente). Em termos agregados, a ilha do Sal continuou a liderar a oferta (40,4 por cento), seguida pelas ilhas da Boavista e Santiago (com 30 e 12 por cento, respectivamente).

**Figura 13. Oferta Turística por Ilhas**



Fonte: Banco de Cabo Verde.

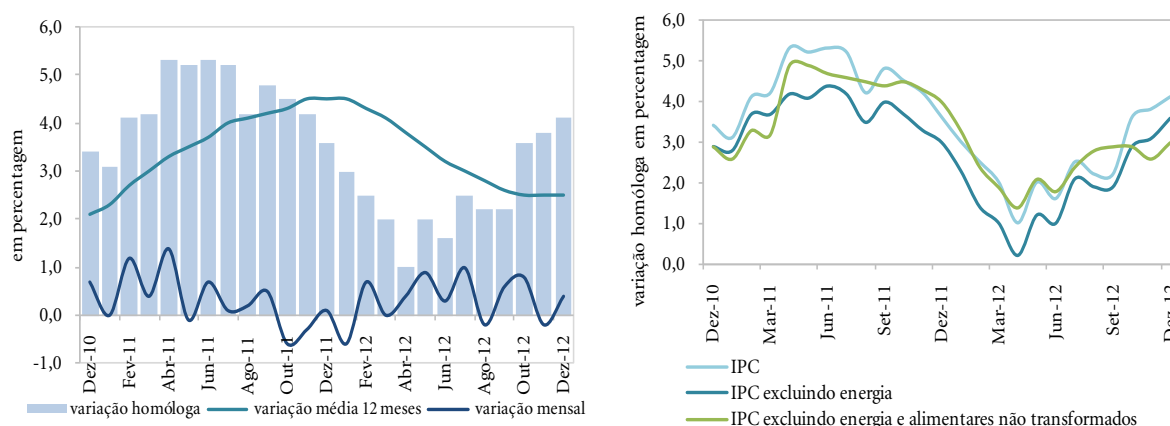
No que diz respeito ao enquadramento do sector turístico no contexto global, de acordo com o *Travel and Tourism Competitiveness Index* (TTCI), que mede factores e políticas que têm sido identificados como alavancas para melhorar a competitividade das viagens e turismo nos diferentes países, Cabo Verde classificou-se em octogésimo sétimo lugar, num *ranking* de 140 países. A fraca *performance* competitiva do país sugere algum atraso na implementação de medidas de política para potenciar o produto turístico, nomeadamente no que concerne à preparação dos recursos humanos e à promoção da atractividade ambiental.<sup>17</sup>

<sup>17</sup> No cálculo do índice global considera-se o quadro regulatório do país, o ambiente empresarial e as infra-estruturas existentes, bem como os recursos humanos, culturais e naturais.

### 3.3. Preços

Em 2012, os preços no consumidor inverteram a tendência crescente que vinham registando desde Abril de 2010, passando, a partir de Fevereiro de 2012, a apresentar um perfil descendente. No final do ano, a inflação média anual fixou-se nos 2,5 por cento, valor inferior ao registado em período homólogo em 2 pontos percentuais.

**Figura 14. Evolução do Índice de Preços no Consumidor**



Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas.

A desaceleração dos preços da classe de bens alimentares e bebidas não alcoólicas (de 5,2 para 2,7 por cento), da classe de transportes (de 7,5 para 4,3 por cento) e de rendas de habitação, água e electricidade (de 6,5 para 5,5 por cento) indiciam que a inversão da tendência dos preços internacionais, além de algum aumento da produção interna de bens alimentares frescos, numa conjuntura de redução da procura interna, tenham sido determinantes para a evolução da inflação em 2012.

A inflação importada abrandou consideravelmente em 2012, contribuindo directa e indirectamente para a mitigação dos preços no consumidor. Registe-se que em resultado sobretudo do arrefecimento da economia mundial, os preços de bens energéticos cresceram um por cento (31,6 por cento em 2011), enquanto os preços de bens alimentares decresceram sete por cento, em termos médios, em 2012.<sup>18</sup> Igualmente, a inflação média anual do principal fornecedor do país – Portugal - registou uma desaceleração de 0,8 pontos percentuais, para 2,8 por cento.

No caso particular da energia, o forte abrandamento dos preços internacionais repercutiu-se nos preços administrados de transportes terrestres de passageiros, cujo crescimento desacelerou em termos médios em 3,2 pontos percentuais. Entretanto, os preços administrados de combustíveis e, conseqüentemente, de fornecimento da electricidade e água, registaram uma aceleração, impulsionada por custos adicionais de importação e de logística.

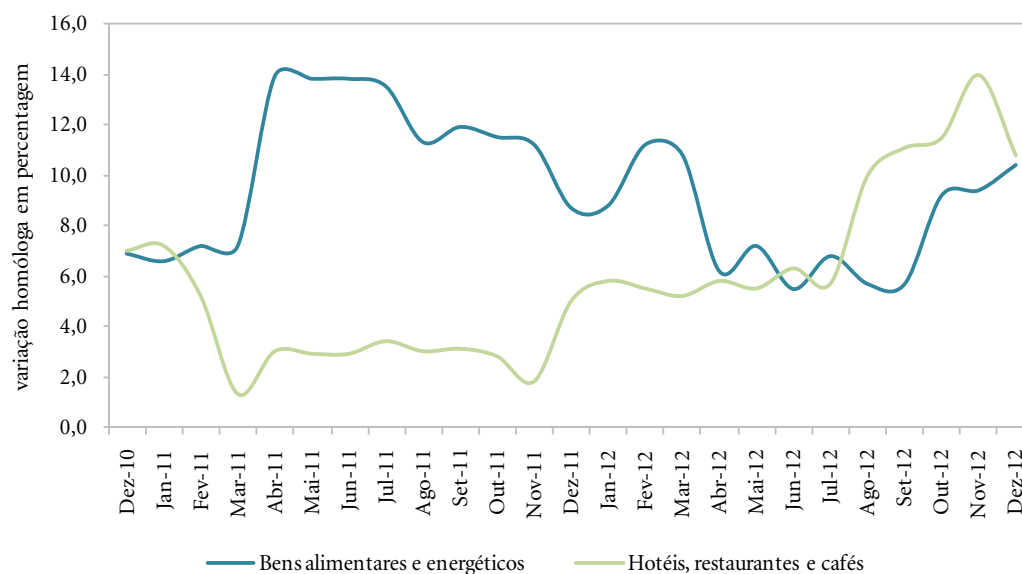
Realce-se, também, o contributo relevante da redução dos preços administrados da comunicação fixa, em 14 por cento, para a evolução da inflação em 2012.

<sup>18</sup> Além da contenção da procura global, a evolução dos preços do petróleo foi condicionada por alguma estabilização política e social da região do Médio Oriente e pelo efeito de base da procura nipónica, na sequência do desastre de Futushima.



Contrariamente, os preços das classes de bebidas alcoólicas e hotéis e restaurantes registaram um perfil ascendente em 2012, no primeiro caso devido ao aumento da taxa de Imposto sobre Consumos Especiais (que passou de dez para 40 por cento). No segundo caso, a evolução dos preços nos últimos anos sugere algum ajustamento dos preços praticados pelos operadores turísticos, em função dos aumentos observados nos preços de bens alimentares e energéticos, particularmente no ano anterior.

**Figura 15. Evolução do Índice de Preços no Consumidor Agregados Especiais**



Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas.

A coincidência da inflação subjacente com a *headline inflation* confirma um impacto limitado na evolução dos preços no consumidor das componentes do cabaz de consumo tendencialmente mais voláteis – energia e bens alimentares não transformados. Ainda, considerando o diferencial positivo entre o IPC agregado e o IPC excluindo energia, a evolução da inflação subjacente indicia que a deflação de bens alimentares não transformados tenha tido um contributo significativo na desaceleração dos preços no consumidor em 2012.

## Capítulo 4. Balança de Pagamentos

As contas externas evoluíram favoravelmente em 2012, tendo as necessidades de financiamento da economia, medidas pelo défice conjunto das balanças corrente e de capital, reduzido cerca de 27 por cento. O excedente de financiamento face às necessidades da economia resultou num aumento das reservas externas na ordem de 37 milhões de euros, que passaram a garantir 3,8 meses de importações projectadas para 2012.

A evolução das contas externas, e em particular a redução do défice da balança corrente em cerca de 25 por cento, reflecte em larga medida o ajustamento do sector privado a condições de financiamento (internas e externas) mais restritivas, a redução dos preços internacionais de matérias-primas, o aumento da produção de bens frescos e de energia renovável, bem como o contínuo crescimento da procura turística.

Ao contrário do sector privado, as necessidades de financiamento externo do Governo aumentaram em 2012, em linha com a execução mais acelerada do investimento público.

Decompondo a evolução das necessidades de financiamento da economia pelas suas componentes principais, regista-se que a melhoria significativa da balança corrente traduz o comportamento menos desfavorável da balança de bens e serviços, em função da redução das importações de bens em cerca de oito por cento em termos nominais (após um crescimento de 23 por cento) e do aumento das receitas de turismo em cerca de 21 por cento.

**Quadro 7. Balança Corrente e de Capital**

	em milhões de escudos			em % do PIB		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Balança Corrente e de Capital	-15.411,5	-22.957,9	-16.847,8	-11,1	-15,5	-12,1
Balança Corrente	-18.722,3	-23.943,0	-17.954,5	-13,5	-16,2	-12,9
Bens e Serviços	-40.293,3	-46.757,1	-35.722,3	-29,1	-31,6	-25,7
Bens	-56.821,8	-67.206,1	-61.629,5	-41,0	-45,4	-44,4
Exportações	11.282,3	16.758,9	15.776,6	8,1	11,3	11,4
Importações	-68.104,1	-83.964,9	-77.406,1	-49,1	-56,7	-55,8
Serviços	16.528,5	20.449,0	25.907,2	11,9	13,8	18,7
Exportações	41.633,8	45.749,4	51.275,5	30,0	30,9	36,9
Transporte aéreo	13.888,1	11.250,4	10.627,2	10,0	7,6	7,7
Viagens de turismo	22.026,2	27.850,8	33.752,9	15,9	18,8	24,3
Importações	-25.105,2	-25.300,4	-25.368,3	-18,1	-17,1	-18,3
Rendimentos	-6.710,2	-5.654,6	-5.105,4	-4,8	-3,8	-3,7
Tranferências Correntes	28.281,2	28.468,8	22.873,2	20,4	19,2	16,5
Transferências oficiais	8.789,6	5.535,2	5.339,0	6,3	3,7	3,8
Remessas de emigrantes	10.325,1	13.423,0	13.627,9	7,5	9,1	9,8
Balança Capital	3.310,8	985,0	1.106,7	2,4	0,7	0,8

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Em termos agregados, a evolução dos preços das mercadorias importadas (-15,6 por cento) foi determinante para a redução das importações em 2012. Com efeito, as importações de mercadorias, em volume, continuaram a crescer (3,6 por cento), embora a um ritmo mais lento (em 2011 cresceram cerca de sete por cento). Note-se, contudo, a redução em volume das importações de bens de consumo (6,1 por cento), de bens de capital (55,9 por cento) e de combustível (40,9 por cento), em linha com a evolução do consumo e investimento privados, bem como alguma substituição na produção eléctrica de energia fóssil por energia renovável.

As exportações de bens, entretanto, decresceram em 2012 (5,9 por cento), depois de terem registado aumentos consideráveis em 2011 e 2010 (respectivamente 48,5 e 53,2 por cento). A redução de fornecimentos à navegação aérea e marítima, em função da redução das importações e desaceleração do tráfego aéreo (devido, essencialmente ao efeito de base), bem como a diminuição das exportações de pescado e vestuário fornecidos especialmente a mercados da Zona Euro, explicam a fraca *performance* das exportações de bens em 2012, não obstante o crescimento acelerado das exportações para os EUA.

Ao contrário das exportações de bens, as exportações de serviços aumentaram 12,1 por cento em termos nominais (9,9 por cento em 2011), impulsionadas pelo crescimento das receitas brutas de turismo (que representam mais de 66 por cento do total das exportações de serviços).

À semelhança da balança de bens e serviços, a balança de rendimentos registou uma evolução menos desfavorável em 2012. O défice de rendimentos reduziu-se cerca de dez por cento, determinado pela redução dos dividendos expatriados, numa conjuntura de forte desaceleração da actividade económica nacional. Contudo, registou-se um aumento significativo dos juros pagos aos credores internacionais pelo Governo (35 por cento), em resultado do aumento do endividamento externo no quadro da estratégia de financiamento dos projectos públicos. Igualmente, refira-se o aumento, na ordem de 17 por cento, dos juros líquidos pagos ao exterior pelo sector privado, que reflecte, por um lado, o alargamento do *premium* de juros internos face aos internacionais, em resultado da política monetária em vigor, e por outro, o aumento (considerável) dos passivos de curto prazo dos bancos, bem como da dívida externa das empresas nacionais.

A evolução da balança de transferências, por seu turno, foi desfavorável, em função da redução dos donativos (0,6 por cento) e de uma forte desaceleração do ritmo de crescimento das remessas dos emigrantes, de 29,3 para 1,2 por cento.<sup>19</sup>

As transferências unilaterais públicas foram condicionadas, particularmente, pela redução, na ordem dos 29 por cento, da ajuda orçamental concedida ao Governo. Os donativos directos aos organismos não governamentais, bem como os desembolsados directamente aos projectos (caso do segundo compacto do *Millenium Challenge Account*), contrariamente, cresceram em cerca de 52 por cento em 2012, atenuando a queda das transferências oficiais.

A desaceleração das transferências dos emigrantes para apoio familiar, por seu turno, foi determinada, principalmente, pela queda das transferências de Portugal, Reino Unido e Espanha, países que tinham registado maiores crescimentos das transferências de emigrantes em 2011. Em termos acumulados, as remessas em divisas provenientes da Zona Euro

<sup>19</sup> O saldo da balança de transferências, entretanto, registou uma redução expressiva, em larga medida explicada pela reconciliação estatística. O BCV tem procedido a uma reclassificação das transacções registadas pelos bancos na rubrica residual - outras transferências.

diminuíram 0,7 por cento (+ 32,5 por cento em 2011). As remessas dos EUA, por seu turno, cresceram dez por cento, em parte devido à apreciação do dólar americano, em termos médios, em cerca de seis por cento (- 1 por cento no ano anterior).

**Quadro 8. Remessas de Emigrantes em Divisas**

	2010	2011	2012
	em milhões de escudos		
EUA	1.683,3	1.667,1	1.834,1
P. Baixos	840,0	1.211,3	1.255,5
França	2.354,9	2.748,1	3.093,2
Portugal	3.195,1	4.757,9	4.308,1
Outros	2.260,2	2.984,3	2.750,0
Total	10.333,4	13.368,6	13.241,0
	taxas de crescimento, em percentagem		
EUA	9,5	-1,0	10,0
P. Baixos	-9,2	44,2	3,7
França	5,5	16,7	12,6
Portugal	3,4	48,9	-9,5
Outros	-6,3	32,0	-7,8
Total	1,4	29,4	-1,0

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Não obstante a redução das necessidades de financiamento da economia, o saldo da balança financeira aumentou cerca de 11 por cento, determinado pelo aumento dos desembolsos líquidos da dívida pública, na ordem dos 21 por cento.<sup>20</sup>

Ao contrário do sector público, os fluxos financeiros do sector privado, nomeadamente os desembolsos líquidos dos créditos comerciais e dos empréstimos financeiros, bem como o investimento directo, reduziram-se significativamente (respectivamente, 89, 91 e 26 por cento).

**Quadro 9. Balança Financeira**

	2010	2011	2012	2010	2011	2012
	em milhões de escudos			em % do PIB		
Balança Financeira	22.348,1	23.023,0	17.641,2	16,1	15,5	12,7
Investimento Directo	9.644,5	8.087,3	6.008,8	7,0	5,5	4,3
Outros Investimentos	14.463,7	11.451,6	15.675,0	10,4	7,7	11,3
Créditos Comerciais	212,9	5.499,4	605,4	0,2	3,7	0,4
Empréstimos	13.139,5	13.076,7	14.821,7	9,5	8,8	10,7
Moeda e Depósitos	1.006,8	-588,2	7.698,2	0,7	-0,4	5,5
Outros Activos e Passivos	104,6	104,6	289,9	0,1	0,1	0,2

Fonte: Banco de Cabo Verde.

<sup>20</sup> Não obstante as perdas cambiais de cerca de 124 milhões de escudos, associadas à apreciação do dólar, moeda de serviço de 64,3 por cento da dívida pública externa.

No caso concreto do investimento directo estrangeiro, a sua contínua queda traduz as condições financeiras restritivas dos principais investidores, bem como algum aumento da aversão ao risco, num contexto macroeconómico internacional e nacional adverso e de incerteza para os investidores. Em termos comparativos, a queda do investimento directo estrangeiro em Cabo Verde é expressivamente maior que a da média dos países em desenvolvimento (três por cento), indiciando alguma insustentabilidade dos fluxos extraordinários observados de 2006 a 2008 (relacionados com o negócio da imobiliária turística).<sup>21</sup>

A evolução da dívida pública externa, cujo *stock* passou a representar cerca de 70 por cento do PIB em 2012 (56 por cento do PIB em 2011), determinou o aumento da posição devedora da economia cabo-verdiana face ao resto do mundo para 76 por cento do PIB em 2012 (62 por cento do PIB em 2011).

---

<sup>21</sup> O caso de Cabo Verde não se compara à média da África Subsaariana, que conseguiu aumentar os influxos de IDE, direccionados em especial para exploração de recursos naturais, em 5,5 por cento em 2012.



## ANEXOS ESTATÍSTICOS





### Produto Interno Bruto - Óptica da Despesa

Dados encadeados a preços correntes, em milhões de escudos

	2010 Pesos (%)	2007	2008	2009	2010
Consumo Privado	63,0	76.770	81.864	86.839	87.328
Consumo Público	18,4	21.296	22.739	24.708	25.536
Investimento	47,6	60.730	65.376	59.501	66.024
Formação Bruta de Capital Fixo	45,2	53.943	57.285	52.337	62.625
Variação de Existências	2,5	6.787	8.091	7.164	3.399
Procura Interna	129,1	158.796	169.979	171.048	178.888
Exportações de Bens e Serviços	28,9	38.470	43.242	36.699	40.059
Procura Global	158,0	197.266	213.220	207.747	218.947
Importações de Bens e Serviços	58,0	75.294	78.523	71.867	80.379
PIB	100,0	121.972	134.697	135.880	138.568

Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas.

### Produto Interno Bruto - Óptica da Despesa

Taxa de variação real, em percentagem

	2008	2009	2010
Consumo Privado	1,6	6,1	-1,2
Consumo Público	3,8	7,3	2,0
Investimento	3,8	-9,0	10,2
Formação Bruta de Capital Fixo	2,5	-8,5	19,0
Variação de Existências	14,5	-12,7	-53,9
Procura Interna	2,8	0,4	3,2
Contributo Procura Interna para PIB (a)	3,6	0,5	4,1
Exportações de Bens e Serviços	7,4	-17,5	9,1
Procura Global	3,7	-3,2	4,2
Importações de Bens e Serviços	-1,2	-6,5	9,5
Contributo Procura Externa Líquida para PIB (a)	3,1	-1,8	-2,6
PIB	6,7	-1,3	1,5

Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas.

Notas: (a) Contributo para a taxa de variação do PIB em pontos percentuais

### Produto Interno Bruto - Óptica da Despesa

Taxa de variação dos deflatores implícitos, em percentagem

	2008	2009	2010
Consumo Privado	4,9	0,0	1,8
Consumo Público	2,8	1,3	1,3
Investimento	3,7	0,1	0,7
Formação Bruta de Capital Fixo	3,6	-0,1	0,6
Variação de Existências	4,2	1,5	2,9
Procura Interna	4,2	0,2	1,3
Exportações de Bens e Serviços	4,7	2,9	0,0
Procura Global	4,3	0,7	1,1
Importações de Bens e Serviços	5,5	-2,1	2,1
PIB	3,5	2,2	0,6

Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas.

### Produto Interno Bruto - Óptica da Oferta

Dados encadeados a preços correntes, em milhões de escudos										
	2010 Pesos em %	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Agricultura, Produção Animal e Floresta	7,0	6.604	7.076	7.054	6.790	6.893	9.386	9.655	10.043	9.705
Pesca	1,0	928	991	1.043	968	1.208	1.003	786	1.261	1.367
Indústria e Energia	7,3	6.111	6.708	6.657	6.651	6.674	7.242	8.858	9.588	10.175
Construção	10,8	7.752	8.025	8.298	9.907	11.919	13.376	16.409	16.584	14.973
Comércio	12,7	10.290	11.264	11.745	11.641	13.143	15.389	15.540	16.833	17.610
Hotéis	3,5	1.644	1.779	1.901	2.087	3.095	4.255	4.712	4.653	4.793
Transportes e Comunicações	15,2	13.919	15.917	15.882	16.704	18.764	19.929	22.083	20.917	21.035
Bancos e Seguros	3,7	2.949	2.908	2.867	2.865	3.683	4.844	6.016	5.316	5.119
Habitação	8,7	6.719	6.917	7.781	8.641	9.500	10.251	11.186	11.232	12.101
Serviços Públicos	13,7	12.345	14.062	14.595	15.553	16.590	15.504	16.181	17.947	19.018
Outros Serviços	3,7	2.425	2.768	2.867	3.372	3.644	4.183	4.793	4.884	5.074
Total VAB	87,3	71.685	78.414	80.688	85.177	95.112	105.362	116.219	119.258	120.970
Impostos Líquidos de Subsídios	12,7	7.912	8.676	10.123	11.513	13.610	16.612	18.479	16.621	17.598
PIB	100,0	79.597	87.090	90.811	96.690	108.722	121.972	134.697	135.880	138.568

Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas.

## Produto Interno Bruto - Óptica da Oferta

Taxa de variação real, em percentagem

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Agricultura, Produção Animal e Floresta	0,4	-1,3	-5,9	-1,2	40,9	3,4	8,2	-4,8
Pesca	17,2	9,9	-3,4	12,8	-4,4	-21,8	38,9	5,8
Indústria e Energia	-0,2	-5,0	7,2	0,9	18,9	17,1	-1,7	9,5
Construção	0,3	0,5	15,2	16,2	9,1	19,1	-7,7	-11,0
Comércio	4,0	5,2	6,1	2,3	12,7	-3,7	5,9	2,4
Hotéis	22,6	12,4	15,4	38,8	34,0	5,9	-4,3	-4,3
Transportes e Comunicações	18,7	5,0	-3,6	14,0	-0,6	6,7	-4,1	6,8
Bancos e Seguros	-4,6	-0,4	-1,8	26,4	27,3	21,9	-11,4	-2,8
Habituação	6,7	12,4	9,8	6,5	9,1	4,1	-2,5	2,9
Serviços Públicos	11,1	2,8	4,0	3,1	-8,8	1,8	9,0	4,5
Outros Serviços	15,9	6,1	24,9	4,0	-11,7	9,9	0,9	3,0
Total VAB	7,8	3,6	4,7	8,3	7,6	6,7	0,1	1,2
Impostos Líquidos de Subsídios	5,0	17,9	15,4	15,2	20,4	6,2	-9,8	3,7
PIB	7,5	4,9	5,8	9,1	9,2	6,7	-1,3	1,5

Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas.

## Produto Interno Bruto - Óptica da Oferta

Taxa de variação dos deflatores implícitos, em percentagem

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Agricultura, Produção Animal e Floresta	6,7	1,0	2,3	2,7	-3,3	-0,5	-3,9	1,5
Pesca	-8,8	-4,3	-3,9	10,7	-13,1	0,2	15,4	2,5
Indústria e Energia	10,0	4,4	-6,8	-0,5	-8,7	4,4	10,1	-3,0
Construção	3,2	2,9	3,6	3,5	2,9	3,0	9,5	1,4
Comércio	5,2	-0,9	-6,5	10,4	3,9	4,9	2,3	2,2
Hotéis	-11,7	-5,0	-4,8	6,9	2,6	4,6	3,2	7,6
Transportes e Comunicações	-3,7	-5,0	9,1	-1,5	6,8	3,9	-1,2	-5,8
Bancos e Seguros	3,4	-0,9	1,8	1,7	3,3	1,9	-0,3	-0,9
Habituação	-3,5	0,1	1,1	3,2	-1,1	4,8	3,0	4,7
Serviços Públicos	2,5	1,0	2,5	3,5	2,5	2,5	1,8	1,4
Outros Serviços	-1,5	-2,4	-5,8	3,9	30,0	4,3	1,0	0,9
Total VAB	1,5	-0,6	0,9	3,1	2,9	3,4	2,6	0,2
Impostos Líquidos de Subsídios	4,4	-1,0	-1,4	2,6	1,4	4,8	-0,3	2,1
PIB	1,8	-0,6	0,6	3,0	2,7	3,5	2,2	0,6

Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas.

### Importações Cabo-Verdianas de Bens por Zona Económica e Países de Destino

	Estrutura das impor- tações - pesos em %		em milhões de escudos											
	2002	2012	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	
CEDEAO	1,7	1,3 0,0	556,7	1.436,7	688,7	758,3	594,5	871,8	948,0	1.219,3	1.148,1	1.308,7	854,5	
Alemanha	3,9	1,0	1.261,9	344,3	355,3	279,0	545,6	853,9	975,2	1.280,7	276,1	391,9	679,4	
Brasil	3,5	4,0	1.135,3	922,1	1.757,2	3.130,3	3.024,7	3.743,3	3.528,7	2.508,1	2.300,0	2.056,1	2.646,7	
Costa do Marfim	0,6	0,4	201,1	907,0	327,3	302,9	127,8	260,1	252,0	180,0	143,8	38,0	239,2	
Espanha	3,8	7,2	1.234,8	906,0	1.475,9	2.954,4	2.668,3	2.666,5	4.533,3	5.531,3	6.577,5	7.421,8	4.701,3	
Estados Unidos da América	3,3	5,3	1.060,7	1.181,0	5.091,6	1.056,7	659,9	697,8	539,1	583,1	980,7	713,1	3.483,6	
França	2,1	1,6	683,0	1.069,2	940,3	772,4	1.184,1	5.721,7	1.256,1	1.088,4	2.265,2	1.260,2	1.077,5	
Itália	3,1	1,6	1.000,0	740,6	1.143,2	1.548,1	2.267,2	2.275,1	1.695,5	1.737,8	1.074,9	3.345,2	1.041,1	
Países Baixos	18,1	15,0	5.840,7	6.961,6	5.281,0	6.119,6	5.315,8	9.771,2	10.576,2	9.412,2	10.373,9	14.391,1	9.859,3	
Portugal	55,3	48,2	17.834,1	16.576,6	16.336,5	17.729,3	23.878,1	27.059,3	31.369,7	27.170,6	31.795,5	33.606,2	31.672,5	
Reino Unido	0,4	0,7	118,8	298,6	383,0	410,0	649,5	621,4	559,7	270,4	271,9	287,9	490,4	
Senegal	1,0	0,7	314,6	428,6	288,1	151,8	192,4	496,4	411,7	690,8	689,6	1.053,2	461,0	
Suécia	0,1	0,2	27,3	38,6	46,0	47,5	682,0	616,8	270,8	91,8	170,0	48,6	113,1	
Outros Países	4,8	14,1	1.557,2	3.861,2	5.034,5	4.412,8	6.383,6	5.045,7	6.342,5	5.679,6	4.920,0	10.536,7	9.245,7	
Total	100,0	100,0	32.269,3	34.235,3	38.459,9	38.914,8	47.578,9	59.829,3	62.310,5	56.224,8	61.839,0	75.149,9	65.710,8	

Fonte: Direcção Geral das Alfândegas.

### Importações Cabo-Verdianas de Bens por Grupos e Produtos

	Pesos %	Taxa de variação nominal, em percentagem										
	2012	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
<b>Bens de Consumo</b>	<b>35,4</b>	<b>1,6</b>	<b>1,3</b>	<b>8,2</b>	<b>10,9</b>	<b>17,5</b>	<b>8,4</b>	<b>9,2</b>	<b>-5,0</b>	<b>6,4</b>	<b>8,2</b>	<b>-4,9</b>
Produtos Alimentares Primários	4,6	25,5	0,9	-18,9	17,3	26,9	18,6	16,2	-20,1	14,6	5,4	1,8
Produtos Alimentares Transformados	20,1	-5,8	2,5	19,5	5,4	13,9	11,8	7,8	2,0	2,3	10,6	-5,3
Material de Transporte	2,1	-20,1	2,1	-15,8	10,2	37,8	9,3	9,0	-30,5	-0,7	11,3	-8,1
Outros Bens Consumo Duradouros	3,6	41,6	-5,3	32,3	38,1	16,2	-7,2	9,4	-3,2	30,1	-17,4	2,8
Outros Bens Consumo, Semi-Duradouros	1,7	15,1	-5,2	-4,2	-2,9	22,2	-7,6	27,3	-14,2	-4,0	29,4	-14,8
Outros Bens Consumo, não Duradouros	3,3	10,8	5,2	-0,6	20,1	11,6	4,2	-2,1	5,2	6,0	19,1	-10,8
<b>Bens Intermédios</b>	<b>20,5</b>	<b>16,3</b>	<b>-5,0</b>	<b>19,7</b>	<b>11,8</b>	<b>26,3</b>	<b>16,5</b>	<b>25,6</b>	<b>-22,0</b>	<b>13,6</b>	<b>2,1</b>	<b>-15,6</b>
Produtos Alimentares Primários	0,8	-44,3	-4,7	258,8	-59,9	60,8	16,2	27,1	-48,3	14,0	70,0	-19,3
Produtos Alimentares Transformados	0,5	54,8	-4,2	-3,4	74,0	-11,8	8,8	37,5	35,6	-22,7	-9,0	17,7
Produtos Primários não Especificados	0,3	-19,9	2,7	3,6	22,2	-24,0	215,5	28,2	-8,6	-15,7	-30,1	14,1
Produtos Transformados para Agricultura	0,0	-15,0	35,2	17,0	2,2	43,0	2,0	3,9	30,6	-30,5	24,9	-10,0
Produtos Transformados para Indústria Alimentar	0,4	4,2	-6,7	6,0	-18,0	39,0	8,0	21,6	1,2	15,0	14,2	0,0
Produtos Transformados para Confecção e Calçado	0,2	31,1	-31,8	28,3	8,7	-17,1	26,7	-1,3	-21,7	-9,3	55,1	-13,7
Produtos Transformados para Indústrias Várias	0,7	22,6	-5,3	-7,9	24,4	-7,0	6,0	30,7	2,4	4,7	19,7	-13,8
Produtos Transformados para Construção	9,5	20,7	17,0	27,5	17,0	34,1	19,4	33,9	-30,4	2,9	6,1	-16,6
Cimento	3,1	18,5	4,7	11,6	18,4	23,7	14,5	16,4	-17,8	0,3	-0,8	-12,1
Ferro	3,7	25,5	24,4	21,7	3,4	66,6	24,6	42,5	-43,2	11,6	21,3	-26,5
Produtos Transformados para Carpintaria	1,5	-7,4	29,3	-7,6	14,2	10,8	8,6	9,2	-28,3	5,8	15,8	-17,0
Material Eléctrico	2,2	75,2	-61,4	4,6	19,8	29,4	30,7	11,5	-11,0	129,4	-30,2	-28,8
Produtos Transformados, n.e.	3,7	1,2	7,4	0,5	22,7	24,2	-0,7	20,9	-2,4	-3,2	7,0	-6,6
Peças e Acessórios para Material de Transporte	0,5	3,4	-42,3	74,7	13,7	29,9	24,2	-12,1	-15,2	33,8	32,7	-27,8
<b>Bens de Capital</b>	<b>20,7</b>	<b>32,9</b>	<b>-30,3</b>	<b>100,5</b>	<b>-29,9</b>	<b>27,0</b>	<b>71,5</b>	<b>-31,7</b>	<b>-2,6</b>	<b>12,5</b>	<b>32,7</b>	<b>-3,8</b>
Máquinas	8,7	11,2	-30,7	29,9	14,4	54,4	31,2	-12,7	-1,7	26,1	18,0	-32,9
Meios de Transporte	11,5	53,7	-11,9	203,5	-54,5	-7,7	182,7	-49,6	-13,2	-6,2	0,1	154,2
Motores	0,5	80,2	-64,5	-18,1	35,5	39,7	-48,7	-24,2	127,5	-19,5	466,5	-87,1
<b>Combustíveis</b>	<b>14,2</b>	<b>27,1</b>	<b>108,5</b>	<b>-33,9</b>	<b>16,1</b>	<b>23,7</b>	<b>55,4</b>	<b>10,3</b>	<b>-9,2</b>	<b>12,6</b>	<b>95,7</b>	<b>-33,8</b>
Diesel Oil	7,5	23,3	-60,0	164,0	39,2	24,9	67,9	1,0	-9,9	13,9	106,4	-41,6
Fuel Oil	3,7	60,5	894,7	-74,2	-9,5	44,1	-0,1	53,3	17,1	-3,9	174,6	-35,2
Gasolina	0,8	64,8	-29,2	-2,1	-4,1	81,9	43,8	25,6	-54,2	44,4	-5,7	7,2
<b>Artigos diversos n.e.</b>	<b>9,2</b>	<b>8,7</b>	<b>69,4</b>	<b>-31,4</b>	<b>5,7</b>	<b>22,9</b>	<b>10,8</b>	<b>18,4</b>	<b>-3,4</b>	<b>7,5</b>	<b>12,9</b>	<b>-7,0</b>
<b>Total Geral</b>	<b>100,0</b>	<b>12,5</b>	<b>6,1</b>	<b>12,3</b>	<b>1,2</b>	<b>22,3</b>	<b>25,7</b>	<b>4,1</b>	<b>-9,8</b>	<b>10,0</b>	<b>21,5</b>	<b>-12,6</b>

Fonte: Direcção Geral das Alfândegas.

### Exportações Cabo- Verdianas de Bens por Zona Económica e Países de Destino

	Estrutura das exportações - pesos em %		em milhões de escudos										
	2002	2012	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
CEDEAO	3,78	0,14	46,64	16,96	12,44	6,97	76,34	5,72	158,72	2,34	20,01	13,23	6,22
Angola	0,01	0,10	0,11	10,04	0,61	0,00	0,00	0,41	0,00	0,21	1,54	0,08	4,34
Alemanha	1,56	0,00	19,27	13,37	1,92	1,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Guiné Bissau	0,43	0,09	5,31	0,00	7,77	6,47	75,87	1,42	2,49	1,33	20,01	8,22	4,00
Países Baixos	0,18	0,17	2,17	4,85	2,04	9,02	10,48	3,75	11,78	13,51	10,45	8,45	7,54
Portugal	88,45	15,97	1.091,92	875,48	1.044,44	810,15	905,89	901,70	979,27	928,16	839,63	977,18	728,93
França	0,14	0,05	1,68	1,25	1,16	3,09	0,19	0,35	0,32	80,23	21,84	337,41	2,22
Espanha	0,83	76,33	10,22	0,38	4,66	335,04	496,79	322,63	895,66	1.710,10	2.685,34	3.810,46	3.483,74
Estados Unidos da América	4,41	1,28	54,39	278,58	259,10	193,81	25,00	21,52	8,56	25,21	59,59	29,65	58,61
El Salvador	0,00	4,85	0,00	0,00	0,00	0,00	116,92	60,43	0,00	0,00	0,00	190,72	221,57
Marrocos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	161,40	113,00	65,57	0,00	0,00	0,00	0,00
Japão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9,33	114,28	10,76	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Países	4,01	1,16	49,50	52,11	12,74	212,42	17,14	7,51	434,84	1,36	58,80	68,51	52,95
Total	100,00	100,00	1.234,57	1.236,06	1.334,43	1.571,04	1.818,99	1.547,00	2.409,26	2.760,12	3.697,19	5.430,68	4.563,88

Fonte: Direcção Geral das Alfândegas.

## Exportações Cabo-Verdianas de Bens por grupos e produtos

	Pesos em %	Taxa de variação nominal, em percentagem											
	2012	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	
Produtos Tradicionais	84,1	21,1	-12,2	111,3	482,5	40,1	-36,5	151,9	30,5	52,7	58,0	-14,2	
Produtos do Mar	84,1	56,2	-18,0	126,2	482,5	40,1	-36,5	151,9	30,5	52,7	58,0	-14,2	
Enlatado	43,3	-56,6	67,0	-19,0	-9,1	610,1	-57,8	235,6	1.794,2	65,7	58,2	-18,8	
Congelado	38,4	-25,5	-93,3	3.985,9	352,2	-66,8	879,4	157,2	-33,1	40,8	55,3	-10,0	
Fresco	0,3	506,6	-56,1	-27,4	42.855,7	75,1	-99,9	579,9	-97,3	144,2	4.215,6	-29,7	
Crustáceos	2,0	263,6	1,4	71,6	-48,9	8,6	-17,1	10,6	0,2	6,1	96,5	30,2	
Produtos Transformados	13,1	-6,3	0,8	12,0	-27,3	-8,5	16,1	-3,4	-6,3	-5,6	8,3	-29,0	
Calçado	8,3	-12,9	-14,3	8,9	-41,1	7,5	42,4	-9,3	-9,4	19,1	3,4	-0,6	
Vestuário	4,8	-0,7	11,9	13,7	-19,8	-14,9	2,8	0,7	-4,4	-20,4	12,7	-52,3	
Outros Produtos	2,8	177,2	0,4	-66,3	77,8	87,0	-51,2	51,2	-25,0	8,8	30,2	13,1	
Total de Exportações	100,0	1,8	0,1	8,0	17,7	15,8	-15,0	55,7	14,6	34,0	46,9	-16,0	

Fonte: Direcção Geral das Alfândegas.



## Balança de Pagamentos

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
<b>Balança Corrente</b>	<b>-8.105</b>	<b>-8.866</b>	<b>-11.803</b>	<b>-3.568</b>	<b>-7.214</b>	<b>-15.787</b>	<b>-18.467</b>	<b>-19.800</b>	<b>-18.722</b>	<b>-23.943</b>	<b>-17.955</b>
Bens	-27.693	-30.065	-33.656	-30.960	-40.694	-53.243	-57.233	-53.735	-56.822	-67.206	-61.629
Exportações	4.909	5.150	5.093	7.891	8.429	6.545	8.640	7.365	11.282	16.759	15.777
Importações	-32.602	-35.215	-38.749	-38.851	-49.123	-59.788	-65.873	-61.100	-68.104	-83.965	-77.406
Serviços	1.500	1.404	2.826	5.438	11.612	15.762	18.404	12.782	16.529	20.449	25.907
Exportações	18.770	19.793	21.178	23.977	33.534	39.386	44.659	37.961	41.634	45.749	51.276
Transportes	8.674	8.109	8.792	9.379	10.838	9.693	13.120	11.161	14.321	11.749	11.221
Viagens e turismo	7.223	8.506	8.808	10.879	18.320	23.495	26.284	22.617	23.115	29.238	35.509
Importações	-17.270	-18.389	-18.353	-18.539	-21.922	-23.624	-26.256	-25.179	-25.105	-25.300	-25.368
Rendimentos	-1.726	-1.419	-1.658	-2.995	-3.515	-2.530	-3.540	-3.442	-6.710	-5.655	-5.105
Rendimentos de Investimento	-1.740	-1.382	-1.638	-2.896	-3.526	-2.445	-3.427	-3.096	-6.623	-5.572	-5.140
Rendimentos Investimento Directo	-534	-337	-334	-969	-2.083	-2.217	-2.769	-2.054	-4.759	-3.255	-1.961
Juros Dívida Externa Pública	-719	-514	-549	-551	-522	-519	-520	-548	-667	-852	-1.151
Juros Dívida Externa Privada (bancos e outros sectores)	-1.155	-1.141	-1.542	-3.032	-2.711	-1.750	-2.075	-1.698	-2.300	-2.411	-2.850
Transferências Correntes	19.814	21.214	20.685	24.949	25.383	24.224	23.902	24.596	28.281	28.469	22.873
Transferências Oficiais	4.159	4.776	4.697	4.273	4.184	5.454	7.839	6.894	8.790	5.535	5.339
Remessas de Emigrantes	10.529	9.923	9.018	11.776	11.478	10.769	11.029	10.222	10.325	13.423	13.628

Fonte: Banco de Cabo Verde.

### Balança de Pagamentos

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
	em milhões de escudos										
<b>Balança de Capital e de Operações Financeiras</b>	<b>6.903</b>	<b>10.348</b>	<b>10.798</b>	<b>3.544</b>	<b>7.972</b>	<b>15.587</b>	<b>22.912</b>	<b>22.301</b>	<b>25.659</b>	<b>24.008</b>	<b>19.533</b>
<b>Balança de Capital</b>	<b>1.824</b>	<b>2.481</b>	<b>2.089</b>	<b>1.852</b>	<b>1.540</b>	<b>2.148</b>	<b>2.084</b>	<b>3.670</b>	<b>3.311</b>	<b>985</b>	<b>1.107</b>
<b>Balança Financeira</b>	<b>5.079</b>	<b>7.867</b>	<b>8.709</b>	<b>1.692</b>	<b>6.432</b>	<b>13.439</b>	<b>20.828</b>	<b>18.631</b>	<b>22.348</b>	<b>23.023</b>	<b>18.426</b>
Investimento Directo	4.517	3.276	6.038	7.231	11.484	15.310	15.617	9.917	9.645	8.087	6.009
Outros Investimentos	3.354	4.489	6.009	-575	-22	4.959	7.465	7.712	14.464	11.452	16.460
Créditos Comerciais	2.399	-171	153	557	243	439	164	671	213	5.499	605
Dívida Externa Pública	1.197	1.448	517	2.300	2.266	2.326	3.216	6.302	14.657	14.266	17.207
Dívida Externa Privada (Bancos e Outros Sectores)	1.263	564	5.722	1.555	-4.452	3.783	319	-1.779	-1.535	-110	-1.632
Activos Líquidos dos Bancos	-96	2.743	-923	-4.144	1.965	330	4.865	1.361	1.033	-5.572	-252
Activos de Reserva	-2.792	102	-3.338	-4.965	-5.044	-7.120	-2.254	551	-2.218	3.484	-4.059
Erros e Omissões	1.202	-1.482	1.005	24	-758	200	-4.445	-2.502	-6.937	-65	-1.579
<i>Por memória</i>											
<b>Balança Corrente + Balança Capital</b>	<b>-6.281</b>	<b>-6.386</b>	<b>-9.714</b>	<b>-1.716</b>	<b>-5.674</b>	<b>-13.639</b>	<b>-16.383</b>	<b>-16.130</b>	<b>-15.411</b>	<b>-22.958</b>	<b>-16.848</b>

Fonte: Banco de Cabo Verde.

## Balança de Pagamentos

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
<b>Balança Corrente</b>	<b>-10,2</b>	<b>-10,2</b>	<b>-13,0</b>	<b>-3,7</b>	<b>-6,6</b>	<b>-12,9</b>	<b>-13,7</b>	<b>-14,6</b>	<b>-13,5</b>	<b>-16,2</b>	<b>-12,9</b>
Bens	-34,8	-34,5	-37,1	-32,0	-37,4	-43,7	-42,5	-39,5	-41,0	-45,4	-44,4
Exportações	6,2	5,9	5,6	8,2	7,8	5,4	6,4	5,4	8,1	11,3	11,4
Importações	-41,0	-40,4	-42,7	-40,2	-45,2	-49,0	-48,9	-45,0	-49,1	-56,7	-55,8
Serviços	1,9	1,6	3,1	5,6	10,7	12,9	13,7	9,4	11,9	13,8	18,7
Exportações	23,6	22,7	23,3	24,8	30,8	32,3	33,2	27,9	30,0	30,9	36,9
Transportes	10,9	9,3	9,7	9,7	10,0	7,9	9,7	8,2	10,3	7,9	8,1
Viagens e turismo	9,1	9,8	9,7	11,3	16,8	19,3	19,5	16,6	16,7	19,7	25,6
Importações	-21,7	-21,1	-20,2	-19,2	-20,2	-19,4	-19,5	-18,5	-18,1	-17,1	-18,3
Rendimentos	-2,2	-1,6	-1,8	-3,1	-3,2	-2,1	-2,6	-2,5	-4,8	-3,8	-3,7
Rendimentos de Investimento	-2,2	-1,6	-1,8	-3,0	-3,2	-2,0	-2,5	-2,3	-4,8	-3,8	-3,7
Rendimentos Investimento Directo	-0,7	-0,4	-0,4	-1,0	-1,9	-1,8	-2,1	-1,5	-3,4	-2,2	-1,4
Juros Dívida Externa Pública	-0,9	-0,6	-0,6	-0,6	-0,5	-0,4	-0,4	-0,4	-0,5	-0,6	-0,8
Juros Dívida Externa Privada (bancos e outros sectores)	-1,5	-1,3	-1,7	-3,1	-2,5	-1,4	-1,5	-1,2	-1,7	-1,6	-2,1
Transferências Correntes	24,9	24,4	22,8	25,8	23,3	19,9	17,7	18,1	20,4	19,2	16,5
Transferências Oficiais	5,2	5,5	5,2	4,4	3,8	4,5	5,8	5,1	6,3	3,7	3,8
Remessas de Emigrantes	13,2	11,4	9,9	12,2	10,6	8,8	8,2	7,5	7,5	9,1	9,8

Fonte: Banco de Cabo Verde

## Balança de Pagamentos

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
	em percentagem do PIB										
<b>Balança de Capital e de Operações Financeiras</b>	<b>8,7</b>	<b>11,9</b>	<b>11,9</b>	<b>3,7</b>	<b>7,3</b>	<b>12,8</b>	<b>17,0</b>	<b>16,4</b>	<b>18,5</b>	<b>16,2</b>	<b>14,1</b>
<b>Balança de Capital</b>	<b>2,3</b>	<b>2,8</b>	<b>2,3</b>	<b>1,9</b>	<b>1,4</b>	<b>1,8</b>	<b>1,5</b>	<b>2,7</b>	<b>2,4</b>	<b>0,7</b>	<b>0,8</b>
<b>Balança Financeira</b>	<b>6,4</b>	<b>9,0</b>	<b>9,6</b>	<b>1,7</b>	<b>5,9</b>	<b>11,0</b>	<b>15,5</b>	<b>13,7</b>	<b>16,1</b>	<b>15,5</b>	<b>13,3</b>
Investimento Directo	5,7	3,8	6,6	7,5	10,6	12,6	11,6	7,3	7,0	5,5	4,3
Outros Investimentos	4,2	5,2	6,6	-0,6	0,0	4,1	5,5	5,7	10,4	7,7	11,9
Créditos Comerciais	3,0	-0,2	0,2	0,6	0,2	0,4	0,1	0,5	0,2	3,7	0,4
Dívida Externa Pública	1,5	1,7	0,6	2,4	2,1	1,9	2,4	4,6	10,6	9,6	12,4
Dívida Externa Privada (Bancos e Outros Sectores)	1,6	0,6	6,3	1,6	-4,1	3,1	0,2	-1,3	-1,1	-0,1	-1,2
Activos Líquidos dos Bancos	-0,1	3,1	-1,0	-4,3	1,8	0,3	3,6	1,0	0,7	-3,8	-0,2
Activos de Reserva	-3,5	0,1	-3,7	-5,1	-4,6	-5,8	-1,7	0,4	-1,6	2,4	-2,9
Erros e Omissões	1,5	-1,7	1,1	0,0	-0,7	0,2	-3,3	-1,8	-5,0	0,0	-1,1
<i>Por memória</i>											
<b>Balança Corrente + Balança Capital</b>	<b>-7,9</b>	<b>-7,3</b>	<b>-10,7</b>	<b>-1,8</b>	<b>-5,2</b>	<b>-11,2</b>	<b>-12,2</b>	<b>-11,9</b>	<b>-11,1</b>	<b>-15,5</b>	<b>-12,1</b>

Fonte: Banco de Cabo Verde.

## Condições Monetárias e Financeiras da Economia Cabo-Verdiana

Taxas de Juro (valores médios)	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
<i>Policy Rate</i>	n.d.	7,25	4,10	4,10	3,10	3,80	4,53	5,25	4,25	4,25	5,75
Taxa de Rendibilidade de Bilhetes do Tesouro de 91 dias	6,38	7,60	5,60	2,40	3,00	3,44	3,40	3,59	4,00	4,00	4,08
Taxa de Rendibilidade de Obrigações do Tesouro de 10 anos	10,04	8,16	7,51	5,63	5,06	5,43	5,40	5,52	5,87	5,93	5,79
Taxas de Juro dos Saldos dos Empréstimos a Residentes com Maturidade de 181 dias a 1 ano 1/	13,69	13,44	13,44	12,56	8,14	9,83	9,33	9,30	9,04	8,68	9,51
Taxas de Juro dos Saldos dos Empréstimos a Residentes com Maturidade de 1 a 2 anos 1/	15,00	14,19	14,19	13,19	12,43	11,81	11,82	10,69	10,08	10,16	9,71
Taxas de Juro dos Saldos dos Empréstimos a Residentes com Maturidade Superior a 10 anos 1/	14,00	13,63	13,63	12,75	10,92	10,77	10,43	10,12	9,83	9,26	9,25
<b>Taxas de Câmbio (variação percentual dos valores em final de período)</b>											
Índice Cambial Efectivo Nominal (2001=100)	100,51	102,47	103,37	103,39	103,47	104,34	105,38	105,11	104,55	105,05	104,11
Taxa de Câmbio USD/CVE	117,26	97,80	88,74	88,65	87,93	80,62	75,34	79,38	83,28	79,28	85,84
<b>Empréstimos Concedidos pelo Sector Bancário ao Sector Privado (taxa de crescimento anual em final de período) 2/</b>											
Particulares	13,97	12,78	6,86	75,76	20,03	-21,27	95,03	14,00	9,29	9,40	-2,66
Para Aquisição de Habitação	14,76	11,55	8,45	104,90	20,05	-37,71	90,57	10,87	13,26	9,27	4,04
Para Consumo	12,13	15,71	3,19	5,23	19,97	56,28	103,42	19,51	2,82	9,64	-14,38
Sociedades não Financeiras	9,98	7,15	7,74	56,10	62,78	19,58	48,91	8,14	10,50	20,52	2,00
<i>Por memória</i>											
Taxa de Variação Média Anual do IPC	1,80	1,22	-1,88	0,40	4,80	4,40	6,80	1,00	2,10	4,50	2,50

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Notas: 1/Até 2005, taxas de juro em finais de período praticadas nas operações bancárias. A partir de 2006, taxas de juro efectivas em finais de período praticadas nas operações bancárias.

2/Até Novembro de 2005 retrata o crédito concedido por três Bancos Comerciais (BCA, BI e BCN), excluindo o crédito concedido pela CECV. A partir de Dezembro de 2005 passou-se a incluir o crédito concedido pela referida instituição. Igualmente, foram incorporadas as informações dos bancos BAI e BES a partir de Dezembro de 2011.

## Empréstimos Concedidos pelo Sector Bancário a Sociedades não Financeiras 1/

Desagregação Sectorial, Taxa de variação anual em fim de período em percentagem

	Peso no Total 2012	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
<b>Total</b>	<b>100,00</b>	<b>9,98</b>	<b>7,15</b>	<b>7,74</b>	<b>56,10</b>	<b>62,78</b>	<b>19,58</b>	<b>48,91</b>	<b>8,14</b>	<b>10,50</b>	<b>20,52</b>	<b>2,00</b>
Por Sector de Actividade												
Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca	0,34	0,12	-5,92	-2,92	27,88	-5,74	8,53	2,08	-5,21	-45,01	-10,81	-8,44
Indústria Extractivas	0,07	15,97	-28,93	-45,24	-85,89	296,16	31,45	164,72	59,94	10,83	-38,77	-9,79
Indústrias Transformadoras	8,12	0,27	13,32	18,07	25,21	9,89	43,44	53,94	10,83	4,19	-6,64	12,29
Electricidade, Água e Gás	5,21	-12,98	-2,19	-10,42	-4,51	2.808,18	-43,97	8,60	-10,13	-32,04	62,17	-10,44
Construção e Obras Públicas	15,45	-15,48	-15,28	33,60	35,28	96,85	46,73	49,64	23,42	26,95	22,54	0,56
Comércio, Restaurante e Hotéis	23,03	34,92	19,30	18,61	71,06	16,28	35,45	46,75	0,71	6,57	21,57	2,96
Transportes e Comunicações	13,33	6,69	5,79	3,61	90,77	29,56	8,10	35,56	9,30	15,51	40,74	3,31
Serviços Prestados às Empresas	13,96	78,34	-51,99	185,60	229,82	40,49	166,45	156,86	67,05	14,33	20,73	13,25
Serviços Sociais e Pessoais	20,48	11,39	7,07	-8,19	47,59	14,21	60,99	59,32	-2,81	20,76	12,50	-5,06

Fonte: Banco de Cabo Verde.

1/Até Novembro de 2005 retrata o crédito concedido por três Bancos Comerciais (BCA, BI e BCN), excluindo o crédito concedido pela CECV. A partir de Dezembro de 2005 passou-se a incluir o crédito concedido pela referida instituição. Igualmente, foram incorporadas as informações dos bancos BAI e BES a partir de Dezembro de 2011.

## Operações do Sector Público Administrativo

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
	em milhões de escudos								
<b>Receitas Totais</b>	<b>24.729</b>	<b>27.184</b>	<b>32.126</b>	<b>34.273</b>	<b>38.656</b>	<b>37.520</b>	<b>39.725</b>	<b>37.916</b>	<b>35.050</b>
Receitas Correntes (excluindo donativos)	18.466	20.806	25.726	28.909	32.421	29.984	30.239	33.574	32.282
Impostos	16.523	18.409	22.670	26.082	29.402	25.530	26.241	29.581	27.514
Imposto sobre o Rendimento	5.395	5.822	6.921	7.655	8.526	8.061	7.892	8.678	8.626
Imposto sobre Bens e Serviços	6.284	7.390	9.639	11.356	13.286	11.081	12.015	13.840	12.443
Imposto sobre Valor Acrescentado - IVA	5.592	6.552	8.439	9.917	11.723	9.747	10.521	11.603	10.402
Imposto sobre o Consumo	692	838	982	1.223	1.340	1.147	1.227	1.706	1.498,0
Outros Impostos	0	0	218	216	222	187	267	531	543
Imp. sobre Transacções Internacionais	4.112	4.387	5.070	5.591	6.124	5.438	5.634	6.228	5.778
Outros Impostos	733	810	1.040	1.479	1.466	951	701	835	667
Segurança Social	473	533	497	87	51	46	42	37	13
Transferências	6.086	6.208	6.291	5.312	5.741	7.536	9.486	4.342	2.768
Outras Receitas	1.469	1.864	2.559	2.741	2.968	4.408	3.956	3.956	4.755
Rendimentos de Propriedade	416	93	223	550	604	904	316	339	390
Venda de Bens e Serviços	506	1.415	1.310	1.811	1.840	3.063	3.077	3.143	3.676
Multas e Outras Penalidades	141	166	157	236	309	270	317	257	365
Outras Transferências	64	1	91	54	44	58	0	85	233
Outras Receitas não Especificadas	343	189	778	90	171	113	246	132	91

Fonte: Ministério das Finanças e Banco de Cabo Verde.

Nota: Nova série das finanças públicas, decorrente da adopção da metodologia do novo manual de estatísticas das finanças públicas.

## Operações do Sector Público Administrativo

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
	em milhões de escudos								
Despesas Correntes Totais	16.728	18.835	28.592	29.416	29.142	32.159	33.098	34.330	34.164
Despesas de Funcionamento	16.728	18.835	22.344	23.049	24.911	26.931	27.496	28.815	29.805
Despesas com Pessoal	7.983	8.753	10.504	10.929	11.363	12.571	13.323	13.967	14.354
Aquisição de Bens e Serviços	901	1.081	1.584	2.084	2.245	2.554	2.806	2.847	2.701
Juros Correntes	2.056	1.930	1.920	1.881	1.846	1.861	2.173	2.277	2.866
Dívida Externa	550	546	522	520	528	547	699	852	1.151
Dívida Interna	1.506	1.384	1.398	1.360	1.317	1.271	1.460	1.425	1.715
Outros Encargos	0	0	0	1	1	43	14	0	0
Subsídios	100	533	1.949	337	932	845	752	994	274
Transferências Correntes	1.460	1.626	2.497	2.736	3.269	3.713	3.873	3.695	3.635
Organismos Internacionais	32	46	74	35	198	353	234	197	244
Administração Pública	1.428	1.579	2.423	2.701	3.071	3.360	3.639	3.498	3.391
Benefícios Sociais	1.454	1.631	1.768	1.979	2.253	2.504	2.893	3.345	3.621
Outras Despesas Correntes	1.100	1.846	1.921	2.448	3.003	2.883	1.677	1.690	2.000
Valor a Regularizar	1.675	1.436	200	656	0	0	0	0	354
Despesas Correntes de Investimento	0	0	6.248	6.367	4.231	5.228	5.602	5.515	4.359
Activos não Financeiros	8.121	10.985	7.024	3.412	11.606	13.249	21.210	14.912	16.283
Compra de Activos	8.139	11.801	7.573	7.793	12.626	13.267	21.214	14.982	16.283
dos quais: Programa de Investimento	8.070	11.624	7.455	7.596	12.373	13.129	20.961	14.885	16.234
Venda de Activos	18	816	549	4.381	1.020	18	4	70	0
Saldo Total	-120	-2.636	-3.490	1.445	-2.092	-7.888	-14.583	-11.326	-15.397
Saldo Total (excluindo donativos)	-6.206	-8.844	-9.781	-3.867	-7.833	-15.424	-24.069	-15.668	-18.165
<i>Por memória:</i>									
Despesa Corrente Primária	14.672	16.905	26.672	27.535	27.296	30.298	30.925	32.053	31.298
Saldo Primário (excluindo donativos)	-4.327	-7.084	-7.970	-2.038	-6.481	-13.563	-21.896	-13.391	-15.299

Fonte: Ministério das Finanças e Banco de Cabo Verde.

Nota: Nova série das finanças públicas, decorrente da adopção da metodologia do novo manual de estatísticas das finanças públicas.



## Operações do Sector Público Administrativo

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
	em percentagem do PIB								
<b>Receitas Totais</b>	<b>27,2</b>	<b>28,1</b>	<b>29,5</b>	<b>28,1</b>	<b>28,7</b>	<b>27,6</b>	<b>28,7</b>	<b>25,6</b>	<b>25,2</b>
Receitas Correntes (excluindo donativos)	20,3	21,5	23,7	23,7	24,1	22,1	21,8	22,7	23,3
Impostos	18,2	19,0	20,9	21,4	21,8	18,8	18,9	20,0	19,8
Imposto sobre o Rendimento	5,9	6,0	6,4	6,3	6,3	5,9	5,7	5,9	6,2
Imposto sobre Bens e Serviços	6,9	7,6	8,9	9,3	9,9	8,2	8,7	9,3	9,0
Imposto sobre Valor Acrescentado - IVA	6,2	6,8	7,8	8,1	8,7	7,2	7,6	7,8	7,5
Imposto sobre o Consumo	0,8	0,9	0,9	1,0	1,0	0,8	0,9	1,2	1,1
Outros Impostos	0,0	0,0	0,2	0,2	0,2	0,1	0,2	0,4	0,4
Imp. sobre Transacções Internacionais	4,5	4,5	4,7	4,6	4,5	4,0	4,1	4,2	4,2
Outros Impostos	0,8	0,8	1,0	1,2	1,1	0,7	0,5	0,6	0,5
Segurança Social	0,5	0,6	0,5	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Transferências	6,7	6,4	5,8	4,4	4,3	5,5	6,8	2,9	2,0
Outras Receitas	1,6	1,9	2,4	2,2	2,2	3,2	2,9	2,7	3,4
Rendimentos de Propriedade	0,5	0,1	0,2	0,5	0,4	0,7	0,2	0,2	0,3
Venda de Bens e Serviços	0,6	1,5	1,2	1,5	1,4	2,3	2,2	2,1	2,6
Multas e Outras Penalidades	0,2	0,2	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,3
Outras Transferências	0,1	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,2
Outras Receitas não Especificadas	0,4	0,2	0,7	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1	0,1

Fonte: Ministério das Finanças e Banco de Cabo Verde.

Nota: Nova série das finanças públicas, decorrente da adopção da metodologia do novo manual de estatísticas das finanças públicas.

# Operações do Sector Público Administrativo

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
	em percentagem do PIB								
<b>Despesas Correntes Totais</b>	<b>18,4</b>	<b>19,5</b>	<b>26,3</b>	<b>24,1</b>	<b>21,6</b>	<b>23,7</b>	<b>23,9</b>	<b>23,2</b>	<b>24,6</b>
Despesas de Funcionamento	18,4	19,5	20,6	18,9	18,5	19,8	19,8	19,5	21,5
Despesas com Pessoal	8,8	9,1	9,7	9,0	8,4	9,3	9,6	9,4	10,3
Aquisição de Bens e Serviços	1,0	1,1	1,5	1,7	1,7	1,9	2,0	1,9	1,9
Juros Correntes	2,3	2,0	1,8	1,5	1,4	1,4	1,6	1,5	2,1
Dívida Externa	0,6	0,6	0,5	0,4	0,4	0,4	0,5	0,6	0,8
Dívida Interna	1,7	1,4	1,3	1,1	1,0	0,9	1,1	1,0	1,2
Outros Encargos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Subsídios	0,1	0,6	1,8	0,3	0,7	0,6	0,5	0,7	0,2
Transferências Correntes	1,6	1,7	2,3	2,2	2,4	2,7	2,8	2,5	2,6
Organismos Internacionais	0,0	0,0	0,1	0,0	0,1	0,3	0,2	0,1	0,2
Administração Pública	1,6	1,6	2,2	2,2	2,3	2,5	2,6	2,4	2,4
Benefícios Sociais	1,6	1,7	1,6	1,6	1,7	1,8	2,1	2,3	2,6
Outras Despesas Correntes	1,2	1,9	1,8	2,0	2,2	2,1	1,2	1,1	1,4
Valor a Regularizar	1,8	1,5	0,2	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,3
Despesas Correntes de Investimento	0,0	0,0	5,7	5,2	3,1	3,8	4,0	3,7	3,1
Activos não Financeiros	8,9	11,4	6,5	2,8	8,6	9,8	15,3	10,1	11,7
Compra de Activos	9,0	12,2	7,0	6,4	9,4	9,8	15,3	10,1	11,7
dos quais: Programa de Investimento	8,9	12,0	6,9	6,2	9,2	9,7	15,1	10,0	11,7
Venda de Activos	0,0	0,8	0,5	3,6	0,8	0,0	0,0	0,0	0,0
Saldo Total	-0,1	-2,7	-3,2	1,2	-1,6	-5,8	-10,5	-7,6	-11,1
Saldo Total (excluindo donativos)	-6,8	-9,1	-9,0	-3,2	-5,8	-11,4	-17,4	-10,6	-13,1
<i>Por memória:</i>									
Despesa Corrente Primária	16,2	17,5	24,5	22,6	20,3	22,3	22,3	21,6	22,5
Saldo Primário (excluindo donativos)	-4,8	-7,3	-7,3	-1,7	-4,8	-10,0	-15,8	-9,0	-11,0

Fonte: Ministério das Finanças e Banco de Cabo Verde.

Nota: Nova série das finanças públicas, decorrente da adopção da metodologia do novo manual de estatísticas das finanças públicas.

## **PARTE II**

# **SUPERVISÃO DO SISTEMA FINANCEIRO**



## Capítulo 5. Sistema Bancário

### 5.1. Estrutura do Sistema Bancário e Parabancário

O sistema bancário, que comporta mais de 80 por cento dos activos do sistema financeiro cabo-verdiano, manteve, em 2012, o papel dominante na alocação de recursos para o financiamento da economia cabo-verdiana.

A cobertura bancária do país manteve-se inalterada, em 2012. Assim, no segmento *onshore*, o sector comportava oito instituições de crédito (Banco Comercial do Atlântico; Caixa Económica de Cabo Verde; Banco Interatlântico; Banco Cabo-Verdiano de Negócios; Banco Angolano de Investimentos; Novo Banco; Ecobank - Cabo Verde e Banco Espírito Santo - Cabo Verde).

Na vertente parabancária encontravam-se autorizadas, em 2012, dez instituições: uma sociedade gestora de capital de risco - A Promotora; três agências de câmbio - Cotacâmbios de Cabo Verde, Arisconta - Câmbios, Lda. e Girassol - Câmbios, Lda.; uma sociedade emissora de cartões de crédito e de intermediação bancária do sistema de pagamentos - SISP; uma sociedade de *leasing* - *Promoleasing* - Sociedade de Locação Financeira, SA; três sociedades gestoras de fundos mobiliários - *Innovation Box*, Sociedade de Gestão de Fundos de Habitação de Interesse Social e Novagest, SA; e uma agência de transferência de dinheiro - *Global Money Transfer* - Cabo Verde, SA.

No mercado *offshore*, eram nove as instituições licenciadas para operar, sendo oito em actividades bancárias (Banco Fiduciário Internacional, Banco Sul Atlântico, Banco Português de Negócios, Banco Montepio Geral, Banco Espírito Santo, Banco Privado Internacional, Caixa de Crédito Agrícola Mútua e *Atlantic International Bank*) e uma actuando como sociedade gestora de fundos (*CA Finance*, SA).

A rede de cobertura de serviços bancários viu-se reforçada, entretanto, com a criação de mais quatro novas agências, sendo três do Banco Comercial do Atlântico e uma da Caixa Económica de Cabo Verde.

### 5.2. Evolução do Balanço Agregado do Sistema Bancário

Em 2012, a actividade do sector bancário, medida pelo volume total de activos líquidos, registou um crescimento de cerca de 11 por cento, tendo o saldo agregado ascendido a 172 mil milhões de escudos.

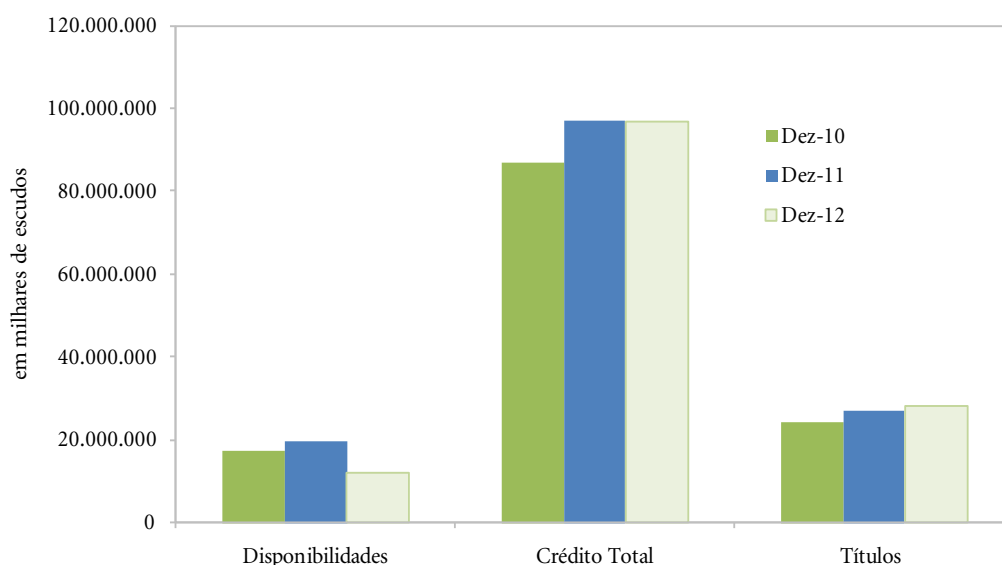
#### Evolução do Activo

A estrutura das aplicações do activo não apresentou alterações significativas, continuando o crédito, as aplicações em instituições de crédito e os títulos a representar a quase totalidade do activo (91,2 por cento). Em concreto, do total dos activos 56,4 por cento

estavam investidos em crédito, 18,4 por cento em aplicações em Instituições de Crédito e 16,4 por cento em títulos.

A carteira de crédito sem imparidades registou um decréscimo de 2,5 por cento, situando-se nos 83 mil milhões de escudos, face aos 86 mil milhões de 2011, reflectindo alguma aversão ao risco face à deterioração das condições macroeconómicas. A procura de investimentos menos arriscados resultou num aumento considerável das aplicações em instituições de crédito, que quase triplicaram em volume, fixando-se nos 31,6 mil milhões de escudos em finais de 2012. Os investimentos em títulos, por seu turno, cresceram 4,2 por cento, dos quais 89,6 por cento constituíram emissões públicas.

**Figura 16. Evolução das Principais Rubricas do Activo**



Fonte: Relatórios e Balancetes dos Bancos Comerciais; Cálculos do Banco de Cabo Verde.

Das restantes rubricas com menor peso no activo, destaca-se a expressiva redução das disponibilidades, que caíram para os 12 mil milhões de escudos, o que representa um decréscimo de 38,9 por cento, face ao verificado no ano precedente.

#### ***Análise da Evolução da Carteira de Crédito e da Imparidade (IAS 39).***

A qualidade do activo, a avaliar pela evolução do crédito vencido, evidenciou uma deterioração. O crédito com imparidades cresceu 18,4 por cento, para 13,5 mil milhões de escudos (11,4 mil milhões de escudos em 2011). O peso dessa componente na estrutura do crédito total registou um aumento de 2,2 pontos percentuais, para 14 por cento.

**Quadro 10. Evolução dos Créditos e Provisões**

	em milhares de escudos			
	Dez-10	Dez-11	Dez-12	variação em %
Crédito Total	87.075.687	97.158.851	96.754.708	-0,42
Crédito Normal	79.747.950	85.719.419	83.234.784	-2,90
Crédito e Juros Vencidos	7.327.738	11.439.432	13.519.924	18,19
Provisões para Crédito	5.357.993	6.524.272	7.026.364	7,70
Crédito vencido/Crédito total (%)	8,42	11,77	13,97	2,2p.p.

Fonte: Relatórios e Balancetes dos Bancos Comerciais; Cálculos do Banco de Cabo Verde.

Em consequência, visando a preservação do capital, registou-se um aumento de 3,1 mil milhões de escudos das provisões, particularmente as associadas às exposições nos sectores da construção e imobiliária turística.

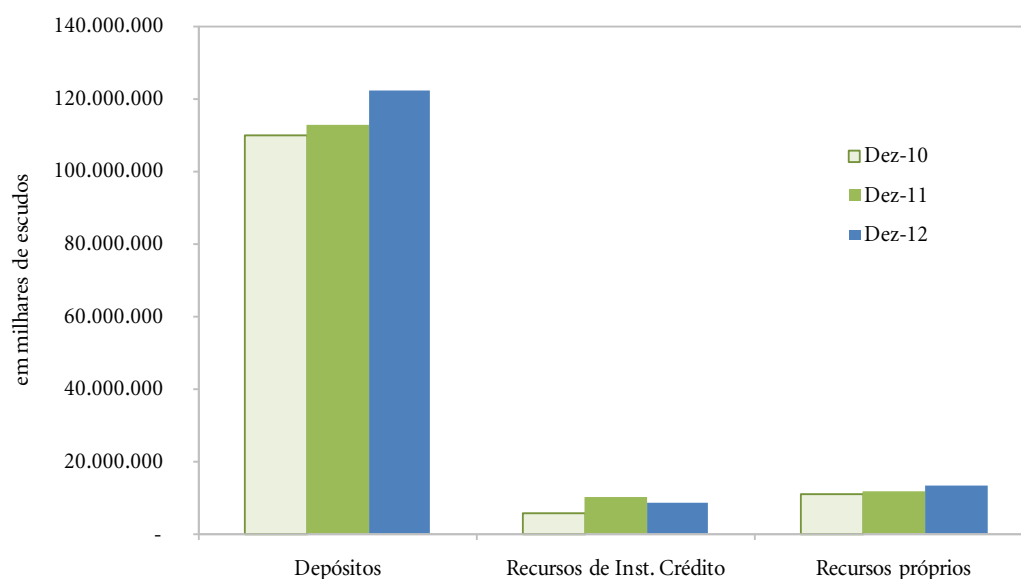
Refira-se que deste aumento das provisões, apenas 16,2 por cento encontram-se reflectidos no balanço das instituições bancárias, na rubrica de imparidade para créditos, sendo os restantes, 84,8 por cento, alocados directamente aos fundos próprios, na rubrica insuficiência de provisões, afectando o capital e, consequentemente, a solvabilidade.

### **Evolução do Passivo**

Os recursos de clientes mantiveram-se como a principal fonte de financiamento dos bancos. Em 2012, os depósitos de clientes, que representavam 73,2 por cento do total do passivo do sistema, ascenderam a 122 mil milhões de escudos, o que em termos relativos traduz um aumento de 8,4 por cento, face aos 113 mil milhões de escudos registados em 2011.

Os recursos de instituições de crédito, ao contrário do observado em 2011, reduziram-se 17,7 por cento, situando-se nos 8,4 mil milhões de escudos.

**Figura 17. Evolução das Principais Rubricas do Passivo**



Fonte: Relatórios e Balancetes dos Bancos Comerciais; Cálculos do Banco de Cabo Verde.

Os recursos próprios, compostos por capital social, reservas, resultados transitados e

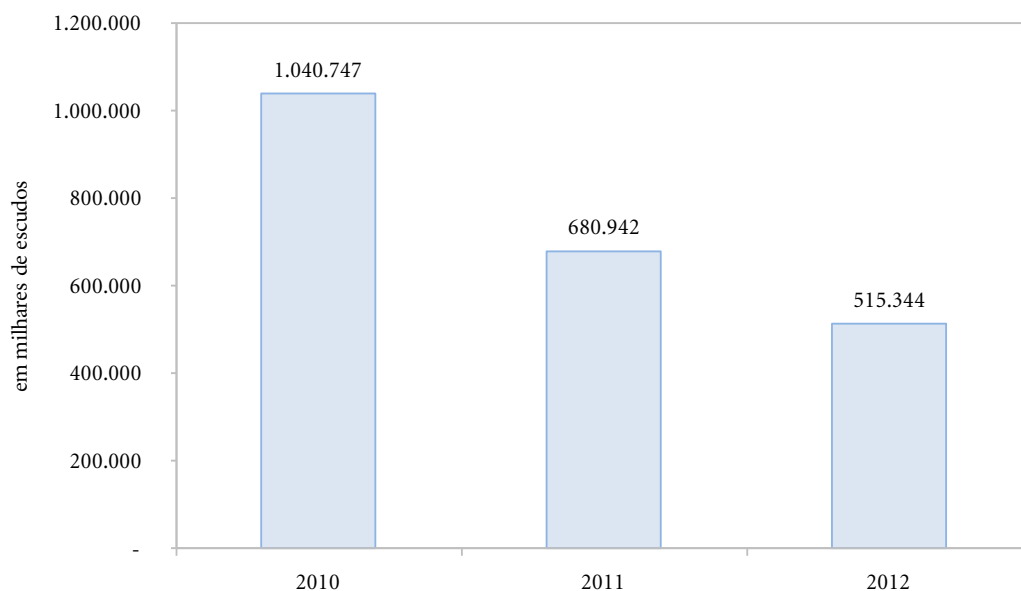
resultados líquidos do exercício, cresceram 10,4 por cento (6,3 por cento em 2011), devido principalmente à retenção dos resultados do exercício anterior, em linha com a orientação estratégica de preservação do capital, face ao risco de uma contínua degradação da qualidade dos activos.

### Análise dos Resultados

Os resultados do exercício de 2012 fixaram-se nos 515 milhões de escudos, o que representa uma queda de 24,3 por cento relativamente à *performance* de 2011.

A margem financeira, que em 2011 tinha conhecido um aumento de cerca de quatro por cento, apresentou, em 2012, uma redução de 4,9 por cento, enquanto a margem complementar, um importante sinalizador da dinâmica da actividade, uma redução de 1,1 por cento.

**Figura 18. Evolução dos Resultados Líquidos do Sector**



Fonte: Relatórios e Balancetes dos Bancos Comerciais; Cálculos do Banco de Cabo Verde.

Acompanhando o desempenho dos indicadores precedentes (da margem financeira e da margem complementar), o produto bancário também evidenciou uma evolução negativa de quatro por cento, tendo-se fixado nos 7,1 mil milhões de escudos.

Os custos com pessoal e os gastos administrativos cresceram a taxas de 7,6 e seis por cento, respectivamente.

Os indicadores de rentabilidade apresentaram-se inferiores aos níveis do ano transacto. Com efeito, a taxa agregada de Rentabilidade dos Activos (ROA) e a taxa agregada de Rentabilidade dos Capitais Próprios (ROE) reduziram, respectivamente, 0,2 e 2,4 pontos percentuais, para 0,3 e 3,9 por cento.

### 5.3. Regulação e Supervisão

Do ponto de vista das acções da supervisão e regulação, o Banco de Cabo Verde conti-



nuou focado no fortalecimento da estrutura regulatória e dos mecanismos de supervisão. O ano de 2012 ficou marcado pela finalização, com apoio técnico do Fundo Monetário Internacional, de dois anteprojectos: Lei de Bases do Sistema Financeiro (LBSF) e Lei das Actividades e das Instituições Financeiras (LAIF).

Deu-se continuidade ao processo de consolidação das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS ou NIRF), que constitui uma das prioridades da Supervisão para os próximos tempos.

Atento aos novos desenvolvimentos internacionais no campo regulatório, iniciou-se um amplo processo de reforma, tendo já sido ajustados vários instrumentos prudenciais e encaminhadas propostas para criação de outros mecanismos de apoio à supervisão, com especial incidência na gestão de riscos.

De realçar, ainda, o avanço já conseguido no processo de transição para o modelo de Supervisão Baseado no Risco, que vem sendo desenvolvido com a cooperação técnica do Banco Central do Brasil.

#### **5.4. Avaliação do Risco e da Estabilidade do Sistema Bancário**

Em 2012, os riscos macroeconómicos para a estabilidade financeira acentuaram-se, em decorrência do agravamento do enquadramento externo da economia, bem como do abrandamento da actividade nacional. Não obstante, a actividade bancária, medida pela expansão dos seus activos, acusou um crescimento na ordem dos 11 por cento. Este crescimento da actividade bancária foi, entretanto, acompanhado por uma evolução desfavorável da qualidade da carteira de crédito.

O nível de provisões constituídas para riscos de crédito, o principal risco do sistema bancário nacional, acompanhou a significativa deterioração da qualidade dos activos bancários. O rácio de cobertura do crédito vencido pelas provisões elevou-se assim para 112,3 por cento (96,6 por cento em 2011) – de acordo com a Circular nº 150 – e para 71,2 por cento (57 por cento em 2011) – critério IAS/IFRS, ajustado pelas normas prudenciais – registando-se uma melhoria.

Em termos estruturais, saliente-se a concentração relativamente elevada da carteira de empréstimos em actividades relacionadas com a construção. O crédito à construção representou 42 por cento do total da carteira de empréstimos ao sector privado, representando os empréstimos bancários a particulares para aquisição de habitação 34,4 por cento e os empréstimos concedidos a empresas do sector da construção 7,6 por cento do total.

A exposição do sector bancário face às sociedades não financeiras ligadas ao negócio imobiliário continua a manifestar-se em montantes que ultrapassam o nível de dez por cento dos Fundos Próprios – patamar considerado de grande risco - face a um número limitado de contrapartes. Constatou-se que a exposição face aos cinco maiores devedores era, em Dezembro de 2012, superior a 120 por cento dos Fundos Próprios. Adicionalmente, observou-se um elevado grau de exposição da banca perante vários devedores simultaneamente, na maioria das vezes pertencentes ao mesmo sector de actividade, o que contribui para aumentar o risco de contágio e de concentração global do sistema.

Em virtude da perda da qualidade da carteira de crédito, com o consequente aumento das imparidades, e o cenário macroeconómico nacional e internacional menos favorável, o Banco de Cabo Verde recomendou às instituições bancárias o reforço de provisões e a

retenção total de dividendos em 2012, como medidas prudenciais de consolidação da base de capital.

Os fundos próprios dos bancos situaram-se em 11,3 mil milhões de escudos em 2012, tendo registado uma redução de 12,8 por cento, relativamente a 2011. Cerca de 97 por cento do capital do sistema correspondeu ao TIER I, o que confere aos fundos próprios um elevado nível de qualidade. A redução dos fundos próprios foi acompanhada de um aumento dos activos de risco, em 0,5 por cento. Consequentemente, o rácio de solvabilidade e o rácio TIER I/Activo ponderado diminuíram, respectivamente, 1,9 e 1,6 pontos percentuais, para 12,1 e 11,8 por cento.

## Capítulo 6. Sector Segurador

A actividade seguradora apresentou uma *performance* desfavorável, em 2012, tendo os prémios de seguro directo reduzido 3,2 por cento.

O valor do prémio *per capita* estimado para 2012 foi de 50,3 dólares (4.318 escudos no final de Dezembro de 2012), o que representa uma queda de 6,7 dólares (575,2 escudos), em relação ao ano anterior.

**Quadro 11. Taxa de Penetração e Densidade do Seguro**

	2010	2011	2012
Prémios de Seguro Directo <i>per capita</i> em USD	52,6	57,0	50,3
Taxa de Penetração do Seguro na Economia	1,56%	1,52%	1,57%

Fonte: Banco de Cabo Verde.

### 6.1. Carteira de Prémios

Com prémios de 107,1 milhões de escudos e uma taxa de crescimento de 5,2 por cento, o segmento “Vida” representou 4,9 por cento do total da carteira de prémios.

**Quadro 12. Evolução e Estrutura da Carteira**

	2011			2012		
	milhões de escudos	variação em %	Peso em %	milhões de escudos	variação em %	Peso em %
Vida	101,9	15,9	4,5	107,1	5,2	4,9
Acidentes e Doença	279,1	9,7	12,4	285,9	2,5	13,1
Incêndio e Outros Danos	421,2	19	18,7	348,1	-17,4	15,9
Automóvel	932,9	-1,8	41,3	911,2	-2,3	41,7
Transportes	365,1	9,1	16,2	360,4	-1,3	16,5
Responsabilidade Civil	118,6	-14,4	5,3	125,4	5,7	5,7
Diversos	39,2	2,1	1,7	47,1	20,2	2,2
Totais	2.258,0	4,6	100	2.185,3	-3,2	100,0

Fonte: Banco de Cabo Verde.

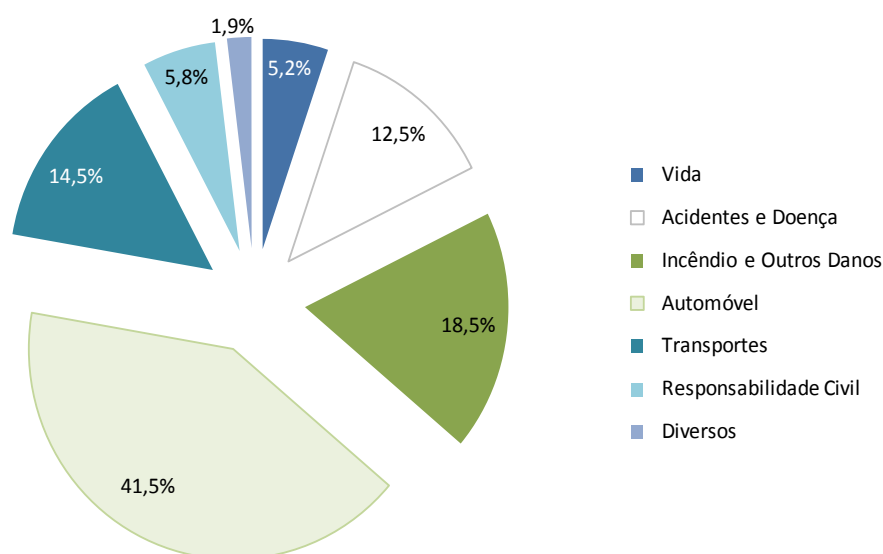
No segmento “Não Vida”, o volume de prémios atingiu 2.078,1 milhões de escudos, caindo 3,6 por cento em relação a 2011.

O segmento “Vida”, embora continue a exibir valores absolutos baixos, apresenta, ao longo dos últimos anos, um expressivo crescimento, explicado essencialmente pelo aumento da venda de seguros ligados ao crédito à habitação. Os bancos comerciais passaram a incentivar a subscrição de um seguro para garantir o pagamento das prestações em caso de morte ou de incapacidade do mutuário de fazer face às suas responsabilidades.

A evolução do segmento “Não Vida” reflecte o desempenho dos seus principais ramos, a saber:

- O ramo automóvel, que é o ramo mais representativo na carteira de seguros, com 911,2 milhões de escudos (compreende um conjunto de sub-ramos, tais como, o seguro de danos no próprio veículo, seguro de ocupantes, mercadorias transportadas, etc), e responsável por 41,7 por cento dos prémios, apresentou uma redução de 2,3 por cento;
- O ramo transportes conheceu, em termos absolutos, a segunda maior produção em 2012, com um montante de prémios de 360,4 milhões de escudos. O peso deste ramo no total da produção manteve-se praticamente idêntico a 2011, ou seja, 16,5 por cento;
- O ramo incêndio e outros danos acusou o maior decréscimo da produção, 17,4 por cento. O peso deste ramo (que aglutina vários tipos de coberturas, incluindo os grandes riscos industriais) no total da produção manteve-se relativamente elevado, 15,9 por cento;
- O ramo acidentes e doença, que inclui, entre outros, o seguro obrigatório e facultativo de acidentes de trabalho, arrecadou prémios no montante de 285,9 milhões de escudos, o que representa um aumento de 2,5 por cento em relação ao ano anterior. O seguro obrigatório de acidentes de trabalho e acidentes pessoais representou 55,1 por cento do total deste ramo, seguido pelos seguros de viagem, com uma representatividade de 28 por cento;
- O ramo responsabilidade civil obteve prémios no montante de 125,4 milhões de escudos, contra 118,6 milhões de escudos em 2011, o que representa uma subida de 5,7 por cento;
- O ramo diversos, que inclui os seguros de crédito e caução, processou prémios no valor de 47,1 milhões de escudos, na sua quase totalidade proveniente do seguro de caução. Este ramo é pouco relevante na estrutura da carteira de prémios - 2,2 por cento em 2012 -, contudo, foi aquele que teve o maior crescimento relativamente ao período anterior - 20 por cento.

Figura 19. Estrutura Vida e Não Vida



Fonte: Banco de Cabo Verde.

## 6.2. Resseguro Cedido

O mercado de resseguro e os restantes mecanismos de dispersão e cobertura do risco têm um papel determinante na estabilidade do sector segurador, atendendo à incerteza que caracteriza a natureza dessa actividade e à magnitude das perdas potenciais associadas a determinados riscos.

Os prémios de resseguro cedidos registaram uma redução de 4,3 por cento, totalizando 1.154 milhões de escudos em 2012. Essa melhoria da retenção dos riscos traduziu-se num decréscimo da taxa de cedência (rácio prémios de resseguro cedidos/prémios brutos emitidos) de 0,7 pontos percentuais em 2012.

Quadro 13. Evolução da Taxa de Cedência por Ramos de Seguro

	Prémios Brutos Emitidos		Prémios de Resseguro Cedidos		Taxa de Cedência	
	em milhões de escudos				em percentagem	
	2011	2012	2011	2012	2011	2012
Vida	101,9	107,1	52,0	47,6	51,0	44,4
Acidentes e Doença	279,1	285,9	90,9	122,2	32,6	42,7
Incêndio e Outros Danos	421,2	348,1	358,3	206,8	85,1	59,4
Automóvel	932,9	911,2	321,9	424,2	34,5	46,5
Transportes	365,1	360,4	286,8	274,1	78,6	76,1
Responsabilidade Civil	118,6	125,4	97,1	79,9	81,9	63,7
Diversos	39,2	47,1	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	2.258,0	2.185,3	1.207,0	1.154,8	53,5	52,8

Fonte : Banco de Cabo Verde.

No que tange ao volume de prémios cedidos, o ramo transportes ocupou o primeiro lugar, com uma taxa de cedência de 76,1 por cento, devido, sobretudo, ao transporte aéreo, que inclui o seguro dos aviões da frota dos Transportes Aéreos de Cabo Verde (TACV), tanto na vertente responsabilidade civil de pessoas transportadas como dos aparelhos. O ramo responsabilidade civil geral ocupa a segunda posição, com uma taxa de cedência de 63,7 por cento.

De registar ainda que o ramo incêndio e outros danos acusou uma elevada taxa de cedência (59,4 por cento), devido essencialmente à subscrição dos grandes riscos industriais e dos seguros multirriscos que em grande parte são cedidos, beneficiando as seguradoras das comissões do negócio.

Relativamente ao ramo automóvel, que é um dos maiores ramos em termos de produção de prémios, a taxa de cedência foi de apenas 46,5 por cento. Isso deve-se ao facto dos riscos do seguro automóvel serem essencialmente de pequena dimensão e as seguradoras preferirem retê-los em suas carteiras.

### 6.3. Sinistralidade

Os custos com sinistros atingiram 813,1 milhões de escudos, dos quais 553,7 milhões de escudos (68,1 por cento) foram do ramo automóvel. Comparando com o ano anterior, o total dos custos com sinistros baixou 0,6 por cento em 2012.

De registar que os custos com sinistros do ramo automóvel diminuíram 15,6 por cento, quando comparados com 2011, facto que poderá ser explicado pelo maior rigor na selecção dos riscos e na gestão dos processos de sinistros e também pela diminuição das ocorrências.

O ramo incêndio e outros danos apresentou um elevado valor em custos com sinistros, cerca de 139 milhões de escudos, o que representa um aumento de 1221,5 por cento em relação ao exercício anterior.

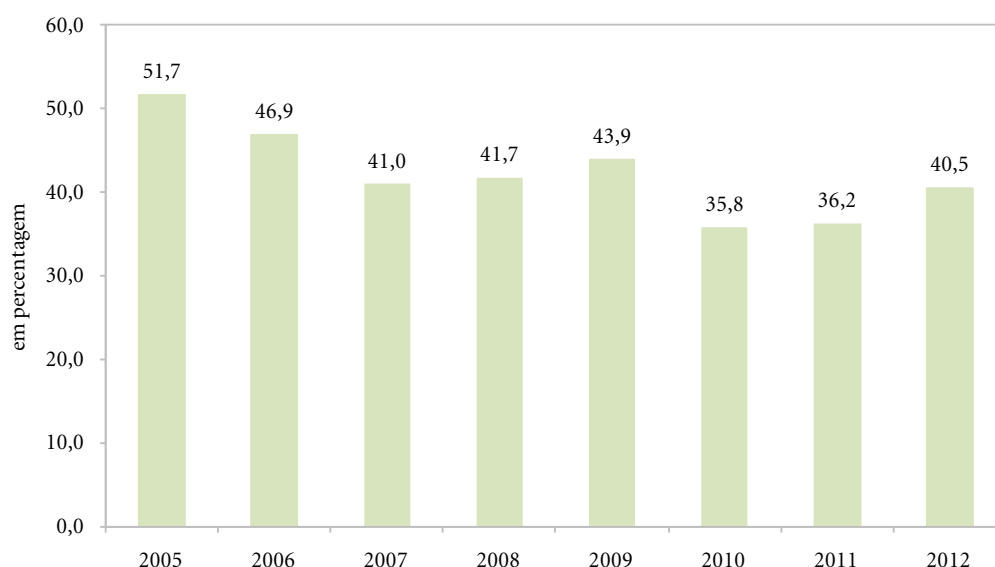
**Quadro 14. Evolução dos Custos com Sinistros**

	2011			2012		
	milhões escudos	variação em %	Peso em %	milhões escudos	variação em %	Peso em %
Vida	55,7	107,8	6,8	66,7	19,7	8,2
Acidentes e Doença	78,2	-11,1	9,6	7,2	-90,8	0,9
Incêndio e Outros Danos	10,5	-83,6	1,3	138,8	1221,5	17,1
Automóvel	656,4	15,5	80,3	553,7	-15,6	68,1
Transportes	2,8	-87,2	0,3	9,5	237,7	1,2
Responsabilidade Civil	41,7	334,4	5,1	11,9	-71,5	1,5
Diversos	-27,7	-233,8	-3,4	25,4	-191,8	3,1
Totais	817,6	2,3	100	813,1	-0,6	100

Fonte: Banco de Cabo Verde.

A taxa de sinistralidade, medida pelo rácio custos com sinistros/prémios, acusou uma subida de um ponto percentual, atingindo os 37,2 por cento em 2012. Esse ligeiro agravamento da taxa de sinistralidade deve-se, sobretudo, à diminuição registada a nível dos prémios.

**Figura 20. Taxa de Sinistralidade Global**



Fonte: Banco de Cabo Verde.

## 6.4. Aspectos Técnico-Financeiros

O resultado líquido do exercício, contrariando a tendência dos últimos três anos, registou uma redução de 25 por cento, passando de 263,5 milhões de escudos, em 2011, para 198,4 milhões de escudos em 2012.

**Quadro 15. Resultado Líquido *versus* Capitais Próprios**

	em milhões de escudos			
	2009	2010	2011	2012
Resultado Líquido	200,1	262,5	263,5	198,4
Taxa de Variação anual	37,8%	31,2%	0,4%	-25%
Capitais Próprios	1.379,0	1.603,9	1.927,3	1.926,7
Taxa de Variação anual	14,5%	16,3%	20,2%	-0,5%
Rentabilidade dos Cap. Próprios	14,5%	16,4%	13,7%	10,3%

Fonte: Banco de Cabo Verde.

As garantias prudenciais que envolvem o negócio e que obrigam as empresas do sector a provisionar (e representar em activos de investimento) as responsabilidades que assumem, contribuem decisivamente para o financiamento da economia, pois uma boa parte da carteira de activos concentra-se em títulos de dívida privada (obrigações de empresas, por exemplo).

As provisões técnicas baixaram para 1.770 milhões de escudos em 2012 (1.895 milhões de escudos em 2011), o que significa uma queda de 6,6 por cento. Importa registar a queda significativa em quase 26 por cento da provisão para sinistros do ramo vida. De um modo geral, essa queda a nível das provisões técnicas é consequência da conjuntura económica pouco favorável.

**Quadro 16. Evolução das Provisões Técnicas Brutas**

	2011			2012		
	milhões de escudos	crescimento em %	Peso em %	milhões de escudos	crescimento em %	Peso em %
Provisão para Prémios não Adquiridos	428,1	4,4	22,6	366,9	-14,3	20,7
Provisão para Seguros e Operações do Ramo Vida	81,7	10,9	4,3	79,9	-2,2	4,5
Provisão para Sinistros	1.364,5	3,1	72,0	1321,5	-3,1	74,6
De Vida	12,1	30,1	0,6	9,0	-25,7	0,5
De Acidentes de Trabalho	237,3	-2,5	12,5	250,5	5,6	14,1
De Automóvel	929,1	7,6	49,0	903,8	-2,7	51,0
De Outros Ramos	186,0	-10,4	9,8	158,3	-14,9	8,9
Provisões para Participação nos Resultados	3,5	-	0,2	2,40	-31,3	0,1
Provisão para Riscos em Curso	17,6	-	0,9		-100,0	0,0
<b>Total</b>	<b>1.895,4</b>	<b>4,9</b>	<b>100,0</b>	<b>1770,8</b>	<b>-6,6</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Note-se o peso da provisão para sinistro no total das provisões técnicas, que registou um acréscimo de 2,6 pontos percentuais (74,6 por cento em 2012). Tal como nos períodos anteriores, o ramo automóvel representou mais de 50 por cento do total das provisões técnicas.

As provisões técnicas constituíram 81,4 por cento dos prémios emitidos em 2012, 83,9 por cento em 2011.

Os activos disponíveis para representação das provisões técnicas excederam significativamente as responsabilidades assumidas, tendo-se mantido o seu grau de cobertura por activos representativos num valor elevado (1,61), apesar da ligeira quebra observada em relação ao ano anterior.

**Quadro 17. Cobertura das Provisões Técnicas por Activos**

	em milhões de escudos		
	2010	2011	2012
1. Provisões Técnicas	1.807	1.896	1.771
2. Activos	2.803	3.231	2.844
Grau de Cobertura (2\1)	1,55	1,71	1,61

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Os investimentos em carteira no mercado segurador nacional decresceram seis por cento em 2012, passando para os 2.975 milhões de escudos.

As seguradoras preferem claramente investir em activos disponíveis para venda, tendo o montante investido nesses activos atingido os 37,1 por cento do total dos investimentos, em 2012. Em segundo lugar estão os investimentos em terrenos e edifícios, com 32,3 por cento, ou seja, 960,2 milhões de escudos. Desse total, mais de 50 por cento são edifícios de uso próprio. Os títulos a deter até à maturidade, obrigações adquiridas de outras empresas, representam a menor fatia dos investimentos do sector, com 435 milhões de escudos. Restam ainda os depósitos a prazo, com 16 por cento da carteira de investimento global do mercado segurador.



**Quadro 18. Composição dos Investimentos**

	2010		2011		2012	
	milhões de escudos	Peso em %	milhões de escudos	Peso em %	milhões de escudos	Peso em %
Activos disponíveis para venda	883,0	31,5	1.201,5	37,0	1.103,5	37,1
Empréstimos e contas a receber	900,0	32,1	1.041,0	32,1	911,4	30,6
-a deter até à maturidade	480,0	17,1	487,0	15,0	435,0	14,6
-outros depósitos	420,0	15,0	554,0	17,1	476,4	16,0
Terrenos e edifícios	1.021,0	36,4	1.003,9	30,9	960,2	32,3
-de serviço próprio	685,0	24,4	548,6	16,9	513,7	17,3
-de rendimento	336,0	12,0	455,3	14,0	446,5	15,0
Total	2.803,0	100,0	3.246,3	100,0	2.975,0	100,0

Fonte : Banco de Cabo Verde.

O montante da margem de solvência a constituir para o conjunto das actividades Vida e Não Vida situou-se nos 594 milhões de escudos. O montante de capitais próprios elegíveis assegura uma cobertura da margem de solvência do mercado segurador em 301 por cento, contra 279 por cento no exercício anterior.

**Quadro 19. Margem de Solvência**

	em milhões de escudos		
	2010	2011	2012
1. Elementos Constitutivos da Margem	1.574	1.632	1.787
2. Montante da Margem a Constituir	528	585	594
Rácio de Solvência em % (1\2)	298	279	301

Fonte: Banco de Cabo Verde.

O aumento do grau de cobertura da margem deveu-se essencialmente à subida dos elementos constitutivos e principalmente das reservas não representativas de provisões técnicas.

## Capítulo 7. Mercado de Valores Mobiliários

### 7.1. Evolução do Mercado de Capitais

O Mercado de Valores Mobiliários continuou a reflectir, ao longo de 2012, os efeitos de uma conjuntura externa menos favorável, marcada por uma grande instabilidade nos mercados financeiros.

Ao contrário do que se verificou em 2011, o mercado primário, em 2012, ficou marcado pela emissão de um montante significativo de títulos do Tesouro, além de empréstimos obrigacionistas, totalizando o valor de 11.482 milhões de escudos.

**Quadro 20. Transacções no Mercado Secundário**

	em milhares de escudos		
	2010	2011	2012
Obrigações	647.373,9	679.088,9	328.235,4
Acções	458.289,7	58.085,5	29.627,8
Total	1.105.663,5	737.894,4	357.863,1

Fonte: Bolsa de Valores de Cabo Verde; Auditoria Geral de Mercado de Valores Mobiliários.

O mercado secundário vem registando quedas sucessivas no seu volume de transacções desde 2011. Em 2012, tanto o segmento accionista como o obrigacionista tiveram comportamentos desfavoráveis, com reduções de 50 e 52 por cento no volume de transacções, respectivamente.

A capitalização bolsista, em 31 de Dezembro de 2012, atingiu o valor de 28.211 milhões de escudos, distribuído da seguinte forma:

**Quadro 21. Capitalização Bolsista**

Segmento	2010		2011		2012	
	em milhares de escudos	Estrutura em %	em milhares de escudos	Estrutura em %	em milhares de escudos	Estrutura em %
Accionista	7.303.600,4	33,4	8.331.232,2	36,3	7.009.195,4	24,9
Obrigacionista ( <i>empresas</i> )	13.414.704,1	61,4	13.394.274,8	58,3	13.181.946,5	46,7
Dívida Pública	1.130.000,0	5,2	1.250.000,0	5,4	8.020.000,0	28,4
Total	21.848.304,5	100,0	22.975.507,0	100,0	28.211.141,8	100,0

Fonte: Bolsa de Valores de Cabo Verde; Auditoria Geral do Mercado de Valores Mobiliários.

## **7.2. Modernização do Quadro Legal e Regulamentar**

Ao longo de 2012, a Auditoria Geral do Mercado de Valores Mobiliários (AGMVM) continuou a trabalhar, em parceria com a Bolsa de Valores de Cabo Verde, na criação de condições para a capacitação institucional do mercado de capitais, como fonte alternativa de financiamento e de investimento em Cabo Verde.

Em Fevereiro de 2012 foi publicado o novo “Código do Mercado de Valores Mobiliários” (Código MVM), após 14 anos da entrada em vigor do código original, um marco histórico na regulação financeira em Cabo Verde. Em Maio de 2012, a AGMVM promoveu um seminário para apresentação pública dos nove principais regulamentos. Também a Bolsa de Valores publicou três novas circulares.

Ainda no âmbito da reforma do sector financeiro, a AGMVM participou no processo de finalização e aprovação do “Código de Incentivos Fiscais” e na preparação de dois projectos de decretos-lei sobre: 1) Entidades Gestoras de Sistemas Centralizados e 2) Valores Mobiliários Escriturais.

Em particular, a actividade da AGMVM centrou-se na implementação de mecanismos de acompanhamento do mercado e na avaliação dos riscos emergentes do próprio mercado. Neste quadro, a AGMVM acompanhou o cumprimento das obrigações contratuais dos emitentes, bem como as suas responsabilidades com o dever de informação. Apesar de já se terem registado progressos notórios, alguns emitentes continuam a mostrar alguma resistência no cumprimento do dever de informação.

No concernente à mitigação dos riscos, a AGMVM trabalhou no sentido de reforçar a capacidade de gestão dos emitentes, iniciando o processo de identificação de prováveis riscos para cada emitente, e melhorou o acompanhamento do emitente com maior grau de risco.

Ainda no âmbito das suas atribuições, a AGMVM:

- Avaliou dois pedidos de registo especial em intermediação financeira em valores mobiliários;
- Apreciou e concedeu um registo de perito avaliador de imóveis;
- Instituiu encontros quinzenais com vários intervenientes no processo de implementação da plataforma financeira para emissão da dívida pública através da Bolsa de Valores, tendo para o efeito aprovado duas instruções técnicas;
- Deu continuidade às reformas legais, nomeadamente à regulamentação do Plano de Contas para os Fundos de Investimento e à publicação do Novo Código do Mercado de Valores Mobiliários e;
- Iniciou o processo de actualização da padronização dos actos da AGMVM, na sequência da publicação do Código MVM.

### 7.3. Actividade de Supervisão

Ao longo do ano, o Banco de Cabo Verde reforçou os mecanismos de supervisão prudencial e comportamental, em linha com os desenvolvimentos internacionais, relacionados com uma nova arquitectura do sistema de supervisão do sistema financeiro. Neste quadro, a AGMVM implementou mecanismos adequados à supervisão prudencial, nomeadamente a recolha diária de toda a informação sobre os emitentes que circula na imprensa nacional.

Na sequência das acções de supervisão, foram notificados alguns emitentes, a fim de procederem à regularização de situações de incumprimento, sobretudo em relação ao dever de informação, nos termos do Código do Mercado de Valores Mobiliários e do Regulamento 1/2009, que consubstancia as informações privilegiadas a serem comunicadas ao mercado. Foram publicados três regulamentos, na sequência do novo Código: 1) Supervisão Prudencial, 2) Acesso Público aos Registos e 3) Normalização de Informação Financeira. Ainda neste quadro, a AGMVM integrou, pela primeira vez, uma equipa de supervisão.

As acções de fiscalização centraram-se sobretudo na verificação da existência de mecanismos adequados para a efectiva identificação, avaliação e controlo dos riscos inerentes às actividades exercidas pelos emitentes e pelos intermediários financeiros.

De acordo com os objectivos estabelecidos no plano de acção para 2012, a AGMVM intensificou o seu trabalho de protecção dos investidores e da integridade do mercado. Também esteve, durante todo o ano, empenhada em melhorar a qualidade da informação prestada pelas empresas cotadas, em particular, no que toca à informação financeira. Neste quadro, foi possível intensificar o processo de acompanhamento da situação financeira dos emitentes e reforçar a acção na área do governo das sociedades.

A AGMVM iniciou um processo de implementação de mecanismos para abertura de processos de contra-ordenação, ligados à violação do dever de informação ou das regras relativas à divulgação de informação privilegiada.

### 7.4. Promoção do Mercado de Capitais

A AGMVM tem vindo a privilegiar a educação financeira como forma de capacitar os agentes cabo-verdianos. Neste quadro, promoveu quatro seminários, dos quais três em parceria com a Cooperação Luxemburguesa, que contaram com a participação de representantes de todo o sistema financeiro, a saber:

- “*International Financial Reporting*” de 25 a 27 de Janeiro;
- “Prevenção à Lavagem de Dinheiro” de 14 a 16 de Novembro e;
- “*Fundamentals of Risk Management*” de 4 a 7 de Dezembro.

Igualmente, promoveu, em parceria com a Bolsa de Valores e o *Fund Manager*, um colóquio sobre gestão de fundos de investimento mobiliário e propiciou a apresentação pública do “Projecto de Decreto-Lei sobre Fundos de Investimento em Cabo Verde”.

No que diz respeito às relações internacionais, o ano de 2012 ficou marcado pelo acordo de cooperação assinado entre a AGMVM e a Comissão de Mercado de Capitais de Angola. Também a Bolsa de Valores assinou um acordo de cooperação importante com a *NYSE Euronext*, através da sua subsidiária *Euronext Lisbon*.

Além disso, a AGMVM participou do quinto seminário promovido pelo *International Organization of Securities Commissions (IOSCO)- Self-Regulatory Organisations Consultative Committee (SROCC)* de 7 a 9 de Novembro, em Istanbul, Turquia.

Ainda, visando a promoção do mercado de capitais em Cabo Verde:

- Foram realizados encontros com os principais intervenientes do mercado de valores mobiliários, nomeadamente com os intermediários financeiros e as empresas emittentes, advertindo para a necessidade da assunção plena dos respectivos deveres, em conformidade com o Código do Mercado de Valores Mobiliários;
- Foi melhorado o sistema de acompanhamento das actividades da Bolsa de Valores e dos intermediários financeiros;
- Procedeu-se à actualização do cadastro de todos os registos individuais dos mandatários dos bancos comerciais;
- Fez-se o acompanhamento e a actualização do *link* da AGMVM, aperfeiçoando a gestão dos conteúdos no renovado *layout* da página do BCV;
- Procedeu-se à preparação das estatísticas ligadas ao mercado de capitais e foi publicado em formato de brochura o Código MVM em português e em inglês.

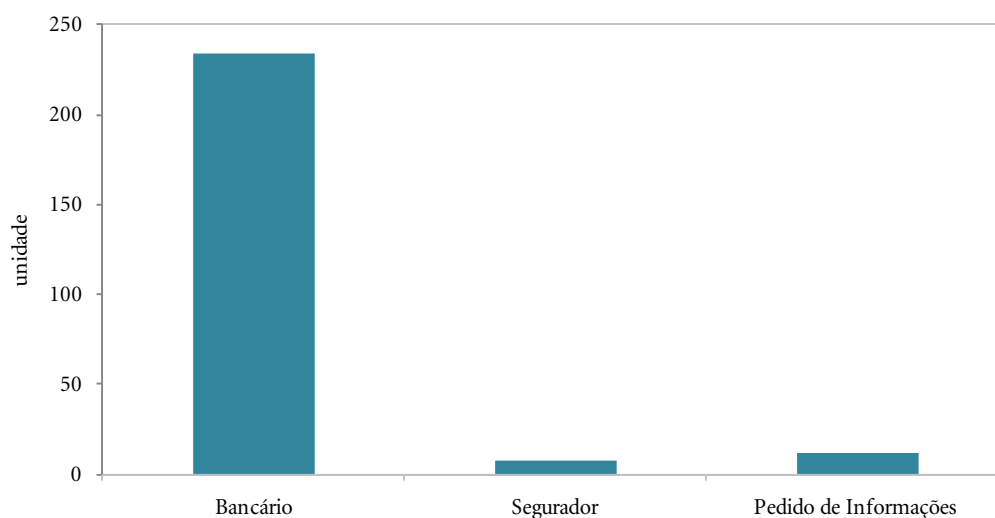
## Capítulo 8. Supervisão Comportamental

O Banco de Cabo Verde exerce a supervisão prudencial e comportamental junto das instituições de crédito, visando assegurar a estabilidade, a eficiência e a solidez do sistema financeiro, assim como o cumprimento de regras de conduta e de prestação de informações aos clientes de serviços e produtos bancários, de modo a evitar que os direitos dos consumidores sejam lesados. O exercício da supervisão comportamental é executado pelo Gabinete de Apoio ao Consumidor (GAP) que recebe directamente dos clientes bancários reclamações, quando entendem que os seus direitos não foram respeitados.

Durante o ano de 2012 o GAP analisou 241 reclamações, que resultaram na devolução de, aproximadamente, 2,7 milhões de escudos aos consumidores por parte dos bancos.

Das 241 reclamações recebidas, 7 visaram companhias seguradoras (2,9 por cento) e 234 o sector bancário (97,1 por cento)

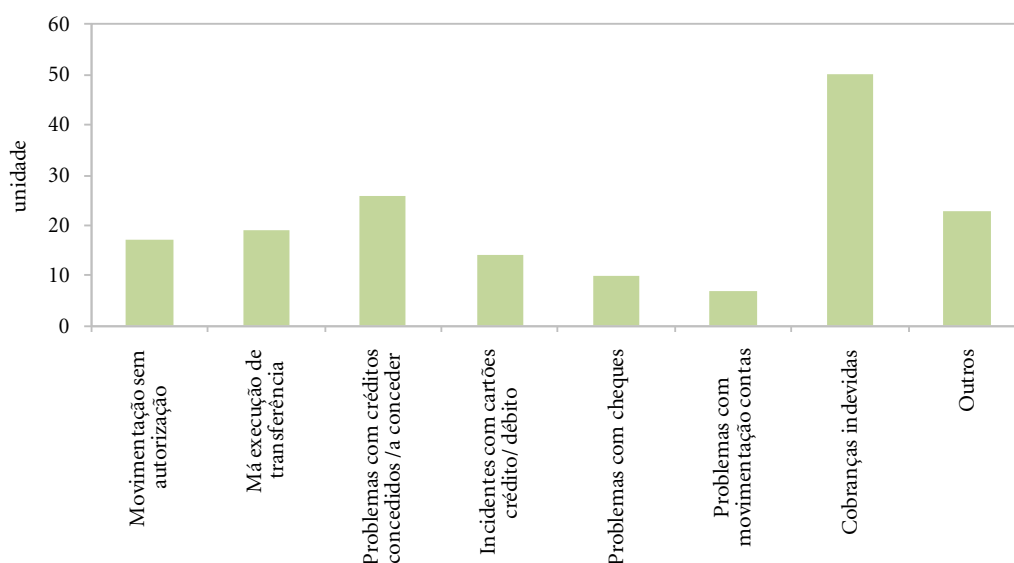
**Figura 21. Reclamações Recebidas**



Fonte: Banco de Cabo Verde.

No que diz respeito aos temas reclamados, estes incidiram principalmente nas matérias ilustradas no gráfico abaixo:

**Figura 22. Matérias Reclamadas**



Fonte: Banco de Cabo Verde.

Como forma de estimular a apresentação das reclamações e considerando os desafios notórios quanto à sua submissão por escrito na língua portuguesa, criou-se o serviço de atendimento, especificamente num horário preferencial, permitindo aos consumidores a exposição verbal e presencial dos factos perante técnicos do GAP.

O GAP tem ainda contribuído activamente para a sensibilização e formação dos consumidores, designadamente através da divulgação de um Guia do Consumidor, que responde a perguntas básicas relacionadas com o sector bancário.

Constatada a necessidade de se actualizar a legislação existente, o GAP propôs e elaborou o Aviso sobre preçários das instituições de crédito e parabancárias que, por um lado, moderniza aspectos importantes das relações entre as instituições de crédito e os seus clientes, designadamente a cobrança de comissões e despesas, bem como a prestação de informações e, por outro lado, determina os serviços bancários gratuitos a prestar por aquelas instituições. Concomitantemente, foram trabalhadas as instruções técnicas relativas à estrutura (comissões, despesas e taxas de juro) e preenchimento do preçário e das Taxa Anual Efectiva (TAE) e Taxa Anual Efectiva Global (TAEG).

Igualmente, procedeu-se ao desenvolvimento da proposta de Aviso sobre as informações relativas às taxas de juro e custos das operações de crédito, que visa garantir a transparência do mercado através da disponibilização de um conjunto de informações comparáveis e padronizadas que devem ser asseguradas pelas instituições de crédito, permitindo juízos comparativos por parte dos clientes. Define ainda a informação mínima a incluir nos contratos de crédito, as regras a observar na publicidade de oferta de crédito, designadamente a indicação da TAE e da TAEG e a informação a prestar pelas instituições de crédito durante a vigência do contrato (montante do capital em dívida, modificação das condições contratuais, etc.)

O GAP participou em três acções de inspecção em 2012, uma de carácter geral, liderada pelo Departamento de Supervisão e Estabilidade, e duas especificamente sobre supervisão comportamental.

A inspecção realizada num dos bancos comerciais incidiu unicamente sobre o modo de cálculo das taxas de juro. Noutro, a acção inspectiva teve como objectivo principal a averiguação do cumprimento das normas ditadas pelo Decreto-Regulamentar n.º 6/93 de 3 de Maio e pela Carta-Circular n.º 162/DSE/2011, no concernente, respectivamente, ao modo de cálculo das taxas de juro de mora e à cobrança de despesas/taxas de expediente.

Na sequência da realização das referidas inspecções, foram levadas ao conhecimento do Conselho de Administração do BCV algumas conclusões e recomendações, alertando para um maior rigor no cumprimento das normas em vigor.

A nível da interacção com outras entidades de defesa do consumidor, é de se referir a participação do GAP no seminário promovido pela Associação para a Defesa do Consumidor (ADECO) “Nosso dinheiro, nossos direitos - campanha para o direito de escolha nos serviços financeiros - Direitos e Deveres dos Consumidores de Produtos Financeiros”, por ocasião da comemoração do dia internacional do consumidor, e na 2ª reunião do Conselho Nacional do Consumo.

No que toca à comunicação, numa fase inicial, foram actualizadas as informações no *Site* do BCV para, seguidamente, se instituir, em parceria com o Gabinete de Relações Externas, um plano de comunicação no âmbito da promoção do combate à iliteracia financeira.

Cabe ainda salientar uma forte dinamização das relações relativas à defesa do consumidor junto das instituições sob supervisão do BCV, através da criação e funcionalização de estruturas internas de defesa do consumidor e da definição dos respectivos pontos focais.



### **PARTE III**

## **OUTRAS ACTIVIDADES DO BANCO CENTRAL**



## Capítulo 9. Operações do Banco Central e Outras Actividades

### 9.1. Execução da Política Monetária e Gestão das Reservas Externas

A gestão da política monetária orientou-se para a estabilização da liquidez, consentânea com o objectivo de manutenção da credibilidade do regime cambial. Neste sentido, visando a absorção da liquidez excedentária, o BCV efectuou uma gestão activa da liquidez ao longo do ano, por via das operações *open market type* e no âmbito das facilidades permanentes, suportada pela previsão diária de liquidez, que determinou o sentido das intervenções. Com efeito, ao longo de 2012, foram realizadas intervenções destinadas à esterilização da liquidez, contendo, desta forma, um maior crescimento da liquidez bancária excedentária, que sofreu um acréscimo em termos de média anual superior aos cem por cento, representando um total absoluto de 914 milhões de escudos.

A procura de liquidez média do sistema bancário, medida pelo valor médio diário das Disponibilidades Mínimas de Caixa (DMC), atingiu os 17.617 milhões de escudos, enquanto a oferta de liquidez média, medida pelos depósitos médios diários dos bancos, ascendeu a 18.875 milhões de escudos, traduzindo-se em acréscimos de 11 e 16 por cento, respectivamente, face ao ano anterior.

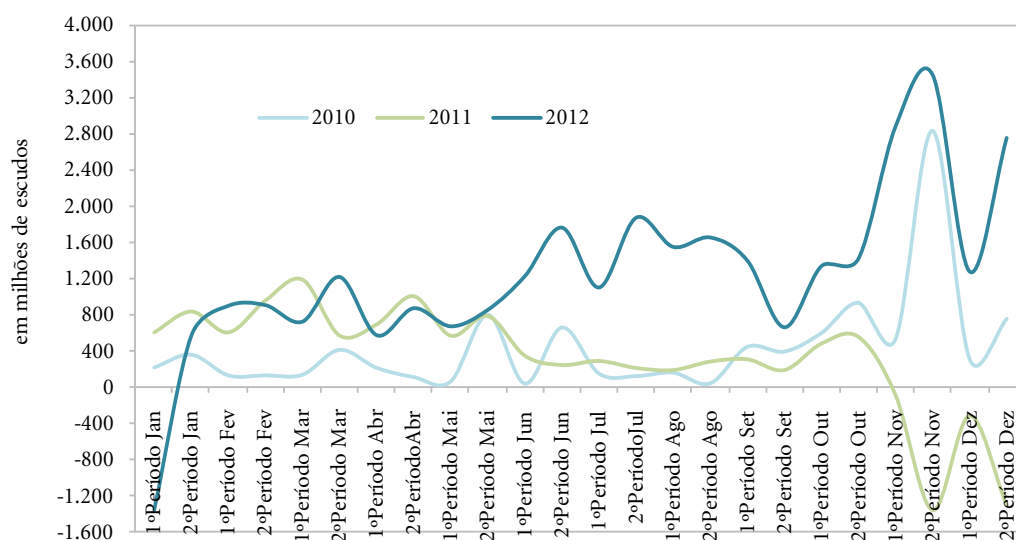
Em 2012, a liquidez bancária registou níveis excedentários na generalidade dos períodos de manutenção, com excepção do mês de Janeiro, atingindo valores avultados a partir de Junho. Registou-se em Novembro o valor mais alto do ano, acima dos três mil milhões de escudos. A evolução observada contraria o sucedido em 2011, altura em que se registou uma tendência de queda de liquidez, que culminou com défices de liquidez em termos agregados, nos últimos quatro períodos de manutenção das DMC.

A estabilização da liquidez bancária e a sua tendência fortemente excedentária resultaram de alguns factores, sendo de destacar:

- A adopção de algumas medidas de política monetária pelo BCV, nomeadamente a isenção de constituição de reservas mínimas pelos bancos com base de incidência inferior a mil milhões de escudos, e a exclusão de mil milhões de escudos na base de incidência das Instituições Financeiras Bancárias (IFB) com Depósitos no BCV superiores a esse valor;
- As condições de liquidez favoráveis da generalidade das instituições financeiras do país;
- As compras avultadas de moeda estrangeira aos bancos, que determinaram a emissão contínua de moeda pelo BCV, com impacto no aumento da liquidez bancária.

A contribuir para a evolução positiva da liquidez excedentária estiveram, também, os factores autónomos, destacando-se os impactos da rubrica “Operações Cambiais”, por via do grande volume de compras de moeda estrangeira efectuadas às instituições financeiras, e “Diversos”, através das operações de compensação com a SISP, referentes à liquidação das operações com o cartão VISA e das transferências das contas de Unidades de Projeto sediadas no BCV.

**Figura 23. Liquidez Bancária por Manutenção das Disponibilidades Mínimas de Caixa**

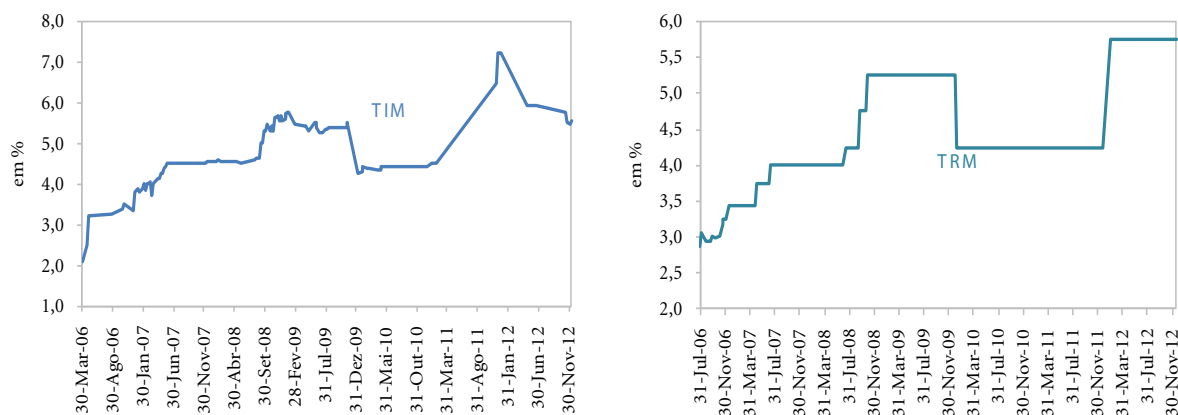


Fonte: Banco de Cabo Verde.

### Operações de Tipo Mercado Aberto

As operações de tipo *Open Market* materializaram-se, sobretudo, na emissão de Títulos de Regularização Monetária (TRM) com maturidade até 14 dias, à taxa directora de 5,75 por cento, tendo-se também verificado um aumento substancial das emissões dos Títulos de Intervenção Monetária (TIM) a prazo mais alargado, evidenciando, nitidamente, a estabilização da liquidez no sistema bancário e a consequente melhoria da confiança das instituições financeiras em investimentos de prazos mais longos, não obstante o impacto de uma conjuntura financeira internacional menos favorável na economia nacional.

**Figura 24. Taxas de Variação dos Títulos do Banco Central**



Fonte: Banco de Cabo Verde.

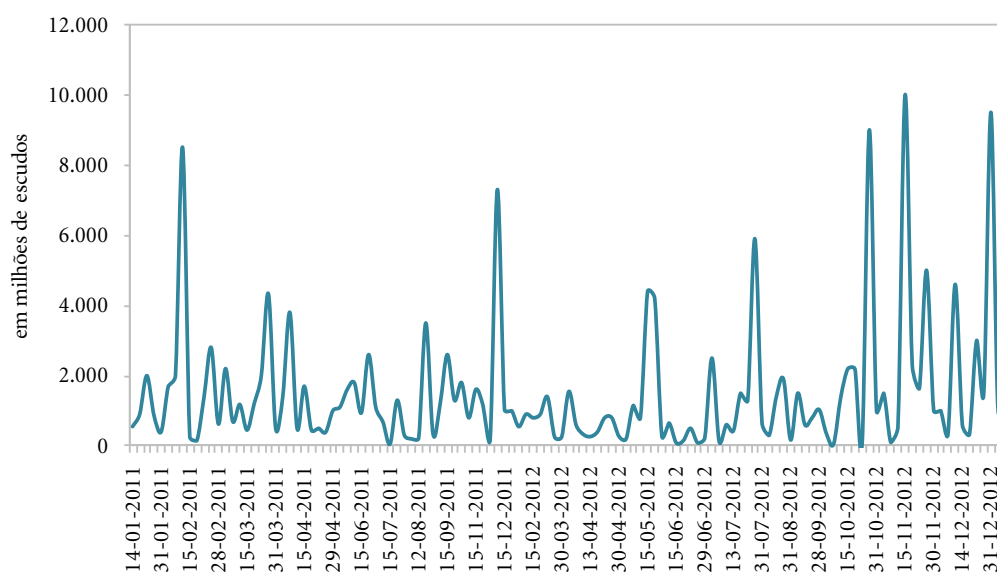
Face a 2011, as emissões de TRM ascenderam a 22.728 milhões de escudos, traduzindo uma queda de 41 por cento. Em contraposição, a emissão de TIM, que ascendeu a 4.032 milhões de escudos, acusou um aumento acima dos cem por cento.

### Facilidades Permanentes de Liquidez

As Facilidades Permanentes de Absorção de liquidez (FPA) registaram uma tendência crescente ao longo do ano, traduzindo o nível significativo de liquidez excedentária no mercado, que estimulou aplicações frequentes de montantes avultados em depósitos *overnight* por parte das instituições de crédito, no último dia do período de manutenção das reservas mínimas, as quais beneficiaram também da subida da taxa de remuneração desses depósitos pelo BCV, em dois pontos percentuais, para 3,75 por cento.

As aplicações dos excedentes de fundos pelos bancos comerciais no âmbito das FPA totalizaram 108.687 milhões de escudos, o que representou um aumento de 36 por cento face ao valor de 2011.

**Figura 25. Facilidade Permanente de Absorção de Liquidez – Depósitos Overnight**



Fonte: Banco de Cabo Verde.

Inversamente, as Facilidades Permanentes de Cedência de liquidez (FPC) caíram face ao período homólogo de 2011, em virtude da estabilização da liquidez observada na maioria dos bancos do sistema, aliada à suspensão de uma das instituições bancárias do acesso às FPC, até Novembro de 2012.

A execução da política monetária implicou custos avultados para o BCV, que ascenderam a 155 milhões de escudos, englobando o pagamento de juros das operações de *Open Market Type* e no âmbito das FPA, equivalentes a um acréscimo de 11 por cento quando comparado com igual período de 2011. Contrariamente, os proveitos registaram uma redução superior a cem por cento face ao mesmo período, traduzindo o excesso de liquidez vigente no sistema.

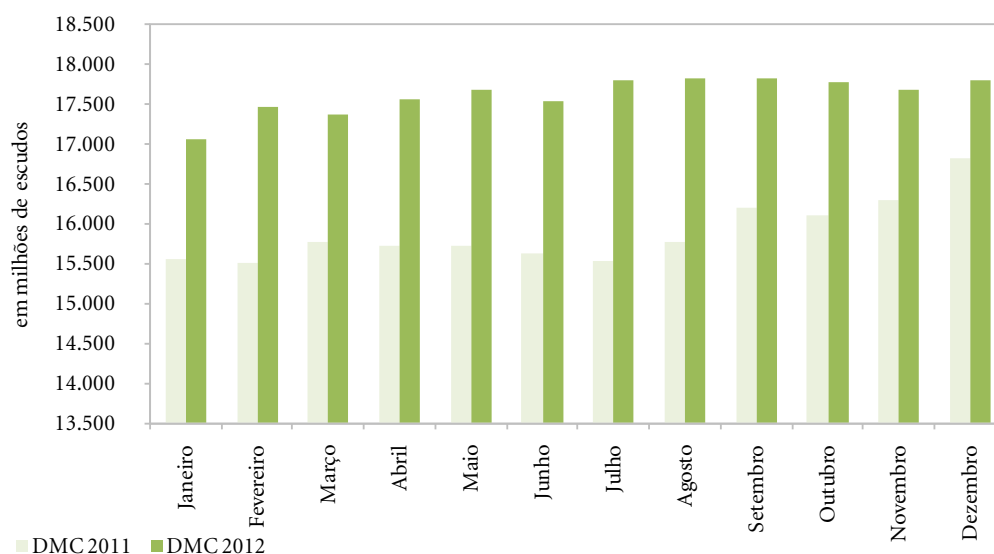
## Mercado Monetário Interbancário

No Mercado Monetário Interbancário (MMI) registou-se um aumento das transacções na ordem dos quatro por cento, que traduz uma troca de fundos entre os bancos comerciais num total de 65.730 milhões escudos. A taxa de juro média das transacções no MMI atingiu os 7,7 por cento, com os prazos a oscilarem entre um dia e três meses.

## Disponibilidades Mínimas de Caixa

Depois de ter aumentado para 18 por cento em Janeiro, o coeficiente das Disponibilidades Mínimas de Caixa (DMC) permaneceu inalterado ao longo do ano. Paralelamente, as medidas de isenção introduzidas na base de incidência e implementadas inicialmente para amortecer o impacto na liquidez bancária, decorrente do aumento do coeficiente de reservas, acabaram por permanecer durante 2012, provocando uma subida acentuada das reservas mínimas e estimulando um acúmulo progressivo de liquidez no sistema bancário ao longo de todo o ano.

**Figura 26. Disponibilidades Mínimas de Caixa**



Fonte: Banco de Cabo Verde.

Nota: DMC - Disponibilidades Mínimas de Caixa.

## Gestão de Reservas

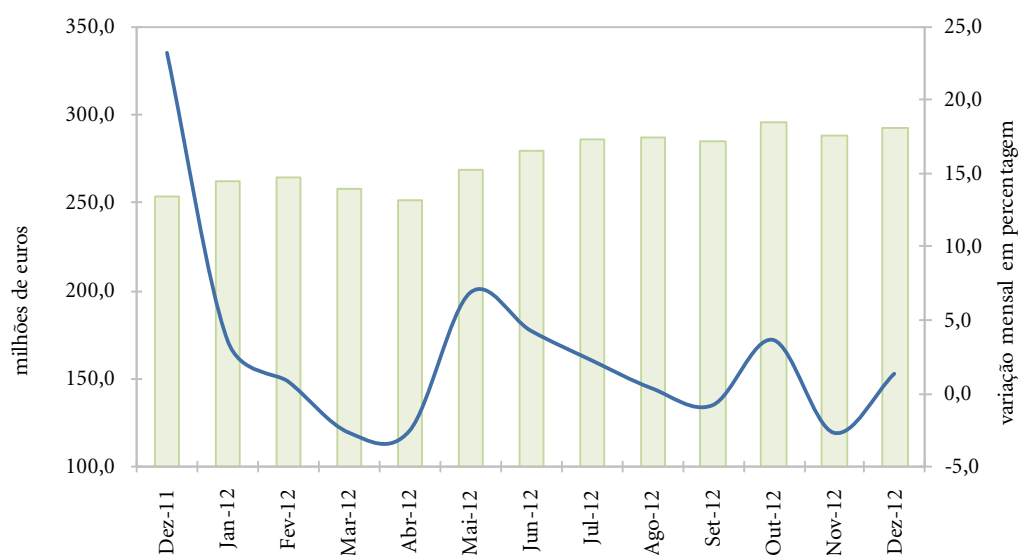
As reservas externas registaram uma evolução positiva, apesar do contexto de elevada incerteza nos mercados internacionais, ascendendo a cerca de 292 milhões de euros (32,2 mil milhões de escudos), o que traduz uma variação de 15,3 por cento relativamente a igual período de 2011.

Com efeito, não obstante as importantes saídas de reservas em 2012, com destaque para os pagamentos internacionais destinados à liquidação da dívida pública externa, num total de dez milhões de euros (1,1 mil milhões de escudos) e 21 milhões de dólares (1,8 mil milhões de escudos), e os diversos pagamentos do Tesouro relacionados com a execução

de projectos, funcionamento das missões diplomáticas no exterior, quotas e outros pagamentos, que totalizaram cerca de 15 milhões de euros (1,67 mil milhões de escudos) e 13 milhões de dólares (1,1 mil milhões de escudos), o *stock* cambial aumentou, recuperando todas as perdas de 2011.

As reservas globais registaram o valor mais baixo do ano em Abril, quando atingiram os 251 milhões de euros (27,69 mil milhões de escudos), enquanto o valor mais alto foi observado em Dezembro, na sequência de operações de compra de divisas efectuadas às instituições financeiras locais em volume avultado, bem como de entradas de divisas resultantes de desembolsos de parceiros externos no âmbito da ajuda orçamental.

**Figura 27. Gestão de Reservas**



Fonte: Banco de Cabo Verde.

A variação positiva das reservas externas deveu-se, sobretudo, às operações de compra e venda de divisas aos bancos comerciais, que resultaram numa compra líquida de 22 milhões de euros (2,4 mil milhões de escudos), bem como de entradas de divisas no âmbito da compensação entre a Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos (SISP) e o BCV, no valor de 32 milhões de euros (3,5 mil milhões de escudos), referentes à liquidação de operações com o cartão VISA. Por outro lado, os desembolsos provenientes da ajuda orçamental e o financiamento externo a favor do Estado, num total de 6,4 milhões de euros (704 milhões de escudos) e 12,9 milhões de dólares (1,07 mil milhões de escudos), respectivamente, e a entrada de 3,38 milhões de euros (370 milhões de escudos) resultantes dos rendimentos do *Trust Fund*, também favoreceram o incremento das reservas globais.

### Medidas de Gestão de Reservas

Num contexto de aversão ao risco dos investidores e de forte volatilidade nos mercados financeiros, o BCV procedeu à actualização dos normativos prudenciais e reguladores da gestão das reservas externas do país, tendo em vista a preservação do *stock* cambial. Com efeito, o BCV efectuou uma profunda revisão das Normas Orientadoras de Gestão das Reservas à luz do contexto internacional de risco dos factores de mercado. Por outro lado, ajustou o *Bench-*

*mark* das carteiras de gestão directa e indirecta, baseado nos pressupostos de *performance* e riscos assumidos, tendo em conta as perspectivas de evolução das taxas de juro.

Com a propagação da crise que assolou a Zona Euro, verificou-se uma depreciação significativa do euro face à divisa norte-americana. Assim, com o intuito de preservar as reservas externas, o BCV aprovou, em Junho, uma nova composição cambial das reservas, numa proporção de 70 e 30 por cento, para o euro e para o dólar norte-americano, respectivamente, o que se traduziu numa redução da exposição da carteira ao euro e consequente aumento da exposição ao dólar. Perante esta decisão, a gestão recorreu à compra gradual de dólares no mercado para rebalancear a carteira, colocando-a dentro dos novos limites estabelecidos.

No âmbito da estratégia definida e com o objectivo de dotar o Banco de Cabo Verde de um sistema que preconiza uma gestão eficiente e eficaz, procurando-se a minimização de diversos riscos a nível operacional e de crédito, entrou em produção, em Maio de 2012, o Sistema Integrado de Gestão de Reservas (SIGER), uma aplicação integrada, desenvolvida à medida e que contempla os módulos de *Front-office*, *Middle-office* e *Back-office*. O SIGER garante a segurança e a rapidez na gestão dos activos externos e pagamentos em moeda estrangeira, em integração com outras Unidades Orgânicas do Banco que participam e interagem no processo, assim como o *interface* com o Tesouro de Cabo Verde.

## 9.2. Consolidação dos Sistemas de Pagamentos

Em linha com o modelo de actuação no domínio dos sistemas de pagamentos dos anos anteriores, o Banco de Cabo Verde continuou, em 2012, com a firme aposta de desenvolver actividades visando o reforço da capacidade de acção e de intervenção institucionais e da consolidação das infra-estruturas de pagamento.

Manteve-se a mesma tendência de evolução e crescimento dos meios e instrumentos de pagamento, caracterizada pela crescente utilização dos instrumentos electrónicos, particularmente os cartões de pagamento.

Em termos do movimento global nas contas de depósito e de liquidação, registou-se um crescimento do total de operações processadas no sistema, quer em quantidade, quer em valor. Durante o ano, o sistema de liquidação processou 6.460.736 operações, no valor de 1.081 mil milhões de escudos, tendo o Sistema de Compensação Interbancária e Liquidação (SICIL) contribuído em cerca de 99,9 por cento para o total das operações liquidadas e 17,2 por cento para o total do valor processado.

### Infra-estruturas de Pagamento

Graças às tecnologias de informação, existem hoje diversos serviços disponibilizados pelo sector bancário que, anteriormente, eram prestados de forma diferente ou tão-pouco existiam. A incorporação destas tecnologias à banca tem-se traduzido numa constante alteração da sua actividade a todos os níveis (na melhoria dos produtos/serviços financeiros disponibilizados, de novos canais de distribuição) e, consequentemente, numa forte reestruturação organizacional. Perante tal evolução, é fácil concluir que o seu impacto sobre o sistema financeiro, em geral, é indiscutível e esta perspectiva é, inclusive, facilmente comprovada se considerarmos os benefícios que daí advêm e que se revertem na grande melhoria da eficiência do sector financeiro.



Neste quadro, a par das infra-estruturas e dos canais tradicionais de acesso aos serviços e meios de pagamento, como as agências/balcões, o sistema tem apostado em estratégias multicanal de acesso à banca, sobretudo, os denominados canais de distribuição remota (Redes de ATM e POS, *Homebaking*, *Mobile Bank* etc) assentes em tecnologias de informação e comunicação modernas.

### Redes de Pagamento

No final de 2012, a rede Vinti4 contava com um total de 3.152 terminais, dos quais 162 ATM e 2.990 POS, representativos de um crescimento de 7,3 por cento e 14,4 por cento, respectivamente, quando comparado com 2011. Em média, nos últimos cinco anos, o número de ATM e de POS cresceu 11,2 por cento e 27,7 por cento, respectivamente. No total, foram efectuadas, em 2012, 13.314.932 operações na rede, das quais 69,5 por cento realizadas através dos ATM, 28,2 por cento nos POS e os restantes 2,3 por cento através de outros canais de acesso à rede (Vinti4net e Televinti4).

O serviço de caixa automática é o segmento de maior procura, sendo responsável por aproximadamente 9,2 milhões de operações. Em termos relativos, verificou-se um aumento de 6,7 por cento em quantidade e 6,3 por cento em valor face ao registado no exercício anterior. Tal facto deve-se não só ao aumento do número de cartões como também à expansão da rede de terminais em zonas não cobertas anteriormente, ao reforço da concentração em zonas já cobertas e à diversificação de locais de instalação das máquinas.

**Quadro 22. Cartões e Terminais da Rede Vinti4**

	2008	2009	2010	2011	2012
	Unidade				
Número de Terminais	1.115	1.518	2.126	2.764,0	3.152
Caixas Automáticas - ATM	109	122	141	151	162
Terminais de Pagamento - POS	1.006	1.396	1.985	2.613	2.990
Cartões emitidos	103.029	119.159	116.889	82.142	170.864
Cartões Vinti4	100.279	114.088	109.108	75.169	163.324
Cartões de crédito	2.750	5.071	7.781	6.973	7.540
	taxa de crescimento em %				
Número de Terminais	37,8	50,7	57,8	30,0	21,7
Caixas Automáticas - ATM	25,3	11,9	15,6	7,1	7,3
Terminais de Pagamento - POS	39,3	38,8	42,2	31,6	14,4
Cartões emitidos	24,5	13,8	-4,4	-29,7	3,3
Cartões Vinti4	26,3	13,8	-4,4	-31,1	3,3
Cartões de Crédito	-18,3	84,4	53,4	-10,4	8,1

Fonte: Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos; Instituições de Crédito.

O serviço de pagamento automático tem conhecido, igualmente, uma evolução positiva ao longo dos anos. Reflexo da boa aceitabilidade pela população e pelos estabelecimentos comerciais aderentes ao serviço, registou-se um aumento do número de terminais instalados, na ordem dos 14 por cento em 2012, tendo sido realizadas através destes terminais cerca de 3,7 milhões de operações, no valor global de 15,4 mil milhões de escudos.

O serviço de TeleVinti4 é outro canal de acesso ao serviço da rede que aos poucos vem conquistando espaço no seio da população cabo-verdiana, somando mais de 20 mil

utilizadores associados. Este serviço registou, em finais de 2012, um total de 306.805 operações, das quais 76,4 por cento no valor de 119,2 milhões de escudos.

A rede de pagamentos automáticos coloca ainda à disposição dos seus utilizadores o serviço Vinti4net. No final de 2012, o serviço tinha registado um total de 1.382 operações, correspondentes a 146,8 milhões de escudos, designadamente pagamentos de serviços, transferências e recarga móvel.

A rede de comunicação internacional SWIFT – *Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunications* – impõe-se como um dos pilares da estratégia de desenvolvimento e modernização do sistema de pagamentos cabo-verdiano. Implementada em Cabo Verde em finais de 1999, a rede SWIFT engloba uma série de vantagens que lhe concede primazia sobre outras formas de comunicação interbancária, nomeadamente, custos reduzidos, flexibilidade, fácil armazenamento, facilidades de consulta e segurança. No final de 2012, eram oito os membros de pleno direito e participantes do sistema.

### **Meios e Instrumentos de Pagamento**

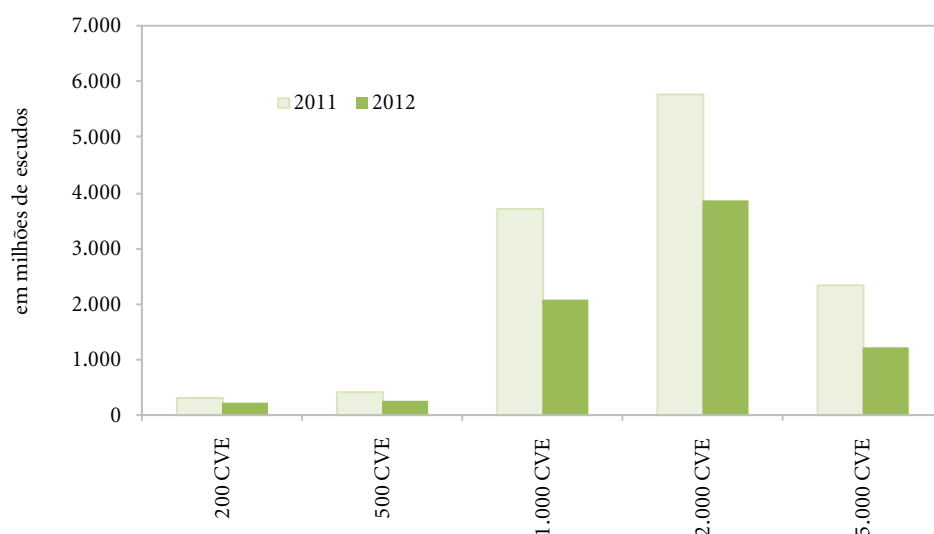
A evolução dos meios e instrumentos de pagamento em Cabo Verde continua a caracterizar-se por uma alteração no padrão de utilização dos instrumentos, com uma preferência clara pelos instrumentos electrónicos, substitutos do numerário, que se revelam como os mais utilizados pelos cabo-verdianos.

#### **Numerário**

O numerário prevalece como o meio de pagamento mais utilizado pela população, embora a análise de alguns rácios, particularmente os que relacionam a circulação com os agregados monetários M1- peso da circulação monetária- e M2- preferência pela moeda do banco central- e com o PIB, sugira a tendência para uma preferência crescente pelos instrumentos de pagamento escriturais e electrónicos.

A circulação monetária registou, no final de 2012, uma diminuição de 5,2 por cento face ao ano de 2011, tendo as notas e moedas em circulação atingido o montante de 8,1 mil milhões de escudos. Do total, as notas representaram 94,2 por cento, das quais 77,4 por cento corresponderam às denominações de mil e dois mil escudos, as únicas denominações, por enquanto, distribuídas através das caixas automáticas da rede Vinti4.

**Figura 28. Notas em Circulação por Denominação em Valor**



Fonte: Banco de Cabo Verde.

## Cheques

Em 2012 foram processados um total de 1,7 milhões de cheques, no valor de 218,5 mil milhões de escudos. Comparativamente ao ano de 2011, o número e o montante de cheques processados diminuiu 1,1 e 2,9 por cento, respectivamente.

No período em análise, o sistema bancário registou uma média de 6.844 cheques/dia pagos, correspondentes a um valor de 867,2 milhões de escudos. Os cheques pagos diretamente nos balcões, embora acusem uma diminuição em quantidade (0,03 por cento) e em valor (3,2 por cento), continuam a ter maior representatividade no universo dos cheques (79,9 por cento). Por seu turno, os cheques processados através do sistema de compensação acusaram uma diminuição em quantidade (cinco por cento) e em valor (8,1 por cento), não obstante continuarem a representar um peso substancial de 42,6 por cento.

## Transferências Bancárias

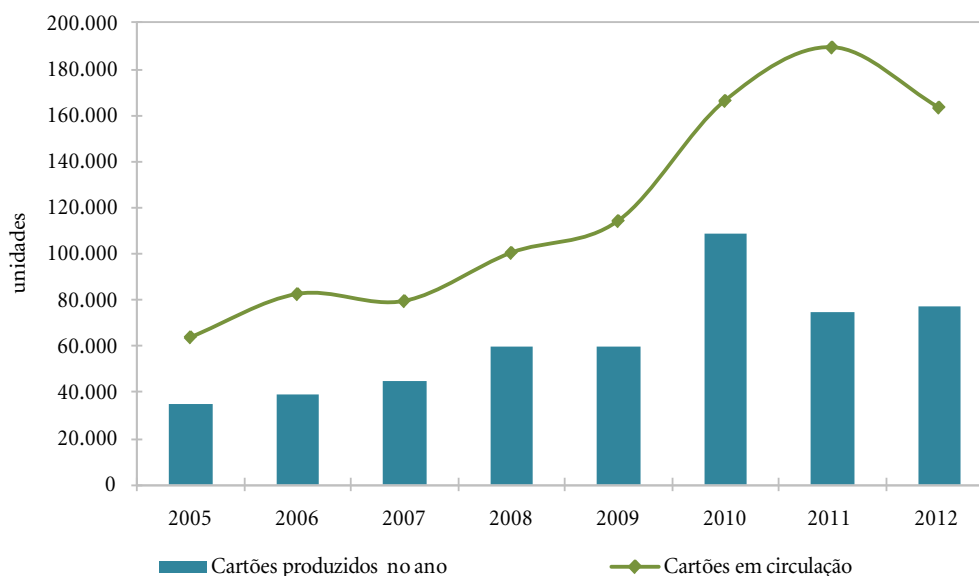
No decurso de 2012 foram processadas 2,1 milhões de transferências bancárias, no valor de 256 mil milhões de escudos. Comparativamente a 2011, as transferências bancárias apontam para um aumento de 45,5 por cento em quantidade e 53,7 por cento em valor. Tal evolução ficou a dever-se às transferências interbancárias, que assinalam um crescimento substancial na ordem dos 135,9 por cento em quantidade, e às transferências intrabancárias, que acusam uma taxa de crescimento de 90,9 por cento em valor.

## Cartões de Pagamento

A introdução dos cartões de débito da rede Vinti4 teve um forte impacto no sistema bancário nacional e uma excelente aceitação por parte da população bancarizada. Em 2012 foram emitidos e reconhecidos na rede Vinti4 163.324 cartões de pagamento, o que revela uma redução de 13,8 por cento face ao número registado em 2011. O número de

cartões produzidos desde o início do funcionamento da rede ascende a 595.306, sendo que 27,4 por cento correspondem a cartões activos.

**Figura 29. Evolução Anual de Cartões Produzidos em Circulação**



Fonte: Banco de Cabo Verde.

Nos últimos cinco anos, o número de cartões activos cresceu 17,2 por cento, em termos médios anuais, e o número de cartões reconhecidos na rede cresceu 17,7 por cento.

A utilização de cartões na rede Vinti4 apresentou um crescimento expressivo em 2012. Foram efectuados 13 milhões de operações, o que corresponde a um aumento de 14 por cento relativamente a 2011, representativo de uma média diária de 36.479 operações. Do total das operações com cartões Vinti4, 69,5 por cento foram efectuadas nos ATM, 28,2 por cento nos POS e 2,3 por cento através da televinti4 e vinti4net. O valor total transaccionado na rede situou-se em torno dos 43 mil milhões de escudos, mais 4,3 mil milhões de escudos que no ano anterior.

Em média, cada cartão activo efectuou 57 operações nos ATM e 22 nos POS, o que corresponde a um aumento de 25,8 por cento e de 43,8 por cento, respectivamente, em comparação com o ano de 2011.

### 9.3. Sistemas de Compensação e de Liquidação Interbancária

O Banco de Cabo Verde, no quadro das suas atribuições estatutárias, assegura a gestão e o funcionamento do Sistema Integrado de Compensação Interbancária e Liquidação (SICIL), que integra os subsistemas de compensação de cheques e documentos afins, de transferências interbancárias, de operações da rede Vinti4 e da Bolsa de Valores, e é o operador e gestor do Sistema de Gestão de Depósitos e Liquidação (SGDL).

Os fluxos de pagamento entre as instituições participantes no SICIL e SGDL realizam-se através de contas únicas de liquidação domiciliadas no Banco de Cabo Verde, com carácter irrevogável e incondicional, sendo que no SICIL a liquidação processa-se por

compensação dos saldos, enquanto no SGD L as operações são processadas numa base individual. No primeiro sistema, faz-se o processamento de operações de baixo valor, consequentemente de risco sistémico limitado, e no segundo faz-se o processamento de operações de montantes avultados.

### Sistema de Gestão de Depósitos e Liquidação – SGD L

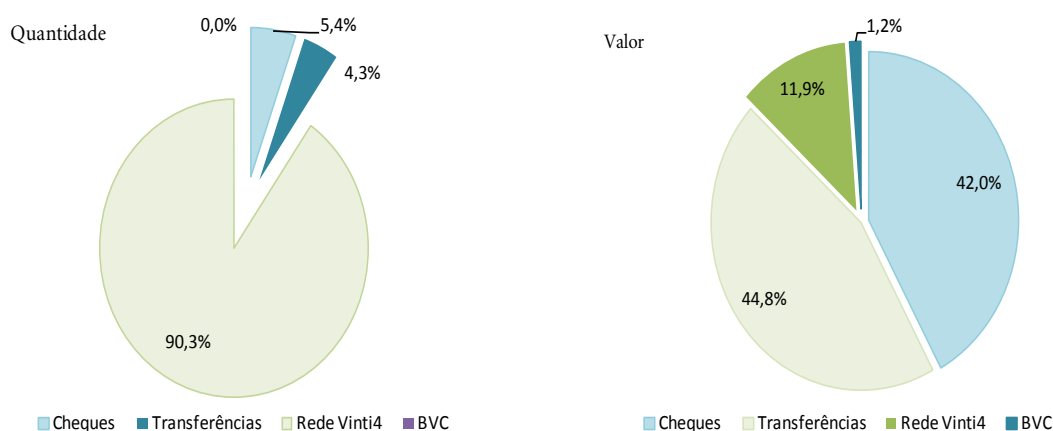
Durante o ano de 2012, o SGD L liquidou 6,5 milhões de operações no valor de 1.081 mil milhões de escudos, a que corresponde um aumento de 8,5 por cento em quantidade e 15,6 por cento em valor, comparativamente ao ano de 2011. Estes desenvolvimentos sugerem que o sistema de liquidação cabo-verdiano segue a tendência internacional dos sistemas de liquidação por bruto de processarem pequenas quantidades de pagamentos. O valor médio por operação liquidada no SGD L, em 2012, foi de 100,4 milhões de escudos (90,1 milhões de escudos em 2011).

A média diária global de operações liquidadas cresceu 9,3 por cento em quantidade no ano de 2012, passando de 16.902 operações/dia para 18.490 operações/dia. Este crescimento ficou a dever-se às operações de compensação, sobretudo as transferências interbancárias, do mercado monetário e da dívida pública, bem como do mercado cambial.

### Sistema Integrado de Compensação Interbancária e Liquidação - SICIL

As transacções processadas através do SICIL, em 2012, comprovam a mesma tendência de variação positiva verificada em 2011, embora os cheques individualmente tenham acusado uma diminuição em quantidade e valor. Foram processados 6,5 milhões de operações no valor de 185 mil milhões de escudos no SICIL em 2012, o que reflecte um crescimento de 8,5 por cento e de 0,8 por cento em quantidade e valor, respectivamente, face ao ano de 2011. Esse crescimento pouco expressivo no valor total justifica-se pelo facto dos valores processados de cheques e de operações da bolsa de valores terem sofrido diminuições de 7,7 por cento e 33 por cento, respectivamente.

**Figura 30. Sistema Integrado de Compensação Interbancária e Liquidação em 2012**



Fonte: Banco de Cabo Verde.

Realça-se o desempenho da rede Vinti4 com uma representatividade bastante signi-

ficativa, 90,3 por cento, não obstante alcançar apenas 11,9 por cento do valor total das operações processadas no SICIL. Os subsistemas de cheques e documentos afins e de transferências interbancárias continuam a ter um peso significativo em valor no SICIL, representando, no seu conjunto, cerca de 86,8 por cento dos valores compensados. Com uma contribuição ainda pouco expressiva, a Bolsa de Valores acusa uma diminuição em termos de valor, na ordem de 33 por cento.

### Compensação de Cheques e Documentos Afins

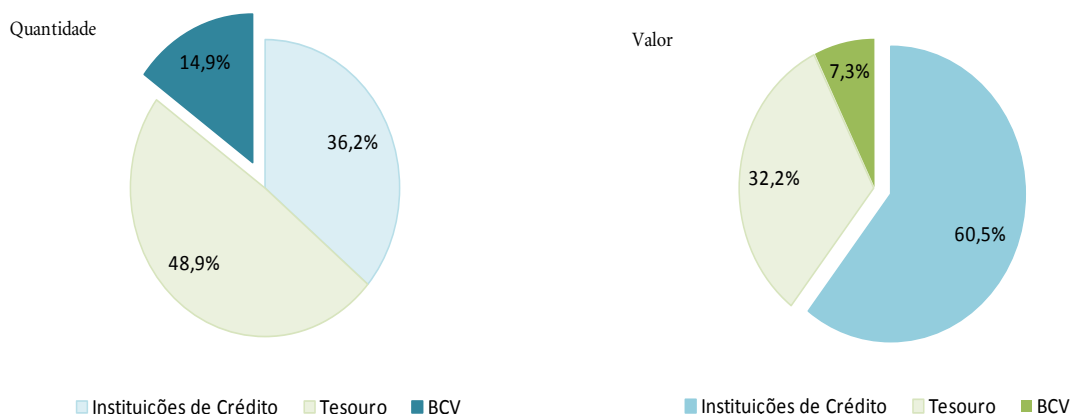
Analisando a *performance* do subsistema de cheques e documentos afins no SICIL, verifica-se uma quebra na sua comparticipação em quantidade (8,1 por cento) e em valor (11,1 por cento). Durante o ano de 2012, o número de cheques processados e devolvidos através da compensação atingiu 350.170, no valor de 78 mil milhões de escudos, o que se traduz numa diminuição de 4,9 por cento em quantidade e 7,7 por cento em valor.

Não obstante este comportamento, o cheque continua a apresentar-se com um peso bastante expressivo em termos do valor total processado (40,8 por cento). O valor médio tem-se mantido em cerca de 0,2 milhões de escudos por cheque nos últimos quatro anos.

### Compensação de Transferências Interbancárias

O movimento registado no sistema de transferências interbancárias evidenciou uma evolução bastante positiva em 2012, tendo sido processados 274.197 transacções, no valor de 83,1 mil milhões de escudos, o que equivale a um aumento de 137 por cento em quantidade e de 9,5 por cento em valor. Em termos de peso, o subsistema contribuiu com 4,5 por cento em quantidade e 43,8 por cento em valor, no total dos documentos processados no SICIL.

**Figura 31. Transferências Apresentadas à Compensação por Participantes em 2012**



Fonte: Banco de Cabo Verde.

Não obstante o cenário de evolução positiva, o valor médio processado em 2012 evidencia uma diminuição comparativamente a 2011, tendo passado de 0,7 milhões de escudos para 0,3 milhões de escudos. A média diária situou-se em 1.088 transferências, no valor de 330,1 milhões de escudos.

A análise das transferências apresentadas à compensação por participantes revela que as instituições de crédito continuam contribuindo com maior peso, seja em quantidade

(48,9 por cento), seja em valor (60,5 por cento). De notar, porém, uma queda da representatividade do BCV, de 31,8 por cento, em 2011, para 14,9 por cento em 2012, em termos de quantidade. O Tesouro, individualmente, destaca-se pela sua representação, tanto em quantidade (48,9 por cento) como em valor (32,2 por cento). O valor médio de transferências apresentadas pelo Tesouro, por sua vez, revela uma diminuição acentuada, tendo-se situado em 0,2 milhões de escudos, valor este inferior ao valor médio das transferências processadas (0,3 milhões de escudos).

### **Liquidação das Operações da Rede Vinti4 e da Bolsa de Valores**

A Rede Vinti4, sendo o sistema de pagamentos cabo-verdiano com maiores quantidades processadas – assegura 90,3 por cento da quantidade de operações do SICIL – representa, no entanto, apenas 11,9 por cento do valor total. Este é o subsistema de pagamento com menor valor médio por operação (3.801 escudos), o que lhe confere, mais do que qualquer outro, a classificação de sistema de retalho. Foram compensados e liquidados através da rede 5.826.330 operações, no valor de 22,1 mil milhões de escudos.

O crescimento dos negócios contratados através da Bolsa de Valores (BVC) tem tido impacto directo nas operações liquidadas no Banco de Cabo Verde, facto este evidenciado pela evolução crescente das quantidades e valores processados nesse subsistema. Com efeito, em 2012, foram liquidados cerca de 2,3 mil milhões de escudos, sendo que sete por cento refere-se a operações liquidadas por bruto, no valor de 162,6 milhões de escudos. As restantes operações, nomeadamente as liquidadas por compensação, e as comissões a favor da BVC, totalizaram 93 por cento, 2.156 milhões de escudos.

### **9.4. Emissão e Tesouraria**

No final do ano de 2012, o valor das notas emitidas pelo Banco de Cabo Verde ascendia a 11.249 milhões de escudos, representando uma diminuição de 10,5 por cento face ao valor registado no final de 2011. Em valor absoluto, essa diminuição foi de 1.319 milhões de escudos

Observa-se uma variação positiva nas denominações de 200 escudos (7,6 por cento), 500 escudos (7,2 por cento) e cinco mil escudos (2,9 por cento) e uma variação negativa nas denominações de mil escudos (16,6 por cento) e dois mil escudos (14,3 por cento). Esta evolução pode ser explicada pela eficiência introduzida com a automatização do serviço de escolha e saneamento, cuja entrada em funcionamento ocorreu em finais do primeiro trimestre de 2011, o que permitiu uma redução substancial do período de diferimento verificado no tratamento de notas retornadas ao Banco de Cabo Verde, com efeito directo na diminuição da necessidade de emissão de notas.



**Quadro 23. Evolução da Emissão de Notas**

Denominação CVE	milhares de escudos				variação em %
	2009	2010	2011	2012	
200	252.302	346.226	316.227	340.179	7,57
500	342.215	518.786	422.783	453.104	7,17
1.000	3.265.901	4.339.273	3.718.206	3.102.190	-16,57
2.000	8.535.771	7.574.089	5.777.891	4.952.310	-14,29
5.000	2.558.220	2.366.540	2.333.455	2.401.665	2,92
Total	14.954.409	15.144.914	12.568.562	11.249.448	-10,50

Fonte: Banco de Cabo Verde.

De igual modo, as denominações de 200 e 500 escudos, por se tratarem de denominações de valor facial baixo e naturalmente muito circuladas devido à sua função de moeda de troco, têm merecido uma atenção especial, de forma a manter-se a qualidade de circulação satisfatória dessas denominações.

Durante o ano de 2012 foram emitidos e colocados em circulação 6,54 milhões de notas, no valor de 3.028 milhões de escudos. Do total de notas emitidas, as denominações de 200 e 500 escudos registaram, no conjunto, 7,1 por cento, a denominação de mil escudos 27,6 por cento e a de dois mil escudos 44 por cento. A denominação de cinco mil escudos participou com 21,4 por cento.

Analogamente, no referido período foram retiradas de circulação 4,4 milhões de notas, no valor de 6.995 milhões de escudos, por não oferecerem qualidade para serem recolocadas em circulação, sendo 12,1 por cento nas denominações de 200 e 500 escudos, 41,4 por cento na denominação de mil escudos, 39,3 por cento na de dois mil escudos e 7,2 por cento na denominação de cinco mil escudos.

O valor das notas emitidas pelo Banco de Cabo Verde, no final de 2012, distribuía-se entre 3.578 milhões de escudos na posse do sistema bancário e 7.670 milhões de escudos afectos à circulação, representando, em quantidade, o total de 6,03 milhões de notas.

No cômputo das notas colocadas em circulação, à semelhança de anos anteriores, as denominações de mil e dois mil escudos representavam, no seu conjunto, maior predominância, com cerca de 66,5 por cento em quantidade e 77,4 por cento em valor, assumindo-se como a denominação-padrão do sistema de pagamentos com numerário em Cabo Verde. Tal facto pode ser associado à situação das máquinas ATM que ainda dispensam apenas essas denominações.



**Quadro 24. Circulação de Notas**

Denominação CVE	2011				2012				variação em %
	Emissão	Notas em Caixa		Circulação	Emissão	Notas em Caixa		Circulação	
		BCV	Bancos			BCV	Bancos		
200	316.227	50.548	30.328	235.351	340.179	56.920	37.416	245.843	4,46
500	422.783	110.856	60.561	251.366	453.104	106.950	72.256	273.898	8,96
1.000	3.718.206	1.400.744	307.410	2.010.052	3.102.190	464.452	549.005	2.088.733	3,91
2.000	5.777.891	1.183.273	375.722	4.218.896	4.952.310	576.146	524.842	3.851.322	-8,71
5.000	2.333.455	762.315	159.595	1.411.545	2.401.665	1.003.260	187.740	1.210.665	-14,23
Total	12.568.562	3.507.736	933.616	8.127.210	11.249.448	2.207.728	1.371.259	7.670.461	-5,62

Fonte : Banco de Cabo Verde.

Por outro lado, a denominação de maior valor facial, cinco mil escudos, representa quatro por cento da quantidade de notas em circulação e 15,8 por cento do valor, enquanto a denominação de menor valor facial, 200 escudos, figura com um comportamento inverso na estrutura das notas em circulação, ou seja, 20,4 por cento em quantidade e 3,2 por cento em valor.

Numa análise individualizada, constata-se que as maiores variações das denominações em circulação se situam a nível das denominações de 200 e 500 escudos, com acréscimos de 4,5 e nove por cento, respectivamente, justificado, sobretudo, pela introdução de notas de troco por parte do BCV no mercado, e das de dois e cinco mil escudos, que reflectem decréscimos de 8,7 e 14,2 por cento, respectivamente.

Do ponto de vista da circulação de moedas, estas registaram um acréscimo de 2,5 por cento, no valor de 11,19 milhões de escudos, comparativamente ao verificado em 2011. Das moedas correntes em circulação, as maiores variações ocorreram a nível das denominações de um e 50 escudos.

**Quadro 25. Depósitos/Levantamentos**

	em milhões de escudos		em %
	Depósitos	Levantamentos	Rácio Depósitos/ Levantamentos
Janeiro	1.784	968	184,3
Fevereiro	1.214	1.163	104,4
Março	1.511	1.200	125,9
Abril	1.287	1.319	97,6
Maio	1.405	1.509	93,1
Junho	1.251	1.144	109,4
Julho	1.351	1.629	82,9
Agosto	1.466	1.508	97,2
Setembro	1.572	1.119	140,5
Outubro	1.498	1.218	123,0
Novembro	1.328	1.400	94,9
Dezembro	1.139	2.560	44,5
Total	16.806	16.737	100,4

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Os registos dos movimentos totais dos depósitos e dos levantamentos realizados em valor pelas instituições de crédito junto da tesouraria do Banco de Cabo Verde e das Instituições Executantes do Protocolo de Tesouraria, em 2012, evidenciaram oscilações ligeiras face ao verificado em 2011. Os depósitos totais cresceram 1,6 por cento, enquanto nos levantamentos o acréscimo foi ligeiramente superior, 4,1 por cento.

O rácio depósito/levantamento fixou-se em 100,4 por cento, uma variação negativa de 2,4 pontos percentuais relativamente ao verificado em 2011 (102,8 por cento), explicada pela oscilação dos depósitos e levantamentos, facto observado praticamente em todos os meses.

Durante o ano de 2012, foram trocadas no Banco de Cabo Verde 6.949 notas da família de notas de 1989/92, retiradas de circulação através dos Decretos-lei n.ºs 6/2006 e 44/2008, de 23 de Janeiro de 2006 e 1 de Dezembro de 2008, respectivamente, no valor de 6,6 milhões de escudos.

Do total das notas trocadas, cerca de 95,7 por cento correspondia à denominação de mil escudos, no valor equivalente a 6,34 milhões de escudos.

Encontram-se ainda na posse do público 634 mil notas, correspondentes a 289,7 milhões de escudos. De salientar que, do total de notas na posse do público, as denominações de cem e 200 escudos representaram, em quantidade, 56,9 por cento no conjunto. As denominações de 500, 1.000 e 2.500 escudos representavam 18,9, 21,5 e 2,4 por cento, respectivamente.

As notas de mil e dois mil escudos continuam a ser as denominações contrafeitas mais apreendidas através do sistema bancário, com um total de 89 contrafações detectadas. As denominações de 200, 500 e cinco mil escudos comparticiparam com um total de 19 contrafações.

Realce-se o decréscimo na detecção de contrafação, através do sistema bancário, das denominações de 500 e dois mil escudos.

**Quadro 26. Confracção de Notas (Circuladas)**

Denominação CVE	2011		2012		variação em %
	Quantidade (unidade)	Valor (escudos)	Quantidade (unidade)	Valor (escudos)	
200	1	200	6	1.200	500,0
500	13	6.500	8	4.000	-38,5
1.000	52	52.000	58	58.000	11,5
2.000	88	176.000	31	62.000	-64,8
2.500	6	30.000	5	25.000	-16,7
5.000	160	264.700	108	150.200	-32,5
Total	11	0	8	0	-27,3
Notas Estrangeiras	0	0	11	0	0,0

Fonte: Banco de Cabo Verde.

## 9.5. Estudos Económicos e Produção de Estatísticas

O Departamento de Estudos Económicos e Estatísticas (DEE) tem por missão a produção de estatísticas, a elaboração de análises, estudos económicos e pareceres que suportam a actuação do Banco de Cabo Verde no domínio do seu mandato fundamental – definição e execução da política monetária e defesa da estabilidade monetária e do sistema financeiro.

No quadro das suas atribuições principais, e em conformidade com o Plano Estratégico do Banco de Cabo Verde para 2011-2014, as actividades desenvolvidas pelo DEE em 2012 podem ser agrupadas em cinco objectivos essenciais: participação na definição e execução da política monetária; produção estatística; elaboração de estudos aplicados à economia de Cabo Verde e construção de *frameworks* e indicadores que possibilitem o aprofundamento do conhecimento da realidade económica e financeira do país; difusão de estatísticas, estudos e relatórios produzidos; representação do Banco nos domínios da actuação do departamento.

### 1. Colaboração na definição e execução da Política Monetária

No âmbito deste objectivo essencial do departamento e do Banco de Cabo Verde, o DEE elaborou e apresentou, mensalmente, no Comité de Política Monetária, o Boletim de Conjuntura, que sintetiza a evolução dos principais indicadores macroeconómicos e financeiros.

Em 2012, foi dada especial atenção à melhoria do documento e, em especial, à análise das contas externas, com base em informações de liquidações cambiais. Igualmente, procurou-se aprimorar a análise e a projecção da inflação (alargando o leque de variáveis explicativas). Na análise da situação monetária, considerando a conjuntura actual e as medidas de política monetária implementadas no início de 2012, fez-se um monitoramento mais próximo da evolução dos créditos e depósitos do sector bancário, da política de crédito dos bancos, bem como da evolução do balanço do banco central.

O DEE passou a realizar exercícios trimestrais de programação monetária e financeira, tendo actualizado as equações comportamentais do comércio externo de bens e serviços; de indicadores das finanças públicas; do crédito à economia; da inflação, entre outras. Igualmente, analisou os indicadores de vulnerabilidade externa e da sustentabilidade da dívida pública. No quadro desta última actividade, foi revisto o *framework* de monitoramento da dívida pública, que passou a incorporar os empréstimos bancários contratados e a dívida titulada das empresas públicas e câmaras municipais, quer junto ao sistema financeiro nacional, quer junto a credores externos.

### 2. Produção Estatística

Enquanto órgão produtor oficial das Estatísticas Monetárias e Financeiras, bem como das Estatísticas do Sector Externo, o DEE recolheu dados de diversas fontes, produziu, analisou e difundiu, de acordo com os prazos estabelecidos e com o nível de qualidade requerido:

- a síntese monetária, a síntese consolidada dos bancos de depósitos e as estatísticas de juros, depósitos e crédito;

- as estatísticas da balança de pagamentos, do comércio externo, das remessas de emigrantes, do investimento directo estrangeiro, bem como da dívida externa e;
- as estatísticas da posição da dívida externa e da posição de investimento internacional.

Destaca-se, ainda, no quadro deste objectivo, o trabalho de consolidação das estatísticas da balança produzidas desde 2008, em linha com os trabalhos de compilação da posição de investimento internacional de 2008 a 2011.

### **3. Elaboração de estudos e construção de *frameworks* e indicadores**

Visando o aprofundamento do conhecimento da economia nacional, estiveram em elaboração em 2012 três trabalhos de investigação: o primeiro com o propósito de avaliar o impacto de choques exógenos na economia cabo-verdiana; o segundo que visava a revisão dos ponderadores da taxa de câmbio real - um importante indicador de competitividade da economia; e o terceiro com a finalidade de avaliar os mecanismos de transmissão da Política Monetária em Cabo Verde. Complementarmente, trabalhou-se num índice de condições monetárias, que no contexto do nosso regime cambial procura medir as pressões sobre a balança corrente.

Além dos *working papers*, o DEE trabalhou no desenvolvimento de modelos para projecção de longo prazo de variáveis macroeconómicas. Com base num primeiro modelo desenvolvido, elaborou-se as projecções do produto interno bruto pela óptica da despesa e das finanças públicas até 2030.

Fora do âmbito do Plano Estratégico, o DEE trabalhou outros projectos, com o intuito de melhorar a avaliação da conjuntura macroeconómica. Entre outras actividades, concebeu formulários de reporte, determinou o tamanho da amostra e colaborou na concepção da plataforma tecnológica para produção das estatísticas das empresas; trabalhou um quadro metodológico para a estimativa das contas nacionais trimestrais pelas ópticas da oferta e da despesa; e publicou os *papers*: “*A Quartely Coincident Indicator for the Cape-Verdean Economy*” e “*Método de Trimestralização dos Principais Agregados das Contas Nacionais na Óptica da Despesa*”.

### **4. Difusão de estatísticas, estudos e relatórios produzidos**

No concernente às actividades relacionadas com a difusão, realce-se a:

- Produção, edição e publicação, a 15 de Maio e a 15 de Novembro, do Relatório de Política Monetária, que incorpora a análise da situação económica e financeira do país nos últimos seis meses, bem como as hipóteses de enquadramento e os riscos relacionados com as projecções dos principais indicadores económicos e financeiros do país;
- Produção, edição e publicação, a 30 de Junho, do Relatório Anual do Banco de Cabo Verde, que incorpora: uma análise dos principais desenvolvimentos económicos e financeiros da economia cabo-verdiana em 2011; um relatório de actividades dos diversos departamentos e gabinetes, bem como o relatório e contas do Banco de Cabo Verde;
- Produção, edição e publicação mensal do Boletim de Indicadores Económicos e Financeiros e do Boletim de Estatísticas Mensal;

- Produção, edição e publicação do Boletim de Estatísticas Trimestral;
- Actualização mensal da base de dados de estatísticas electrónicas e reporte, mensal e trimestral, ao Departamento de Estatísticas do Fundo Monetário Internacional de toda a informação estatística produzida pelo departamento;
- Actualização de séries estatísticas de indicadores monetários e compilação de séries longas das remessas de emigrantes e do comércio externo.

Em 2012, o departamento passou também a difundir um calendário de publicação das estatísticas, dos boletins, bem como dos relatórios, sob sua responsabilidade.

## 5. Representação do Banco nos domínios da actuação do departamento

Ainda no âmbito das suas atribuições, o departamento acompanhou a missão de *surveillance* do Fundo Monetário Internacional, no âmbito das consultas do Artigo IV; participou na elaboração dos relatórios semestrais da Unidade de Acompanhamento Macroeconómico; reuniu-se com as respectivas delegações e reportou estatísticas e publicações: ao Banco Africano de Desenvolvimento, à *Standard & Poors*, à *Fitch Rating*, ao Grupo de Apoio ao Orçamento, à Agência Monetária da África Ocidental, aos consultores responsáveis pela avaliação da execução do Documento Estratégico de Crescimento e Redução da Pobreza (DECRP) II e concepção do DECRPIII, ao Centro de Políticas Estratégicas, à Agência Nacional de Segurança Alimentar, bem como aos consultores responsáveis por um estudo actuarial sobre o programa de pensões do Instituto Nacional de Previdência Social e à missão de Assistência Técnica às Estatísticas das Finanças Públicas.

Participou activamente, enquanto membro, nas reuniões trimestrais da Comissão Técnica de Acompanhamento Macroeconómico, responsável pela avaliação da actividade económica nacional, pela antecipação dos desenvolvimentos macroeconómicos e por emitir recomendações de medidas de política, face a eventuais riscos que possam pôr em causa o regime cambial.

O DEE também elaborou e apresentou comunicações no VII Encontro de Estatísticas dos Bancos Centrais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, que teve lugar em Moçambique; colaborou na preparação da comunicação sobre o Regime Cambial Cabo-Verdiano, proferida em São Tomé e Príncipe; e preparou a comunicação sobre a evolução recente, perspectivas e desafios da economia cabo-verdiana, para apresentação na Comissão Especializada de Finanças e Orçamento.

## 9.6. Planeamento, Organização e Optimização dos Sistemas de Informação

No quadro dos objectivos fixados nos domínios de Planeamento e Organização destacam-se as acções visando o desenvolvimento institucional da função “Organização e Planeamento” e o desenvolvimento de algumas ferramentas para o planeamento. As principais acções desenvolvidas nesse âmbito foram:

- Implementação do *software* de apoio à elaboração dos planos e balanços de actividades do BCV;

- Formação de utilizadores do *software* de elaboração de planos e balanços de actividades;
- Realização de reuniões, no quadro da Comissão Interdepartamental para a Organização e Planeamento (CIOP), para a programação e avaliação das actividades programadas;
- Prestação de apoio técnico às diversas unidades organizacionais do BCV em matéria de planeamento e organização;
- Colaboração na preparação das linhas de orientação estratégica para a elaboração do plano de actividades e orçamento do BCV;
- Elaboração do plano de actividades para o ano de 2013;
- Elaboração do balanço de actividades do primeiro semestre;
- Promoção de reuniões com os gestores para identificação dos indicadores de avaliação de execução do plano estratégico do BCV;
- Quantificação dos indicadores de avaliação do plano estratégico do BCV;
- Construção de um quadro de indicadores para avaliação do plano estratégico do BCV.

No domínio dos Sistemas de Informação destacam-se as seguintes acções:

- Apoio na implementação da nova aplicação de supervisão bancária, o BSA 3;
- Consolidação do modelo de certificação digital no sistema financeiro nacional;
- Desenvolvimento e implementação da nova *Intranet*;
- Definição e concepção da nova *Extranet*;
- Acompanhamento e melhoria do sistema integrado de gestão de reservas externas – SIGER;
- Definição e concepção de uma nova solução de gestão monetária;
- Apoio na implementação de um sistema integrado de gestão de recursos humanos;
- Modernização e administração do sistema SWIFT (*World Wide Interbank Financial Telecommunication*);
- Definição e concepção de uma nova solução de gestão integrada da tesouraria;
- Apoio na operacionalização da nova solução de planeamento de actividades e gestão orçamental;
- Definição e concepção de uma arquitectura tecnológica de dados.

## 9.7. Gestão de Recursos Humanos

Mantendo a perspectiva de melhoria constante dos seus recursos humanos, o BCV continuou, em 2012, a apostar na contratação de técnicos especializados, na promoção da formação, tanto a nível académico quanto técnico-profissional, e na actualização e reforço dos seus instrumentos de gestão de recursos humanos, como forma de dar resposta aos desafios que se colocam à instituição.

No final de 2012, o BCV contava com um total de 128 funcionários efectivos, menos três do que no final de 2011, sendo 107 pertencentes ao quadro de pessoal, 20 contratados e um requisitado.

O Banco de Cabo Verde tem adoptado a política de recrutar técnicos com sólida formação superior e o ano de 2012 não fugiu a esta orientação estratégica. A percentagem de funcionários do BCV habilitados com formação superior é de 63 por cento. O Banco continua a política de incentivos para estudos, concedendo apoio aos trabalhadores-estudantes, comparticipando no pagamento de propinas e na aquisição de material didáctico. Esta política gera o desenvolvimento de novas competências técnicas e pessoais que funcionam como uma mais-valia para a instituição.

**Quadro 27. Nível Académico**

	<b>Homem</b>	<b>Mulher</b>	<b>Total</b>
Mestrado	11	15	26
Pós-graduação/Licenciatura	20	35	55
Bacharelato	-	3	3
Ensino Secundário	12	16	28
Ensino Básico	10	6	16
Total	53	75	128

Fonte: Banco de Cabo Verde.

A componente formação, principalmente nas áreas financeiras, é importante para o Banco de Cabo Verde e, nesse âmbito, tem apostado em formações específicas com a participação de pelo menos 50 por cento dos funcionários.

**Quadro 28. Participação em Acções de Formação**

	<b>N.º de Funcionários</b>
Banco de Portugal – estágios, cursos e visita de trabalho	33
Formação em áreas específicas	31
Total	64

Fonte: Banco de Cabo Verde.

## 9.8. Contabilidade e Controlo Financeiro

O Departamento de Contabilidade e Controlo Financeiro, no quadro da sua missão, orientou as suas acções, em 2012, para a consolidação dos projectos iniciados em anos anteriores.

Neste âmbito, foi desenvolvido o seguinte conjunto de actividades:

- Consolidação do projecto de convergência para as *International Financial Reporting Standards* (IFRS), abarcando a reestruturação e difusão das demonstrações financeiras de acordo com os normativos internacionais, bem como o acompanhamento e integração da evolução das normas nas demonstrações do BCV;



- Implementação de um sistema de controlo interno integrado que visa salvaguardar o activo da instituição e conferir maior transparência e credibilidade à informação económico-financeira;
- Consolidação do projecto de reforma do sistema de planeamento e gestão orçamental do BCV, projecto que visa a definição dos circuitos processuais, o desenvolvimento de um *software* de gestão e a elaboração de um manual de procedimentos. A vertente “Planeamento” entrou em produção e permitiu a elaboração do relatório de execução dos planos de actividades (PA) de 2012, bem como do PA de 2013. A vertente “Orçamento” está em fase de testes e prevê-se a sua entrada em produção em 2013;
- Elaboração mensal da “Situação Patrimonial e Financeira” de acordo com o novo paradigma internacional, incluindo a execução mensal do orçamento de exploração;
- Preparação e elaboração dos orçamentos de exploração e de investimentos de 2013;
- Elaboração do relatório e contas de 2012, bem como dos anexos às contas;
- Elaboração do relatório de execução dos orçamentos de exploração e de investimentos de 2012;
- Actualização da base de dados de informação financeira para a elaboração das estatísticas monetárias e da balança de pagamentos;
- Elaboração da 1ª fase de desenvolvimento do manual de procedimentos contabilísticos, projecto que visa a identificação e estruturação dos processos contabilísticos e a definição clara dos circuitos e procedimentos no registo de informação de relevância contabilística;
- Actualização da página do BCV com informações de natureza económico-financeira.

### 9.9. Auditoria Interna

O ano de 2012 ficou marcado pela entrada em vigor da nova estrutura orgânica do Banco, em que o Gabinete de Auditoria Interna foi transformado num Departamento, e pela publicação do *Audit Chart* (Carta de Auditoria Interna) que foi apresentado às diversas unidades orgânicas do Banco. Ainda, no que se refere ao reforço do serviço, foi estabelecido um quadro de pessoal mínimo para o Departamento, tendo sido concluído o processo de recrutamento de um auditor sénior.

No âmbito do Plano de Actividades, destacam-se as seguintes acções de Auditoria/Avaliações:

- Uma acção de Auditoria Interna Departamental;
- Uma acção de Auditoria Interna Operacional;
- Uma acção de Auditoria Interna à Segurança;
- Acções específicas no âmbito da auditoria informática, das quais se destacam: Levantamento de Processos de Negócios e Infraestrutura Tecnologia do BCV; Levantamento das condições do espaço do DRS - *Disaster Recovery Site*; Acção de averiguação, em conjunto com o DTP, a uma entidade supervisionada; Duas acções de averiguação externa, em colaboração com o DSE e o GAP.



Enquadradas nas conferências de valores, foram realizadas quatro acções na Tesouraria- Sede, sendo duas sem aviso prévio, e quatro às Instituições de Crédito, no âmbito do Protocolo de Tesouraria, igualmente sem aviso prévio.

Em conjunto com a APG, procedeu-se a uma acção de conferência do imobilizado afecto a esta área.

No que se refere a *follow-up* de recomendações, foram desenvolvidas acções de acompanhamento de implementação das recomendações emanadas em relatórios de auditoria interna e externa e produzidos os respectivos resultados.

Apoiando a instituição no alcance dos seus objectivos, a auditoria interna, no limite das suas competências, vem desempenhando as suas funções em colaboração com os restantes serviços, na busca: (i) das melhores sugestões e de melhoria contínua do sistema de controlo interno, (ii) do reforço da eficiência dos serviços, e (iii) da promoção de processos de governação eficazes. Neste contexto, a pedido do Conselho de Administração (CA), foram levadas a cabo duas acções específicas de averiguações e duas de emissão de parecer específico.

Ainda, enquadrados em acções de Consultoria/Assessoria, foram acompanhados:

- Os trabalhos de encerramento de contas de 2011 e visita preliminar das contas de 2012;
- O concurso de recrutamento de auditoria externa para o triénio 2012/2014;
- Os estudos actuariais das responsabilidades com pensões referentes a 2011 e 2012, em colaboração com o actuário;
- O grupo de trabalho encarregado de analisar as diferentes alternativas de gestão do Fundo de Pensões;
- A fase de levantamentos de requisitos dos programas de Recursos Humanos e Tesouraria, no que se refere a controlos a serem implementados e a definição do perfil de auditoria interna;
- A definição dos requisitos iniciais para o funcionamento da Comissão de Segurança de Informação (CSI). Neste aspecto, os dois documentos de referência, regulamento de funcionamento da CSI e proposta de NAP sobre as políticas genéricas sobre a segurança de informação, foram aprovados pelo CA;
- Os trabalhos do Comité de Segurança e *Compliance* (CSC) no âmbito da conformidade, gestão de riscos e segurança.

No âmbito do programa de formação contínua dos quadros, destacam-se as participações: (i) na quinta “Conferência de Chefes de Auditoria de Bancos Centrais de Países Francófonos”, realizada pelo Banco de França e (ii) no “I Encontro de Auditoria de Bancos Centrais de Países de Língua Oficial Portuguesa”. Ainda, de realçar a missão de Assistência Técnica do Banco de Portugal no âmbito de acções de auditoria específicas e a realização do “Seminário sobre Auditoria Interna”, em parceria com o Banco Comercial do Atlântico.

### 9.10. Serviços Jurídicos

Durante o ano de 2012, o Departamento Jurídico, no âmbito da sua missão de apoio jurídico a toda a actividade do Banco de Cabo Verde, emitiu mais de setenta pareceres escritos e orais, tendo apoiado na redacção de vários documentos (Avisos, Notas Externas, Deliberações e Notificações). Participou nas “Reuniões dos Altos Representantes dos Ministérios”, tendo apresentado propostas de diplomas de iniciativa do Banco de Cabo Verde, e participou ainda no “Encontro de Juristas dos Bancos Centrais da CPLP”, bem como em vários grupos de trabalho.

O Departamento Jurídico emitiu pareceres, escritos e orais, abrangendo assuntos de natureza tão diversa como os projectos de decretos-leis sobre operações cambiais e troca de fichas por cheques (jogos de fortuna ou azar), pedido de importação de escudos por agência de câmbios estrangeira, pedido de registo de membros do Conselho de Administração de instituições supervisionadas pelo BCV, minutas de contratos celebrados pelo BCV, entre outros.

Procedeu à instrução de dezanove processos de contra-ordenação, tendo redigido as notas de envio dos processos aos tribunais nos quatro recursos interpostos das decisões do Conselho de Administração do Banco de Cabo Verde nesse âmbito.

Fez o seguimento/acompanhamento dos processos relativos à recuperação de créditos em carteira do BCV que datam de antes da separação da vertente comercial da vertente banco central desta instituição.

Esteve representado em diversos grupos de trabalho, designadamente o Grupo de Trabalho para a Reforma da Legislação do Sector Financeiro, a I Missão de Cooperação em Vigilância entre o Banco Central do Brasil e o Banco de Cabo Verde e o Grupo de Trabalho para a Criação de Sociedade Gestora de Fundo de Pensões (SGFP) e de um Fundo de Pensões dos Trabalhadores do Banco de Cabo Verde.

Ainda dentro da sua missão de apoio jurídico, o Departamento Jurídico procedeu ao levantamento da maioria dos diplomas e normativos ligados ao sector financeiro publicados.

### 9.11. Comunicação Externa, Relações Públicas e Relações Internacionais

No ano de 2012 foram basicamente mantidos os quatro grandes objectivos da política de comunicação externa do Banco de Cabo Verde, a saber: (i) intensificar a comunicação e a divulgação de informações via *site*, em português e agora também em inglês, visando uma maior aproximação às comunidades; (ii) promover a educação financeira, seja através da publicação de cadernos de educação financeira, seja através de palestras aos participantes de visitas de estudo ao BCV, seja ainda através da capacitação dos jornalistas, visando melhor cobertura das matérias económicas e financeiras e informação/formação do cidadão; (iii) cumprir o dever de *accountability*, através da divulgação das actividades do Banco e das principais decisões tomadas no domínio da política monetária; (iv) reforçar e salvaguardar a credibilidade do banco central, enquanto autoridade monetária e supervisor do sistema financeiro.

Na área da comunicação interna, deu-se início à edição de um jornal interno virtual, de

publicação mensal, o BCV *News*, e foi reactivado o canal *intranet*, de comunicação interna, com o objectivo de informar, formar, motivar, desenvolver o sentimento de pertença, valorizar experiências, quebrar barreiras e explicar estratégias.

Ao longo de 2012 foram ainda concebidos e implementados planos de comunicação internos e externos, sendo de destacar, neste último âmbito, a campanha de comunicação e sensibilização desenvolvida pelo Fundo de Garantia Automóvel, sobre o seguro automóvel obrigatório, e a campanha sobre as Operações Cambiais e sobre o Ouro.

No sentido de promover uma imagem positiva do BCV, foi inaugurado em 2012 um novo Serviço de Atendimento, Relações Públicas e Protocolo. Na vertente Atendimento, e na tentativa de modernizar e dinamizar o atendimento ao público via telefone, foi adoptado um novo sistema de comunicação, o VCC - *Voxtron Communication Center*, que substituiu o tradicional serviço de PBX. O novo sistema, que dá resposta exclusivamente a pedidos de informação sobre actividades do Banco, permite a distribuição e o encaminhamento inteligente de chamadas e possui um mecanismo de mensagem gravada, nos horários fora de expediente.

No tocante às acções de Relações Públicas e Protocolo, tem-se vindo a aprimorar as técnicas de bem receber, com o cumprimento de normas constantes do recentemente adoptado Manual de Relações Públicas e Protocolo, e a uniformizar procedimentos, com o intuito de reforçar o equilíbrio entre a identidade e a imagem do BCV.

No âmbito das relações internacionais e da cooperação, o Banco procurou fazer o seguimento das actividades dos organismos financeiros internacionais, sendo de destacar a elaboração de dossiers de instituições como o FMI, BIS, BCEAO/UEMOA, G20 e bancos centrais da CPLP.

As relações de cooperação têm vindo a ser reforçadas, com realce para a implementação de planos de cooperação técnica com o Banco de Portugal e o Banco Central do Brasil, que têm beneficiado de um modo geral todas as áreas do Banco. Neste âmbito, foram desenvolvidas acções de capacitação que revestiram as mais diversas formas, desde seminários, estágios e visitas de estudo, até missões de assistência técnica. O Banco beneficiou ainda de missões técnicas do FMI, que tiveram como objectivo apoiar na melhoria da *performance* de algumas áreas. Com o Banco Central do Luxemburgo deu-se continuidade a acções pontuais de cooperação, tendo técnicos do Banco tido a oportunidade de participar em visitas de estudo e cursos de curta duração.

Em 2012, foi assinado um novo protocolo de cooperação técnica, desta feita com o Instituto de Seguros de Portugal, entidade que, neste país, supervisiona as instituições do sector de seguros.

A política de aproximação à comunidade financeira internacional passou também pela participação do Banco de Cabo Verde em encontros e *fora* internacionais, importando destacar os seguintes:

- XXII Encontro de Lisboa, que reuniu as delegações dos Bancos Centrais dos Países de Língua Portuguesa e Timor Leste;
- Assembleia Anual Conjunta do FMI/Banco Mundial, que teve lugar em Tóquio;
- XIV Fórum de Sistemas e Tecnologias de Informação e Comunicação dos Bancos Centrais dos Países de Língua Portuguesa, em Lisboa;

- XVI Conferência e IX Assembleia-Geral da Associação de Supervisores de Seguros Lusófonos (ASEL), em S. Tomé e Príncipe;
- XX Aniversário do Banco Central de S. Tomé e Príncipe, com a participação do Governador que, na ocasião, fez uma apresentação sobre o acordo de cooperação cambial assinado entre Cabo Verde e Portugal;
- I Encontro de Auditoria Interna e XI Jornada de Auditoria dos Bancos Centrais, em Lisboa;
- Reunião Anual do *Bank for International Settlements* (BIS), em Basileia, Suíça;
- VII Encontro de Estatísticas dos Bancos Centrais dos Países de Língua Portuguesa, em Moçambique;
- II Encontro de Contabilidade dos Bancos Centrais dos Países de Língua Portuguesa, em Brasília;
- V Encontro de Sistemas de Pagamentos dos Bancos Centrais dos Países de Língua Portuguesa, em Brasília;
- XIV Encontro de Juristas dos Bancos Centrais dos Países de Língua Portuguesa, no Rio de Janeiro;
- VI Encontro dos Governadores dos Bancos Centrais dos Países de Língua Portuguesa, no Rio de Janeiro;
- Simpósio de alto nível de comemoração do 50.º aniversário do BCEAO, em Dacar, Senegal.

**PARTE IV**

**RELATÓRIO E CONTAS**



## Capítulo 10. Relatório e Contas

As demonstrações financeiras do Banco foram preparadas em conformidade com o Plano de Contas do Banco de Cabo Verde (PCBCV). As bases para a preparação das demonstrações financeiras contempladas no actual PCBCV assentam nas orientações técnicas relativas ao reconhecimento e mensuração dos activos e passivos baseadas nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS).

A 31 de Dezembro de 2012, o Activo Líquido do Banco de Cabo Verde (BCV) ascende a 42.729.181 milhares de escudos e evidencia um acréscimo de 8,99 por cento face ao período homólogo, espelhando, basicamente, o comportamento favorável dos activos sobre o exterior. Estes, que representando 79,42 por cento do agregado, aumentam na ordem dos 13,42 por cento, reflectem, particularmente, a compra de divisas às instituições de crédito, no âmbito da execução da política monetária, pese embora os pagamentos correntes ao exterior e a depreciação nominal da divisa norte-americana no mercado internacional.

O Passivo, no valor de 44.578.495 milhares de escudos, apresenta um aumento de 10,77 por cento e repercute, essencialmente, a variação positiva das responsabilidades para com residentes, que representam 62,86 por cento do passivo e 65,58 por cento da estrutura.

As responsabilidades para com residentes atingem 28.022.095 milhares de escudos e acusam um acréscimo de 21,25 por cento, reflectindo o aumento das responsabilidades para com Instituições Financeiras, não obstante a redução das responsabilidades para com o Estado, esta associada aos pagamentos correntes efectuados enquanto caixa do Tesouro.

As responsabilidades para com Instituições Financeiras, que representam 88,34 por cento das responsabilidades para com residentes, crescem na ordem dos 51,50 por cento, repercutindo a cedência de divisas ao BCV.

No valor de 24.754.849 milhares de escudos, as responsabilidades para com as Instituições Financeiras representam os depósitos das Instituições Bancárias decorrentes da constituição das Disponibilidades Mínimas de Caixa, os depósitos *overnight* e as operações passivas de Política Monetária, no combate à liquidez excedentária no sistema. Enquanto autoridade monetária, cambial e supervisora do sistema financeiro cabo-verdiano, o BCV continua empenhado na criação de condições mais favoráveis para a execução da política monetária, sendo exemplo disso a manutenção de facilidades permanentes de cedência e absorção de liquidez e a emissão de títulos próprios. A 31 de Dezembro de 2012 as responsabilidades para com as facilidades permanentes de absorção de liquidez cifram-se em 17.000.000 milhares de escudos e para com os Títulos de Intervenção e de Regularização Monetária em 1.297.620 e 699.780 milhares de escudos, respectivamente.

Os Capitais Próprios atingem 1.849.313 milhares de escudos negativos que, comparados aos 1.037.507 milhares de escudos negativos de 2011, reflectem, essencialmente, a deterioração do resultado líquido. Este ascende a 942.143 milhares de escudos negativos, cerca de 799.265 milhares de escudos abaixo do montante apurado em 2011, reflectindo a degradação do resultado de reavaliação cambial associada à flutuação desfavorável dos

activos em dólares e do resultado líquido de juros e de custos e proveitos equiparados, a qual se deve à redução das aplicações em moeda estrangeira e ao aumento dos juros com a execução da política monetária.

Espelhando o resultado económico do Banco de Cabo Verde, de modo a proporcionar maior transparência aos resultados, o rendimento integral de 2012 cifra-se nos 811.807 milhares de escudos negativos, contra os 185.424 milhares de escudos negativos de 2011, e evidencia os ganhos e perdas reconhecidos directamente no Capital Próprio.



## BALANÇO A 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Rubricas	Nota	Activo Bruto	Imparidades e amortizações	Activo líquido 31-12-2012	Activo líquido 31-12-2011	milhares de escudos	
						Valor	Varição %
<b>ACTIVO</b>							
<b>Activos sobre o Exterior</b>		<b>33.933.801</b>	<b>0</b>	<b>33.933.802</b>	<b>29.918.150</b>	<b>4.015.652</b>	<b>13,42</b>
Disponibilidades e aplicações	3	22.912.068	0	22.912.068	18.245.352	4.666.716	25,58
Titulos estrangeiros	4	9.330.081	0	9.330.081	9.721.920	(391.839)	-4,03
Activos financeiros disponíveis para venda		9.330.081	0	9.330.081	9.721.920	(391.839)	100,00
Activos sobre Organismos Internacionais	5	1.691.654	0	1.691.654	1.950.877	(259.224)	-13,29
Activos sobre Organismos Internacionais ME		1.691.654	0	1.691.654	1.950.877	(259.224)	-13,29
<b>Activos sobre Residentes</b>		<b>8.246.621</b>	<b>0</b>	<b>8.246.621</b>	<b>8.337.646</b>	<b>(91.025)</b>	<b>-1,09</b>
Crédito e outros valores a receber		682.776	0	682.776	641.843	40.933	6,38
Crédito ao Estado	6	98.541	0	98.541	98.541	0	0,00
Crédito a outras entidades	7	584.235	0	584.235	543.302	40.933	7,53
Titulos nacionais	8	7.429.220	0	7.429.220	7.556.950	(127.730)	-1,69
Activos financeiros disponíveis para venda		7.429.220	0	7.429.220	7.556.950	(127.730)	-1,69
Investimentos em Associadas	9	134.625	0	134.625	138.853	(4.228)	-3,04
<b>Outros activos</b>		<b>1.201.298</b>	<b>(652.540)</b>	<b>548.758</b>	<b>950.579</b>	<b>(401.821)</b>	<b>-42,27</b>
Medalhística/Numismática	10	102.947	0	102.947	105.213	(2.267)	-2,15
Activos Fixos Tangíveis e Activos Intangíveis	11	1.005.077	(652.540)	352.537	371.377	(18.840)	-5,07
Outros	12	93.275	0	93.275	473.989	(380.715)	-80,32
<b>TOTAL ACTIVO</b>		<b>43.381.720</b>	<b>(652.540)</b>	<b>42.729.181</b>	<b>39.206.374</b>	<b>3.522.807</b>	<b>8,99</b>

Fonte: Banco de Cabo Verde.

## BALANÇO A 31 DE DEZEMBRO DE 2012

milhares de escudos

Rubricas	Nota	31-12-2012	31-12-2011	Variação	
				Valor	%
PASSIVO					
Notas e Moedas em Circulação	13	(9.538.904)	(9.549.816)	10.911	-0,11%
<b>Responsabilidades sobre o Exterior</b>	<b>14</b>	<b>(2.803.152)</b>	<b>(3.462.473)</b>	<b>659.321</b>	<b>-19,04%</b>
Responsabilidades sobre o exterior em ME		(2.564.853)	(2.839.499)	274.646	-9,67%
Responsabilidades sobre o exterior em MN		(238.299)	(622.974)	384.675	-61,75%
<b>Responsabilidades sobre Residentes</b>		<b>(28.022.095)</b>	<b>(23.110.734)</b>	<b>(4.911.361)</b>	<b>21,25%</b>
Responsabilidades sobre residentes em ME		(511.973)	(540.814)	28.841	-5,33%
Responsabilidades para com Instituições Financeiras	15	(1.333)	(1.340)	7	-0,54%
Responsabilidades para com o Estado	16	(510.640)	(539.474)	28.834	-5,34%
Responsabilidades internas em MN		(27.510.122)	(22.569.920)	(4.940.202)	21,89%
Responsabilidades para com Instituições Financeiras	15	(24.753.517)	(16.338.565)	(8.414.952)	51,50%
Responsabilidades para com o Estado	16	(2.756.605)	(6.231.355)	3.474.749	-55,76%
<b>Responsabilidades para com pensões e outros benefícios</b>	<b>17</b>	<b>(3.784.021)</b>	<b>(3.686.197)</b>	<b>(97.825)</b>	<b>2,65%</b>
Outros passivos	18	(430.322)	(434.661)	4.340	-1,00%
TOTAL PASSIVO		(44.578.495)	(40.243.881)	(4.334.614)	10,77%
CAPITAIS PRÓPRIOS		1.849.313	1.037.507	811.807	78,25%
Capital	19	(200.000)	(200.000)	0	0,00%
Reservas	19	(169.666)	(26.128)	(143.538)	549,36%
Resultados Transitados	19	1.276.836	1.120.757	156.080	13,93%
Resultado do Exercício	30.1	942.143	142.878	799.265	559,40%
TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		(42.729.181)	(39.206.374)	(3.522.807)	8,99%

Fonte: Banco de Cabo Verde.

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

milhares de escudos

Rubricas	Notas	31-12-2012	31-12-2011	Variação Homóloga	
				Valor	%
Juros e proveitos equiparados		(483.928)	(627.473)	143.544	-22,88%
Juros e custos equiparados		186.323	73.389	112.934	153,88%
<b>Resultado líquido de juros e de custos e proveitos equiparados</b>	<b>20</b>	<b>(297.607)</b>	<b>(554.084)</b>	<b>256.478</b>	<b>-46,29%</b>
Resultado realizado em operações cambiais		(100.487)	42.484	(142.970)	-336,53%
Ganhos em operações financeiras		(131.332)	(30.262)	(101.070)	333,99%
Perdas em operações financeiras		260.750	78.288	182.463	233,07%
<b>Resultado líquido em operações financeiras</b>	<b>21</b>	<b>28.931</b>	<b>90.509</b>	<b>(61.578)</b>	<b>-68,03%</b>
Comissões recebidas		(18)	(10)	(8)	86,58%
Comissões pagas		38.155	41.189	(3.034)	-7,37%
<b>Resultado líquido de comissões</b>	<b>22</b>	<b>38.136</b>	<b>41.179</b>	<b>(3.043)</b>	<b>-7,39%</b>
Rendimentos de instrumentos de capital	23	(136.247)	(135.570)	(677)	0,50%
Resultado em empresas associadas	24	(13.857)	(13.976)	119	-0,85%
Resultado de reavaliação cambial	25	526.453	(81.038)	607.492	-749,63%
Outros resultados de exploração	26	(32.774)	(24.330)	(8.444)	34,70%
<b>TOTAL DE PROVEITOS E GANHOS LÍQUIDO</b>		<b>113.038</b>	<b>(677.310)</b>	<b>790.348</b>	<b>-116,69%</b>
Custos com pessoal	27	605.552	601.321	4.231	0,70%
Fornecimento e serviços de terceiros	28	163.475	158.794	4.682	2,95%
Depreciações e amortizações	11	59.444	60.072	(628)	-1,05%
Total de custos administrativos		828.471	820.186	8.285	1,01%
Custos com emissão e destruição de notas e moedas	29	634	2	632	31599,50%
<b>TOTAL DE CUSTOS E PERDAS LÍQUIDO</b>		<b>829.105</b>	<b>820.188</b>	<b>8.917</b>	<b>1,09%</b>
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>30.1</b>	<b>942.143</b>	<b>142.878</b>	<b>799.265</b>	<b>559,40%</b>
Realizado		429.546	191.928	237.618	123,81%
Não realizado		512.597	(49.050)	561.647	-1145,05%

Fonte: Banco de Cabo Verde.

## DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL A 31 DEZEMBRO 2012

milhares de escudos

Rubricas	Notas	31-12-2012	31-12-2011	Variação	
				Valor	%
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>30.1</b>	<b>942.143</b>	<b>142.878</b>	<b>799.265</b>	<b>559,40%</b>
<b>Itens Reconhecidos Directamente na Demonstração do Rendimento Integral</b>		<b>(130.336)</b>	<b>42.546</b>	<b>(172.882)</b>	<b>-406,34%</b>
(Ganhos)/perdas reconhecidos nas Reservas de Reavaliação		(143.538)	134.243	(277.781)	-206,92%
Activos Disponíveis para Venda					
Participação em Organismos Internacionais ME		35.497	10.126	25.371	250,54%
Componente cambial		35.497	(34.333)	69.830	-203,39%
Outras componentes		0	44.459	(44.459)	-100,00%
Titulos Nacionais		(179.035)	124.117	(303.152)	-244,25%
Instrumentos monetários		(179.035)	33.626	(212.661)	-632,43%
Instrumentos não monetários		0	90.490	(90.490)	-100,00%
(Ganhos)/perdas actuariais		13.202	(91.697)	104.899	-114,40%
<b>RENDIMENTO INTEGRAL DO EXERCÍCIO</b>	<b>30.2</b>	<b>811.807</b>	<b>185.424</b>	<b>626.383</b>	<b>337,81%</b>

Fonte: Banco de Cabo Verde.

## DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO 2012

milhares de escudos

	Capital	Reserva de reavaliação de justo valor	Resultados transitados	Resultado do exercício	Capitais próprios
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2010</b>	<b>(200.000)</b>	<b>(21.633)</b>	<b>152.958</b>	<b>(4.520)</b>	<b>(73.196)</b>
Ajustes de Activos sobre Organismos Internacionais ME		(138.738)			(138.738)
Ajustes de Responsabilidades para com o exterior em ME				18.818	18.818
Ajustes de Responsabilidades para com Pensões e Outros Benefícios			1.049.692	(4.494)	1.045.198
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2010 Ajustado</b>	<b>(200.000)</b>	<b>(160.371)</b>	<b>1.202.650</b>	<b>9.804</b>	<b>852.083</b>
Aplicação de resultados			9.804	(9.804)	0
Desvios actuariais em Pensões e Outros Benefícios			(91.697)		(91.697)
Correcções dos ajustamentos IFRS		134.243			134.243
Resultado do exercício				142.878	142.878
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>(200.000)</b>	<b>(26.128)</b>	<b>1.120.756</b>	<b>142.878</b>	<b>1.037.507</b>
Aplicação de resultados			142.878	(142.878)	0
Desvios actuariais em Pensões e Outros Benefícios			13.202		13.202
Variação líquida de activos financeiros disponíveis para venda		(143.538)			(143.538)
Correcções dos ajustamentos IFRS					0
Resultado do exercício				942.143	942.143
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2012</b>	<b>(200.000)</b>	<b>(169.666)</b>	<b>1.276.836</b>	<b>942.143</b>	<b>1.849.313</b>

Fonte: Banco de Cabo Verde.

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DE OPERAÇÕES EM MOEDA  
ESTRANGEIRA 2012**

milhares de escudos

	Nota	2012	2011
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais</b>		<b>12.886.934</b>	<b>3.088.132</b>
Recebimento de juros e comissões		352.993	497.648
. Depósitos		52.999	95.149
. Títulos		299.239	399.201
. Outros		755	3.298
Pagamento de juros e comissões		(71.034)	(81.759)
Compra/venda de títulos		420.225	1.231.248
Compra/venda de moeda estrangeira		2.740.622	(5.899.545)
Aplicação/reembolso de depósito a prazo		7.746.615	5.397.155
Outros pagamentos/recebimentos		1.697.513	1.943.385
Organismos Financeiros Internacionais		0	0
Fluxos de caixa das actividades de investimento		20.375	66.753
Compra de activos fixos tangíveis e intangíveis		20.375	66.753
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>		<b>(211.161)</b>	<b>(216.637)</b>
Pagamento de empréstimos		(211.161)	(216.637)
Alocação de SDR			
<b>Fluxo de caixa</b>		<b>12.696.148</b>	<b>2.938.248</b>
Efeito da variação cambial em caixa e equivalentes de caixa		(241.581)	80.559
<b>Total</b>		<b>12.454.568</b>	<b>3.018.807</b>
Variação de caixa e equivalentes de caixa		12.454.568	3.018.807
Caixa e equivalentes no início do período		6.317.460	3.298.653
Caixa e equivalentes no fim do período	31	18.772.028	6.317.460

Fonte: Banco de Cabo Verde.

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2012**  
**(Valores expressos em milhares de escudos cabo-verdianos - CVE)**

**NOTA 1 – NOTA INTRODUTÓRIA**

O Banco de Cabo Verde foi criado pela Decisão com Força de Lei nº 05/75 de 29 de Setembro, publicada no Boletim Oficial nº 13, de 29 de Setembro de 1975. A 30 de Junho de 1976, através da Decisão com Força de Lei nº 13/76, de 26 de Junho, foi aprovada a primeira Lei Orgânica do Banco de Cabo Verde, mantendo-se o objecto inicial da instituição definido no diploma de criação e sendo-lhe fixado um capital de cem milhões de escudos caboverdianos, capital esse que foi elevado em 1981 a quatrocentos milhões de escudos caboverdianos. A Lei Orgânica do BCV foi posteriormente revogada sucessivamente pelos Decretos-lei n.º 52-D/90 de 4 de Julho e n.º 42/93 de 16 de Julho, pela Lei n.º 2/V/96 de 1 de Julho e, finalmente, pela Lei n.º 10/VI/2002 de 15 de Julho. Segundo esta última, o BCV é uma pessoa colectiva de direito público, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

Até 31 de Agosto de 1993, o BCV exerceu as funções de banco central, comercial e de desenvolvimento. Naquela data, através de um processo de cisão, foram destacadas do BCV as vertentes comercial e de desenvolvimento, as quais deram origem ao Banco Co-

mercial do Atlântico, SARL, tendo sido atribuído ao Banco de Cabo Verde exclusivamente as funções de Banco Central.

O BCV tem sede na cidade da Praia, Ilha de Santiago, podendo ter agências noutras localidades e estabelecer delegações no estrangeiro.

As atribuições do Banco de Cabo Verde são as de Banco Central da República de Cabo Verde, devendo, nessa qualidade, assegurar e regular a criação, a circulação e o valor da moeda nacional. Enquanto Banco Central, o BCV tem como atribuição principal a manutenção da estabilidade dos preços e, como objectivo secundário promover, no país, a liquidez, a solvência e o funcionamento adequado de um sistema financeiro assente na estabilidade do mercado e nunca de forma incompatível com o seu objectivo principal. O BCV deve ainda: (i) colaborar na execução da política económica global do Governo, para além de colaborar na definição da política monetária e cambial, tendo em vista a manutenção da estabilidade dos preços; (ii) executar, de forma autónoma, a política monetária e cambial; e (iii) deter e gerir as reservas de câmbio oficiais e agir como intermediário nas relações internacionais do Estado.

O BCV detém o exclusivo da emissão de notas e moedas, incluindo as comemorativas, e desempenha as funções de conselheiro financeiro do Governo.

No exercício das suas funções, no que respeita à execução da política monetária e cambial, compete ao BCV orientar e supervisionar os mercados monetário, financeiro e cambial, cabendo-lhe, entre outras, as seguintes atribuições:

- Regular o funcionamento dos mercados monetário, financeiro e cambial;
- Emitir, se necessário, normas temporárias de emergência que regulem o volume de crédito e as taxas de juro de operações bancárias de natureza comercial;
- Exigir que as instituições de crédito mantenham depósitos junto do BCV, em montantes mínimos estabelecidos e relacionados com a dimensão, tipo ou maturidade dos depósitos respectivos, empréstimos e outras responsabilidades;
- Exercer a supervisão das instituições de crédito e parabancárias e;
- Exercer a supervisão da actividade seguradora, resseguradora, mediação de seguros e fundos de pensões, de actividades conexas ou complementares daquelas, bem como de outras que a lei determinar.

De acordo com o estabelecido no artigo n.º 64 da Lei Orgânica, o BCV está isento de todas as contribuições, impostos, taxas, emolumentos e demais imposições, nos mesmos termos que o Estado, não estando sujeito à fiscalização preventiva do Tribunal de Contas.

Conforme estabelecido na alínea u) do artigo n.º 42 da Lei Orgânica, estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração a 14 de Março de 2013 e publicadas no *site* do BCV ([www.bcv.cv](http://www.bcv.cv)).

Adicionalmente, informamos que os totais e sub-totais incluídos nas demonstrações financeiras e nas notas explicativas podem não coincidir devido a arredondamentos, uma vez que os valores estão apresentados em milhares de escudos caboverdianos.

## NOTA 2 – BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

### Bases de apresentação

As demonstrações financeiras do BCV foram preparadas em conformidade com o Plano de Contas do Banco de Cabo Verde (PCBCV). As bases para a preparação das demonstrações financeiras contempladas no actual PCBCV assentam nas orientações técnicas relativas ao reconhecimento e mensuração dos activos e passivos, baseadas nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS).

Embora o PCBCV não contemple regras específicas sobre as divulgações a efectuar no anexo ao balanço e à demonstração de resultados, o Conselho de Administração, ao reportar a situação financeira do BCV, os seus resultados e operações, segue os princípios e práticas internacionalmente aceites para o sector financeiro, na extensão em que tais práticas sejam consideradas apropriadas no contexto das funções e responsabilidades de um Banco Central. Assim, as demonstrações financeiras do BCV podem apresentar um menor detalhe sobre os seus activos, passivos, responsabilidades, contingências e riscos que as das instituições financeiras comerciais.

### Resumo das principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas e critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras, com referência a 31 de Dezembro de 2012, são os seguintes:

#### Especialização do exercício

O Banco segue o princípio contabilístico da especialização do exercício em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras, nomeadamente no que se refere aos juros das operações activas e passivas, que são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

#### Conversão de activos, passivos e resultados denominados em moeda estrangeira

A moeda funcional e de apresentação destas demonstrações financeiras é o escudo cabo-verdiano.

Os activos e passivos monetários do BCV em moeda estrangeira são convertidos para escudos cabo-verdianos, com base nas taxas de câmbio médio em vigor na data das demonstrações financeiras.

	31-12-2012	31-12-2011
EUR	110,265	110,265
USD	83,118	85,550
SDR	127,746	131,342

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Por sua vez, os custos e proveitos em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio em vigor à data de liquidação das operações.



O Direito de Saque Especial (SDR) é a unidade contabilística utilizada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).

### **Operações em moeda estrangeira e apuramento de resultado cambial**

O apuramento de ganhos ou perdas cambiais de operações realizadas em moeda estrangeira é efectuado diariamente e por referência ao custo médio ponderado (CMP). De acordo com este método, o câmbio médio ponderado de cada divisa é apenas alterado pelos movimentos de entradas de divisas em moeda estrangeira.

Nos termos da NAP 02/2007, o resultado cambial é calculado com base nos seguintes princípios:

- No caso de ocorrer, durante um dia, um volume superior de saídas de moeda do que de entradas de moeda, então as saídas de moeda do dia até ao equivalente das entradas de moeda do dia, são valorizadas ao custo médio das entradas de moeda do dia. As restantes saídas de moeda do dia (saídas líquidas) são valorizadas ao custo médio ponderado do dia anterior;
- No caso de ocorrer, durante um dia, um volume superior de entradas de moeda do que de saídas de moeda, então a totalidade das saídas de moeda do dia são valorizadas ao custo médio das entradas do dia. As restantes entradas de moeda do dia afectam o custo médio ponderado do dia anterior ao custo médio das entradas.

O Banco apenas realiza operações cambiais à vista, sendo estas registadas contabilisticamente na data de liquidação das operações. As compras à vista de moeda estrangeira contra a venda de escudos cabo-verdianos são registadas à taxa de câmbio da transacção. No caso de compras à vista de moeda estrangeira contra a venda de outra moeda estrangeira, elas são registadas em escudos cabo-verdianos pelo contravalor em escudos cabo-verdianos da moeda vendida na data de contrato à taxa de câmbio oficial (“spot”).

Os ganhos e as perdas provenientes de alterações na taxa de câmbio são levados às contas de resultados, de modo a se cumprir com o disposto na IAS 21 - Efeitos de alteração em taxas de câmbio -, com excepção dos ganhos e perdas não realizados de instrumentos não monetários de activos financeiros disponíveis para venda, que são reconhecidos em reservas.

### **Reconhecimento de ganhos e perdas em activos e passivos**

De acordo com as IFRS, os ganhos e perdas provenientes da variação do justo valor são levados às contas de resultados, com excepção da variação de preços dos activos disponíveis para venda, que são reconhecidos nas reservas de reavaliação.

Quando um declínio no justo valor de um activo financeiro disponível para venda tenha sido reconhecido directamente no capital próprio e houver prova objectiva de que o activo está em imparidade, a perda acumulada que tinha sido reconhecida directamente no capital próprio deve ser removida e reconhecida em resultados do exercício, ainda que o activo financeiro não tenha sido desreconhecido. Na alienação desses activos, os ganhos ou perdas também são transferidos para a conta de resultados.

### **Activos financeiros**

Os activos financeiros são reconhecidos na data-valor e são desreconhecidos quando:

- Expiram os direitos contratuais do BCV de receber os seus fluxos de caixa;



- O BCV tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detecção; ou
- Não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detecção, tenha transferido o controlo sobre os activos.

Os activos financeiros são registados ao preço de transacção e contabilizados nas contas ao *clean price* (preço de transacção excluindo quaisquer abatimentos ou juros corridos, mas incluindo os custos de transacção inerentes ao preço).

As comissões de custódia e de gestão de conta corrente e outros custos indirectos não são considerados custos de transacção, sendo inscritos na conta de resultados. Também não são considerados como parte integrante do custo médio de determinado activo financeiro.

A classificação dos activos financeiros depende da intenção subjacente à aquisição do investimento e é definida no momento do reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias:

#### *Activos financeiros ao justo valor através de resultados*

Esta categoria inclui: (i) activos financeiros detidos para negociação e (ii) activos financeiros ao justo valor através de resultados - activos designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor.

Activos financeiros de negociação são títulos transaccionados em mercados activos, adquiridos com o objectivo de venda ou compra no curto prazo.

Os activos financeiros detidos para negociação e os activos financeiros ao justo valor através de resultados são mensurados inicialmente ao justo valor. Os ganhos e perdas decorrentes da valorização subsequente ao justo valor são reconhecidos em resultados.

O BCV não tem instrumentos financeiros derivados.

#### *Activos financeiros disponíveis para venda*

Os activos financeiros disponíveis para venda incluem instrumentos monetários e não monetários, que não sejam classificados como activos financeiros detidos para negociação ao justo valor através de resultados, investimentos detidos até à maturidade ou crédito e outros valores a receber.

Os activos financeiros disponíveis para venda são mensurados inicialmente ao justo valor. Os ganhos e perdas relativos à variação subsequente do justo valor são reflectidos em reservas de reavaliação, até que os activos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas são transferidos para resultados.

Nesta categoria de activos estão classificados os títulos nacionais e estrangeiros e as participações financeiras em Organismos Internacionais.

#### *Investimentos detidos até à maturidade*

Os investimentos detidos até à maturidade são activos financeiros não derivados, com pagamentos fixados ou determináveis e maturidade definida, que uma entidade tem a intenção positiva e a capacidade de deter até à maturidade.

Os investimentos detidos até à maturidade são mensurados ao custo amortizado, isto é, deduzidos de prémios ou adicionados de descontos, deduzidos de perdas por imparidade.

Os prémios ou descontos são tratados como juros, sendo amortizados à taxa efectiva até à maturidade desses títulos

#### ***Créditos e outros valores a receber***

Estes activos são mensurados ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, sendo deduzidos de perdas de imparidade.

O custo amortizado é a quantia pela qual o activo ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa, usando o método de juro efectivo de qualquer diferença entre a quantia inicial e a quantia na maturidade, menos qualquer redução de imparidade.

O método da taxa efectiva é o método de calcular o custo amortizado de um activo ou passivo financeiro e de imputar o rendimento dos juros ou o gasto dos juros durante o período relevante. A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

#### **Participações financeiras**

As participações financeiras são classificadas como disponíveis para venda, o que implica o seu reconhecimento ao justo valor, com as variações do mesmo, incluindo as variações cambiais, a serem reconhecidas na reserva de reavaliação do justo valor.

Na valorização das participações do Banco, dada a ausência de cotação e de modelos de valorização, foi utilizado o Método de Equivalência Patrimonial na determinação da estimativa do justo valor das participações, com recurso ao relatório e contas das participadas. Entende-se pelo método de equivalência patrimonial, o método contabilístico em que um investimento é inicialmente reconhecido ao custo e ajustado posteriormente pela percentagem detida nos capitais próprios da participada. Os resultados do investidor incluem a sua participação proporcional nos resultados da participada.

Os dividendos são reconhecidos na data em que são recebidos.

#### **Imparidade**

O BCV avalia com regularidade se existe evidência objectiva de imparidade na sua carteira de activos. Para activos financeiros que apresentam sinais de imparidade é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro ou grupo de activos financeiros encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação e, (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro ou grupo de activos financeiros que possa ser estimado com razoabilidade.

Considera-se indicador de imparidade um decréscimo superior a 20 ou quando este perdurar por um período prolongado (superior a 6 meses).

No que se refere aos investimentos detidos até maturidade, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do activo e o valor actual dos fluxos

de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. Estes activos são apresentados no balanço, líquidos de imparidade. Caso os activos tenham uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda de imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato. Se num período subsequente, o montante da perda por imparidade diminuir e esta diminuição estiver objectivamente relacionada com o evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor, deduzida de qualquer perda de imparidade no activo anteriormente reconhecido em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda por imparidade diminuir, a perda por imparidade anteriormente reconhecida de instrumentos monetários é revertida por contrapartida de resultados do exercício, até à reposição do custo de aquisição, se o aumento for objectivamente relacionado com o evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade.

As perdas por imparidade em instrumentos não monetários não podem ser revertidas.

Para activos categorizados como créditos e saldos a receber, as perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas para resultados do exercício, caso num período posterior o montante da perda estimada diminua.

### **Investimento em associadas**

São classificadas como associadas todas as empresas sobre as quais o BCV detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo. Normalmente é presumido que o BCV exerça influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20 dos direitos de voto da associada. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20, poderá o Banco exercer influência significativa, através da participação na gestão da associada ou na composição dos Conselhos de Administração, com poderes executivos.

Os investimentos em associadas são registados pelo método de equivalência patrimonial desde o momento em que o BCV adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina.

Quando o valor das perdas acumuladas incorridas por uma associada e atribuíveis ao BCV iguala ou excede o valor contabilístico da participação e de quaisquer outros interesses de médio e longo prazo nessa associada, o método da equivalência patrimonial é interrompido, excepto se o BCV tiver a obrigação legal ou construtiva de reconhecer essas perdas ou tiver realizado pagamentos em nome da associada.

### **Activos intangíveis e activos fixos tangíveis**

Os activos intangíveis e fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, com excepção dos equipamentos e mobiliário transitados para o Banco de Cabo Verde aquando do processo de cisão em 1993, os quais foram avaliados nessa altura.

O custo de aquisição corresponde ao preço de compra acrescido de eventuais gastos suportados, directa ou indirectamente, na colocação do bem no local do destino.

Os custos subsequentes são reconhecidos apenas se for provável que deles resultem benefícios económicos futuros para o BCV. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidos como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As amortizações são calculadas em base duodecimal segundo o método de quotas constantes, aplicando ao custo histórico as taxas anuais máximas permitidas para efeitos fiscais. Com excepção das alterações às taxas de amortização definidas na Circular Interna (CI) n.º 96/93, de 27 de Maio de 1993 (decorrentes do processo de separação do Banco Comercial do Atlântico), para bens reavaliados, veículos ligeiros/pesados-mistos e equipamentos informáticos, a legislação aplicável no que respeita às taxas de amortização está contemplada na Portaria n.º 3/84 de 28 de Janeiro e na NAP 4/89. Considera-se que estas taxas não diferem substancialmente da vida útil estimada dos bens:

	Anos
• Imóveis	25
• Obras em imóveis	25
• Equipamento informático e de escritório	4 a 5
• Mobiliário e instalações interiores	6 a 12
• Viaturas	5

Os terrenos e património artístico não são amortizados.

Na ausência de uma avaliação, o valor dos terrenos foi calculado com base na estimativa fiscal, correspondente a 25 por cento do total do valor dos edifícios ao serviço próprio.

O activo intangível do Banco é composto essencialmente por despesas com aquisição de sistemas de tratamento automático de dados, cujo impacto se repercute para além do exercício em que são gerados. Estas imobilizações são amortizadas no período de 3 anos, pelo método das quotas constantes.

O imobilizado em curso encontra-se registado pelo valor total dos custos já incorridos pelo BCV, cuja transferência para o imobilizado firme é efectuada quando o bem estiver disponível, iniciando a sua amortização.

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, é estimado o valor de recuperação do activo, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade, sempre que o valor líquido do activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados.

O valor recuperável é o mais elevado entre o valor de venda líquido e o valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se espera obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

### Locação financeira

A locação é classificada como financeira se ela transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade; caso contrário, é considerada como operacional.

**Como locador**

Os contratos de locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados. Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registados como proveitos, enquanto as amortizações de capital também incluídas nas rendas são deduzidas ao valor do crédito concedido. O reconhecimento dos juros é feito com base numa taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

**Como locatário**

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo/passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas: (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

À data de referência, o Banco detém dois apartamentos, cujos contratos de arrendamento a terceiros configuram como uma locação financeira.

**Medalhística e numismática**

Os activos referentes à medalhística e numismática são reconhecidos segundo os seguintes critérios:

**Normal**

Inclui-se nesta categoria todos os materiais numismáticos (notas e moedas com curso legal, estojos com moedas em ouro, prata, medalhas, álbuns com moedas correntes, medalhas em prata e bronze) adquiridos pelo BCV junto de determinados fabricantes, que se destinam à comercialização junto de coleccionadores, tanto dentro como fora do país.

**Especial**

Agrega alguns materiais numismáticos recebidos em doação ou ofertados pelo fabricante ao BCV:

- Placas acrílicas com algumas notas do BCV incorporadas;
- Notas e moedas retiradas de circulação que se encontram completamente amortizadas (notas do Banco Nacional Ultramarino, as 1<sup>as</sup> emissões de notas e moedas do BCV);
- Espécimes de notas do BCV oferecidas pelo fabricante no momento da produção das mesmas.

**Acervo**

Espelha amostras ou exemplares de todos os materiais numismáticos, incluindo notas e moedas para o futuro museu do BCV. A valorização contabilística destas moedas segue a mesma lógica aplicada nas duas divisões anteriores, dependendo do tipo do qual foi originada, ou seja:

- Materiais numismáticos ao preço de custo;

- Notas e moedas correntes ao valor facial;
- Numismática especial (produtos ofertados), ao preço estipulado superiormente.

### **Benefícios a empregados**

Os empregados admitidos pelo BCV até Setembro de 1993, bem como todos os seus Administradores, beneficiam de pensões de reforma e de sobrevivência de benefício definido. Os empregados admitidos pelo BCV após Setembro de 1993 encontram-se abrangidos pelo Regime de Previdência Social.

Adicionalmente, os empregados que ingressaram na Instituição até Setembro de 1993 e os Administradores do BCV beneficiam durante o período de vida activa e na reforma de um plano de assistência médica.

#### **Benefícios a empregados - pós emprego**

- Pensões de reforma e de sobrevivência

As pensões de reforma e de sobrevivência atribuídas aos empregados admitidos até Setembro de 1993 e aos Administradores constituem um plano de benefícios definidos, sem fundo autónomo constituído.

O BCV determina anualmente o valor actual das responsabilidades passadas através de avaliação efectuada por actuário independente, utilizando o método de “*Project Unit Credit*”.

Os pressupostos actuariais (financeiros e demográficos) utilizados têm por base expectativas à data do balanço para o crescimento dos salários e a tábua de mortalidade que se adequa à população do BCV. A taxa de desconto é determinada com base em taxas de mercado de obrigações de empresas de baixo risco, de prazo semelhante ao da liquidação das responsabilidades.

O passivo reconhecido no balanço relativamente a responsabilidades com benefícios de reforma e sobrevivência corresponde ao valor presente da obrigação do benefício determinado à data do balanço.

Os ganhos ou perdas actuariais são reconhecidos na íntegra no período em que ocorrem como Outro Rendimento Integral. O acréscimo de responsabilidades com os serviços passados é reconhecido como custos em resultados, no período em que ocorrem.

As pensões de reforma e de sobrevivência dos empregados abrangidos pelo Regime de Previdência Social constituem um plano de contribuição definida, sendo as contribuições reconhecidas como custos em resultados do período em que são devidas. O BCV não terá qualquer obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais, se o fundo não tiver activos suficientes para pagar todos os benefícios dos empregados relacionados com os serviços prestados no período corrente ou em períodos anteriores.

- Assistência médica

As responsabilidades assumidas referentes à assistência médica constituem um plano de benefícios definidos, à semelhança da pensão de reforma e de sobrevivência.

Estas responsabilidades são estimadas anualmente por actuário independente, utilizando o método de “*Project Unit Credit*”.

O valor presente da obrigação do benefício definido é determinado pelo desconto dos



pagamentos futuros dos benefícios, utilizando a taxa de desconto determinada com base em taxas de mercado de obrigações de empresas de baixo risco, de maturidade que se aproxima da responsabilidade assumida.

Os ganhos ou perdas actuariais são reconhecidos na íntegra no período em que ocorrem como Outro Rendimento Integral. O acréscimo de responsabilidades com os serviços passados é reconhecido como custos em resultados no período em que ocorrem.

#### **Benefícios a empregados - emprego**

- Prémio de antiguidade

Em conformidade com a NAP nº12/2005, o BCV assumiu o compromisso de pagar aos seus trabalhadores no activo, quando estes completam 10, 20 e 30 anos ao serviço da instituição, prémio de antiguidade de valor correspondente a uma, duas ou três vezes, respectivamente, o salário mensal recebido à data do pagamento destes prémios.

Os prémios de antiguidade são contabilizados de acordo com a IAS 19, como outros benefícios de longo prazo a empregados. O valor das responsabilidades do BCV com prémio de antiguidade é reconhecido anualmente, à data do balanço, com base no estudo actuarial.

O aumento da responsabilidade com prémios de antiguidade, incluindo ganhos e perdas actuariais, é reconhecido nos resultados.

#### **Despesas com fabrico de notas e moedas**

As despesas com emissão de notas e moedas são reconhecidas como custo quando são liquidadas ao fornecedor.

#### **Notas e moedas em circulação**

O valor de notas e moedas em circulação corresponde à diferença entre os montantes de notas e moedas emitidas, as existências em caixa no BCV e as notas e moedas em trânsito.

As moedas retiradas de circulação, enquanto responsabilidade do BCV perante os detentores das mesmas, são registadas numa conta de Exigibilidades diversas, até que sejam atingidos os respectivos prazos de prescrição.

#### **Reservas**

De acordo com o n.º3 do artigo 57º da Lei Orgânica, o BCV deverá constituir uma Reserva Geral, à qual afectará no final de cada exercício financeiro: (i) um quarto do resultado líquido, quando a Reserva Geral não exceder o capital mínimo realizado ou (ii) um sexto do resultado líquido, quando a Reserva Geral exceder o capital mínimo e não exceder quatro vezes o seu capital realizado.

Caso o BCV incorra em prejuízo num qualquer exercício, o mesmo deve ser imputado à Reserva Geral e se esta for inadequada para cobrir o montante total do prejuízo, o saldo do prejuízo deverá ser levado para a conta de resultados transitados, a qual deverá ser coberta pelo Governo, num prazo máximo de 60 dias, através da entrega de fundos, títulos negociáveis datados e nos termos, condições e câmbios determinados pelo mercado, de montante ou montantes necessários para corrigir o défice.

## Metodologia de avaliação

ACTIVO	Metodologia de avaliação/fonte de informação
Disponibilidades e aplicações	Valor nominal, convertido à taxa de câmbio médio do final do período
Activos financeiros detidos para negociação	Justo valor - Banco Central do Luxemburgo
Activos financeiros disponíveis para venda	Justo valor - Banco Central do Luxemburgo
Direitos de Saque Especiais	Valor nominal, convertido à taxa de câmbio médio do final do período
Participação em Org. Internacionais ME	Valor nominal, convertido à taxa de câmbio médio do final do período
Crédito às Instituições Financeiras	Custo amortizado, deduzido de eventuais perdas de imparidade
Crédito ao Estado	Custo amortizado
Crédito a outras entidades	Custo amortizado, deduzido de eventuais perdas de imparidade
Activos financeiros disponíveis para venda	Custo
Investimento em Associadas	<i>Equity method</i> , deduzido de eventuais perdas de imparidade - SISP
Medalhística/Numismática	Valor nominal - as IFRS não determinam regras específicas
Activos intangíveis e activos fixos tangíveis	Custo de aquisição, deduzido da respectiva amortização e de eventuais perdas de imparidade
Proveitos a receber	Custo amortizado, deduzido de eventuais perdas de imparidade
Despesas com custos diferidos	Custo amortizado, deduzido de eventuais perdas de imparidade
Outras contas de regularização activa	Custo amortizado, deduzido de eventuais perdas de imparidade
PASSIVO	Metodologia de avaliação/fonte de informação
Notas e moedas em circulação	Valor nominal
Responsabilidades para com o exterior ME	Valor nominal, convertido à taxa de câmbio médio do final do período
Responsabilidades para com o exterior MN	Valor nominal
Responsabilidades para com residentes ME	Valor nominal, convertido à taxa de câmbio médio do final do período
Responsabilidade para com residentes MN	Valor nominal
Responsabilidades para com pensões e outros benefícios	Valor presente das responsabilidades determinadas de acordo com estudo actuarial
Outros passivos	Valor nominal



**NOTA 3 – DISPONIBILIDADES E APLICAÇÕES**

O saldo desta rubrica, a 31 de Dezembro, analisa-se como segue:

	milhares de escudos	
	2012	2011
Disponibilidades		
Depósito à ordem no estrangeiro	18.286.717	5.623.068
Notas e moedas estrangeiras em caixa	53.265	38.667
	18.339.982	5.661.735
Aplicações	4.572.086	12.583.617
Total	22.912.068	18.245.352

Fonte: Banco de Cabo Verde.

A variação positiva verificada na rubrica “Disponibilidades e aplicações” decorre da actividade normal do BCV. O aumento de “Depósito à ordem no estrangeiro”, por contrapartida de “Aplicações”, resulta da maturidade destas.

As sub-rubricas “Depósito à ordem no estrangeiro” e “Aplicações” reflectem, essencialmente, os depósitos junto de Bancos Centrais e Comerciais sedeados na União Europeia e nos Estados Unidos da América, conforme se descreve abaixo:

	milhares de escudos	
	2012	2011
Depósitos à ordem		
EUR	12.300.825	3.731.905
USD	5.979.717	1.888.450
Outros	6.175	2.664
Juros	0	49
Total	18.286.717	5.623.068
Aplicações		
EUR	0	8.733.318
USD	4.571.490	3.849.750
Juros de aplicações	596	549
Total	4.572.086	12.583.617

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Os saldos destas contas encontram-se actualizados ao câmbio médio das divisas a 31 de Dezembro de 2012.

## NOTA 4 – TÍTULOS ESTRANGEIROS

	milhares de escudos	
	2012	2011
Activos financeiros disponíveis para venda		
De Instituições Financeiras - Obrigações	5.993.972	6.202.385
De Emissores Públicos Estrangeiros - Obrigações do Tesouro	1.449.412	3.355.774
De Outros Emissores Públicos Estrangeiros - Obrigações	1.080.357	163.760
De Outros Emissores Públicos Estrangeiros - Obrigações	806.339	0
<b>Total</b>	<b>9.330.081</b>	<b>9.721.920</b>

Fonte: Banco de Cabo Verde.

A gestão da carteira de títulos estrangeiros é efectuada pelo Banco Central do Luxemburgo, ao abrigo do acordo celebrado com o Banco de Cabo Verde a 14 de Setembro de 2002, o qual tem vindo a ser sucessivamente actualizado (última adenda data de 2010).

As obrigações da carteira de activos financeiros disponíveis para venda são denominadas em euros e vencem juros a taxas que variam entre 0,32 e 5,25 por cento (2011: entre 1,25 e 5,25 por cento) e com prazos de vencimento conforme o quadro que se segue:

Em 31-12-2012

	milhares de escudos				
	até 1 mês	1 a 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	Total
Activos disponíveis para venda					
<i>Floating Rate Note</i>	220.852	0	1.270.216	2.104.511	3.595.578
<i>Bonds</i>	0	347.633	902.795	4.484.075	5.734.503
<b>Total</b>	<b>220.852</b>	<b>347.633</b>	<b>2.173.011</b>	<b>6.588.586</b>	<b>9.330.081</b>

Em 31-12-2011

	milhares de escudos				
	até 1 mês	1 a 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	Total
Activos financeiros detidos para negociação					
<i>Floating Rate Note</i>	0	1.100.153	276.808	2.487.412	3.864.372
<i>Bonds</i>	0	1.362.193	977.374	3.517.981	5.857.548
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>2.462.346</b>	<b>1.254.182</b>	<b>6.005.393</b>	<b>9.721.920</b>

Fonte: Banco de Cabo Verde.

O decréscimo registado no período em análise deve-se, essencialmente, ao vencimento ou maturidade dos títulos.

**NOTA 5 – ACTIVOS SOBRE ORGANISMOS INTERNACIONAIS**

O saldo desta rubrica a 31 de Dezembro analisa-se como segue:

	milhares de escudos	
	2012	2011
Activos sobre Organismos Internacionais ME		
Fundo Monetário Internacional	1.226.359	1.260.883
Direitos de Saque Especiais	432.048	655.774
<i>Afreximbank-Bank Africaine d'Export-Import</i>		
Realizado	83.118	85.550
Não realizado	(49.871)	(51.330)
	1.691.654	1.950.877

Fonte: Banco de Cabo Verde.

O activo sobre Organismos Internacionais em moeda estrangeira traduz o contravalor em escudos da quota de Cabo Verde no FMI, no valor de *Special Drawing Rights* (SDR) 9.600.000, valorizado ao câmbio à data do Balanço.

Em 2012, a redução do valor relevado em “Direitos de Saque Especiais” (SDR) refere-se, essencialmente, à amortização do empréstimo FMI, no âmbito do *Poverty Reduction and Growth Facility* (ver nota 14).

No período, os juros recebidos sobre as disponibilidades junto do FMI ascendem a SDR 5.768, cerca de 755 milhares de escudos, tendo as comissões suportadas sobre a atribuição cumulativa e empréstimo atingido os SDR 11.552, correspondentes a 1.516 milhares de escudos.

O saldo referente à participação no *Afreximbank* representa o contravalor em milhares de escudos da participação de 1.000.000 de dólares americanos, à taxa de câmbio em vigor à data do Balanço. Deste total, 400.000 de dólares americanos encontram-se realizados.

A participação detida não confere direito ao controlo ou influência significativa nas decisões desse organismo, o que determina a sua contabilização, de acordo com a IAS 39, como Disponível para Venda, sendo registada ao custo de aquisição, que traduz, de forma mais apropriada, a participação do BCV naquela instituição.

**NOTA 6 – CRÉDITO AO ESTADO**

	milhares de escudos	
	2012	2011
Crédito ao Estado		
Banco Africano de Desenvolvimento - BAD	88.498	88.498
Banco Mundial - BM	6.695	6.695
Associação Internacional p/ o Desenvolvimento - IDA	3.348	3.348
	98.541	98.541

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Esta rubrica reflecte os créditos concedidos ao Estado para subscrição de participações

em Organismos Internacionais. Estes créditos não vencem juros e foram concedidos por prazo indeterminado.

## NOTA 7 – CRÉDITO A OUTRAS ENTIDADES

	milhares de escudos	
	2012	2011
Crédito ao pessoal		
Crédito habitação (i)	434.277	381.070
Outros créditos ao pessoal	148.714	160.908
	582.991	541.978
Outros créditos	1.244	1.324
	584.235	543.302

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Nota: (i) vencem juros à taxa que varia entre os 2,5 e 11 por cento.

O BCV concede créditos aos seus empregados no activo e reformados a uma taxa inferior às taxas praticadas no mercado, nomeadamente crédito à habitação, ao consumo e por motivos de saúde, conforme regulamento interno. De acordo com as IFRS, os empréstimos concedidos abaixo da taxa de mercado devem ser registados no momento inicial ao justo valor. Por se tratar de um crédito com risco muito baixo, considerou-se que o valor nominal do crédito é o justo valor do empréstimo. Desta forma, o reconhecimento ao justo valor não tem impacto em balanço, sendo a diferença entre os juros nominais e os juros calculados de acordo com a taxa efectiva para o exercício em análise reconhecida nos proventos de juros por contrapartida de “Custos com pessoal”. A taxa efectiva corresponde à média das taxas praticadas pelos bancos comerciais para créditos com a mesma finalidade.

A sub-rubrica “Outros créditos ao pessoal” inclui crédito ao consumo concedido aos funcionários sob forma de adiantamento de vencimentos, no valor de 135.760 milhares de escudos (147.430 milhares de escudos em 2011) e vencem juros a taxas que variam entre 0 e 7,5 por cento (entre 0 e 7,5 por cento em 2011); crédito ao pessoal para finalidades diversas, no montante de 8.357 milhares de escudos (8.564 milhares de escudos em 2011); adiantamento por motivos de saúde; comparticipação de empregados para tratamento no exterior; e cumprimento de obrigações fiscais, nos montantes de 4.187, 265 e 145 milhares de escudos, respectivamente (3.658, 0 e 1.257 milhares de escudos, respectivamente, em 2011), estes últimos sem qualquer remuneração.

Os créditos para finalidades diversas incluem créditos para aquisição de automóvel, que vencem juros à taxa de 2 por cento (2 por cento em 2011).

Os créditos à saúde, quando não justificados, vencem juros à taxa de redesconto em vigor na instituição que, em 2012, ascendeu a 7,5 por cento (7,5 por cento em 2011).

A rubrica “Outros créditos” reflecte o *Leasing* Financeiro, no valor de 1.244 milhares de escudos (1.324 milhares de escudos em 2011), referente a dois apartamentos arrendados, em regime de locação financeira, situados em Achada de S. António.

## NOTA 8 – TÍTULOS NACIONAIS

No valor de CVE 7.429.220 milhares, esta rubrica acusa um decréscimo de 1,69 por

cento, o qual se deve ao vencimento da quarta parcela das Obrigações do Tesouro. O saldo desta rubrica decompõe-se em:

	milhares de escudos	
	2012	2011
Do Estado de Cabo Verde		
Títulos Consolidados de Mobilização Financeira	4.872.467	4.738.590
Obrigações do Tesouro	2.520.000	2.800.000
Outros	36.753	18.360
De outros residentes	13.880	13.880
Imparidade acumulada	(13.880)	(13.880)
	7.429.220	7.556.950

Fonte: Banco de Cabo Verde.

A sub-rubrica “Títulos Consolidados de Mobilização Financeira” (TCMF) reflecte as unidades de participação no *International Support for Cape Verde Stabilization Trust Fund* (CVDTF) detidas pelo Banco, criadas ao abrigo da lei n.º 69/V/98, no âmbito do processo da redução do peso da dívida interna e alavancagem da economia cabo-verdiana. Estas unidades de participação são remuneradas à taxa de 90 por cento do resultado líquido do CVDTF que, em 2012, foi de 2,91 por cento (2,90 por cento em 2011).

Não obstante o carácter de perpetuidade dos TCMF, o Estado obriga-se, ao abrigo do artigo 19º da lei acima referida, a adquirir os TCMF num período máximo de 20 anos, a contar da data de aprovação da mesma lei. A 31 de Dezembro de 2012, esta sub-rubrica acusa um aumento face a 31 de Dezembro de 2011, o qual se deve ao facto dos juros de 2011 só terem sido recebidos em 2013.

A sub-rubrica “Obrigações do Tesouro”, no valor nominal de 2.520.000 milhares de escudos (2.800.000 milhares de escudos em 2011), refere-se às diversas obrigações emitidas em Agosto de 1999 pelo Estado de Cabo Verde, com o objectivo de liquidar os créditos titulados por Protocolos existentes a 31 de Dezembro de 1998. As diversas emissões detidas em carteira têm vencimento anual a partir de 2009 até 2021, no montante de 280.000 milhares de escudos cada, sendo remuneradas à taxa do rendimento anual do CVDTF que, em 2012, foi de 3,173 por cento (3,17 por cento em 2011). No exercício de 2012 verificou-se a amortização da respectiva prestação, no montante de 280.000 milhares de escudos (2011: amortização de 280.000 milhares de escudos).

A sub-rubrica “Outros” reflecte os 5 por cento do rendimento líquido do CVDTF referente ao exercício de 2012, que ascende a 36.753 milhares de escudos (18.360 milhares de escudos em 2011). No período, acusa uma variação significativa, a qual se deve à alteração de estimativa do activo associado ao direito, nos termos da lei. A 31 de Dezembro de 2012, a sub-rubrica acusa um aumento face a 31 de Dezembro de 2011, o qual se deve ao facto dos juros de 2011 só terem sido recebidos em 2013.

Por sua vez, a rubrica “De outros residentes” representa, em 2012 e 2011, a participação detida pelo BCV na empresa SOCAPESCA, no montante de 13.880 milhares de escudos. Encontra-se em situação de imparidade, totalmente provisionada, dado que a empresa está em fase de liquidação.

## NOTA 9 – INVESTIMENTO EM ASSOCIADAS

O saldo desta conta refere-se à participação do BCV em 40 por cento no capital social da SISP – Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamento –, visando a promoção do desenvolvimento do sistema financeiro e do sistema de pagamentos em particular. Esta participação encontra-se registada pelo método de equivalência patrimonial, com base nas informações, ainda não auditadas, enviadas pela SISP.

## NOTA 10 – MEDALHÍSTICA E NUMISMÁTICA

O saldo desta conta refere-se às existências de medalhas e moedas comemorativas emitidas pelo Banco de Cabo Verde. O decréscimo registado no exercício de 2012 face ao ano anterior deve-se, essencialmente, à venda de material numismático aos coleccionadores.

## NOTA 11 – IMOBILIZADO

No período, o movimento desta rubrica apresenta-se como segue:

Em 31-12-2012	milhares de escudos				
	Software	Imóveis	Equipamentos	Património artístico	TOTAL
Saldo em 31-12-2011	65.594	171.009	129.978	4.795	371.377
Custo de aquisição	126.429	399.651	446.989	4.795	977.864
Amortização acumulada	(60.834)	(228.642)	(317.011)	0	(606.487)
Movimentos em 2012	9.228	(1.378)	(26.689)	0	(18.840)
Aquisições	21.436	9.844	12.941	0	44.221
Venda/abate	(1.429)	(3.275)	(12.303)	0	(17.008)
Amortização do exercício	(10.779)	(11.187)	(37.477)	0	(59.443)
Anulação de amortização	0	3.240	10.150	0	13.390
Saldo em 31-12-2012	74.823	169.631	103.289	4.795	352.537

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Em 31-12-2011	milhares de escudos				
	Software	Imóveis	Equipamentos	Património artístico	TOTAL
Saldo em 31-12-2010	47.036	157.355	127.027	4.795	336.212
Custo de aquisição	96.112	374.810	419.012	4.795	894.728
Amortização acumulada	(49.075)	(217.455)	(291.985)	0	(558.516)
Movimentos em 2011	18.558	13.654	2.952	0	35.165
Aquisições	30.317	24.841	40.116	0	95.274
Venda/abate	0	0	(12.138)	0	(12.138)
Amortização do exercício	(11.759)	(11.187)	(37.126)	0	(60.072)
Anulação de amortização	0	0	12.100	0	12.100
Saldo em 31-12-2011	65.594	171.009	129.978	4.795	371.377

Fonte: Banco de Cabo Verde.

De salientar que, em 2005, o BCV abateu as despesas incorridas com o projecto da Nova Sede do BCV, no valor de 116.583 milhares de escudos, conforme deliberação do CA.

**NOTA 12 – OUTROS**

	milhares de escudos	
	2012	2011
Operações cambiais com a SISP	62.616	42.530
Outros	30.659	431.459
	93.275	473.989

Fonte: Banco de Cabo Verde.

A rubrica “Operações cambiais com a SISP” reflecte o contravalor em escudos da compra antecipada de moeda estrangeira pela SISP, conforme deliberação do Conselho de Administração.

A rubrica “Outros” representa saldos a regularizar, provenientes de diversas operações activas, nomeadamente, os juros dos Bilhetes do Tesouro emitidos para apoio da política monetária, de 12.531 milhares de escudos (97.636 milhares de escudos em 2011), as receitas a receber da actividade de supervisão, de 7.923 milhares de escudos (3.916 milhares de escudos em 2011) e as despesas antecipadas com custos administrativos, no valor de 5.609 milhares de escudos (6.656 milhares de escudos em 2011). Inclui, ainda, diversas operações activas a regularizar, no montante de 3.592 milhares de escudos (6.158 milhares de escudos em 2011), bem como o valor de 684 milhares de escudos (2.917 milhares de escudos em 2011) referente a caixa ATM.

Adicionalmente, em 2011, inclui a 3ª prestação do reembolso de Obrigações do Tesouro, no valor de 280.000 milhares de escudos.

**NOTA 13 – NOTAS E MOEDAS EM CIRCULAÇÃO**

	milhares de escudos	
	2012	2011
Notas e moedas emitidas	(11.759.561)	(13.074.715)
Notas em caixa	2.206.162	3.506.170
Moeda metálica em caixa	12.929	17.163
Notas e moedas em trânsito	1.566	1.566
	(9.538.904)	(9.549.816)

Fonte: Banco de Cabo Verde.

A rubrica “Notas e moedas em circulação” corresponde à diferença entre o valor das notas e moedas emitidas e o valor das notas e moedas existentes na Tesouraria e em trânsito.

A seguir é apresentada a distribuição de notas e moedas, por denominação, em circulação:

	31-12-2012		31-12-2011	
	Quantidade (unidades)	Valor (milhares de escudos)	Quantidade (unidades)	Valor (milhares de escudos)
NOTAS	7.214.104	9.041.720	6.881.254	9.060.827
200\$00	1.416.295	283.259	1.328.400	265.680
500\$00	692.308	346.154	623.855	311.927
1.000\$00	2.637.738	2.637.738	2.317.462	2.317.462
2.000\$00	2.188.082	4.376.164	2.297.309	4.594.618
5.000\$00	279.681	1.398.405	314.228	1.571.140
MOEDAS	47.186.856	497.184	45.987.983	488.989
1\$00	27.304.572	27.305	26.195.043	26.195,0
5\$00	6.869.831	34.349	6.944.008	34.720,0
10\$00	5.173.678	51.737	5.113.627	51.136,3
20\$00	3.636.746	72.735	3.661.538	73.230,8
50\$00	2.460.190	123.010	2.351.866	117.593,3
100\$00	1.672.369	167.237	1.651.658	165.165,8
200\$00	50.911	10.182	52.044	10.408,8
250\$00	11.573	2.893	11.213	2.803,3
1.000\$00	6.486	6.486	6.486	6.486,0
2.500\$00	500	1.250	500	1.250,0
Total	54.400.960	9.538.904	52.869.237	9.549.816

Fonte: Banco de Cabo Verde.

## NOTA 14 – RESPONSABILIDADES PARA COM O EXTERIOR

	milhares de escudos	
	2012	2011
Responsabilidades para com o exterior ME		
Atribuição cumulativa-FMI	(1.171.259)	(1.204.233)
Depósitos à Ordem - FMI	(1.108.848)	(1.131.701)
Empréstimo de m/l prazo Org. Internacionais	(284.745)	(503.565)
	(2.564.853)	(2.839.499)
Responsabilidades para com o exterior MN		
Depósitos à Ordem	(238.299)	(622.974)
	(2.803.152)	(3.462.473)

Fonte: Banco de Cabo Verde.

A sub-rubrica “Atribuição cumulativa – FMI” reflecte a responsabilidade referente à atribuição dos Direitos de Saque Especiais perante o FMI (SDR 9.168.679), decorrente da participação naquele Organismo Internacional. A variação no exercício deve-se à flutuação cambial.



A sub-rubrica “Empréstimo de m/l prazo Organismos Internacionais” regista o financiamento concedido pelo FMI, no âmbito do *Poverty Reduction and Growth Facility*, por um período de 10 anos, com 5,5 anos de carência e vence juros à taxa de 0,5 por cento a.a.. Em 2012 apresenta um saldo de SDR 2.229.000 (284.745 milhares de escudos), tendo registado um decréscimo de 43,45 por cento face a 2011, o qual se deve ao efeito da amortização das treze prestações do empréstimo obtido junto do FMI em 2002, no valor de SDR 1.605.000, e suportado comissões, no montante de SDR 11.552, equivalente a 1.516 milhares de escudos (2011: amortização das 14 prestações no valor de SDR 1.728.000, tendo suportado comissões no montante de SDR 39.574).

A rubrica “Responsabilidades para com o exterior MN” representa os depósitos à ordem em moeda nacional de Organismos Internacionais junto do BCV. O decréscimo registado em 2012 deve-se, essencialmente, à transferência de valores pela CEDEAO.

## NOTA 15 – RESPONSABILIDADES PARA COM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

O saldo desta rubrica decompõe-se como segue:

	milhares de escudos	
	2012	2011
Responsabilidades p/c/ Instituições Financeiras MN		
Depósitos à ordem	(5.756.117)	(14.596.045)
Facilidades permanentes de liquidez - absorção	(17.000.000)	0
Operações passivas de política monetária	(1.997.399)	(1.742.520)
Títulos de Intervenção Monetária	(699.780)	(1.199.581)
Títulos de Regularização Monetária	(1.297.620)	(542.939)
	(24.753.517)	(16.338.565)
Responsabilidades p/c/ Instituições Financeiras ME		
Depósitos à ordem	(1.333)	(1.340)
	(24.754.849)	(16.339.905)

Fonte: Banco de Cabo Verde.

A sub-rubrica “Depósitos à ordem” traduz os depósitos em escudos constituídos pelas instituições financeiras, que servem o duplo objectivo de conta de liquidação e de retenção das disponibilidades mínimas de caixa (DMC), os quais não são remunerados. O regime de reservas mínimas de caixa visa, essencialmente, a estabilização das taxas de juro do mercado monetário e maior eficiência dos instrumentos de transmissão de política monetária. Constituem base de incidência das DMC as responsabilidades por depósitos e outras responsabilidades para com residentes e não residentes, em moeda nacional e estrangeira, com excepção das com o BCV e com as outras instituições sujeitas a DMC, conforme a Circular Série A, nº 157 de 08-11-2010.

A sub-rubrica “Facilidades permanentes de liquidez – absorção” apresenta um saldo de 17.000.000 escudos, o qual se deve aos depósitos *overnight*, remunerados à taxa de 3,25 por cento.

A sub-rubrica “Operações passivas de política monetária” reflecte as aplicações em

Títulos de Intervenção Monetária (TIM), com o objectivo de absorver e remunerar os excedentes de liquidez, por um prazo até 1 ano, bem como em Títulos de Regularização Monetária (TRM) de muito curto prazo (até 14 dias) que, para além de absorver e remunerar a liquidez excedentária, tem o objectivo de diminuir a volatilidade das taxas de juro no mercado monetário interbancário.

No período, os TRM e os TIM foram remunerados à taxa média de 5,69 e 5,90 por cento, respectivamente (2011: 4,25 e 6,21 por cento, respectivamente).

A sub-rubrica “Depósitos à ordem” releva o contravalor dos depósitos à ordem em moeda estrangeira constituídos pelas instituições financeiras no BCV.

	milhares de escudos	
	2012	2011
Responsabilidades p/c/ o Estado MN		
Tesouro-Conta Caixa	(1.144.680)	(3.924.002)
Tesouro-Conta Investimento	(1.499.964)	(2.102.676)
Tesouro- Credores	(89.778)	(182.495)
Tesouro-Fundo de Reg. Dívida Pública Interna	(22.182)	(22.182)
	(2.756.605)	(6.231.355)
Responsabilidades p/c/ o Estado ME		
Tesouro-Conta Investimento	(510.640)	(539.134)
Tesouro-Fundo de Reg. Dívida Pública Interna - CVTF	0	(340)
	(510.640)	(539.474)
	(3.267.245)	(6.770.829)

Fonte: Banco de Cabo Verde.

## NOTA 16 – RESPONSABILIDADES PARA COM O ESTADO

A rubrica “Responsabilidades p/c/o Estado MN” reflecte, basicamente, os depósitos à ordem do Estado enquanto caixa do Tesouro (art. 29º da Lei Orgânica do BCV) e os depósitos relativos a Projectos do Tesouro financiados por instituições estrangeiras, os quais não são remunerados. A sub-rubrica “Tesouro - Credores” reflecte o depósito cativo do Tesouro junto do BCV.

A rubrica “Responsabilidades p/c/o Estado ME” representa o contravalor de depósitos à ordem em moeda estrangeira de Projectos do Tesouro financiados por instituições estrangeiras, não remunerados.

## NOTA 17 – RESPONSABILIDADES PARA COM PENSÕES E OUTROS BENEFÍCIOS

Os empregados admitidos pelo BCV até Setembro de 1993, bem como todos os seus Administradores, beneficiam de pensões de reforma e de sobrevivência de benefício definido. Os empregados admitidos pelo BCV após Setembro de 1993 encontram-se abrangidos pelo Regime de Previdência Social.

Adicionalmente, os Administradores do BCV durante o período de vida activa e os empregados admitidos até Setembro de 1993 e na reforma, beneficiam de um plano de assistência médica.

Por fim, será ainda de salientar a responsabilidade do BCV para com o pagamento de antiguidade aos trabalhadores no activo, quando estes completam 10, 20 e 30 anos ao serviço da instituição, correspondente a um, dois ou três salários mensais, respectivamente.

O BCV adopta como política contabilística para o reconhecimento das suas responsabilidades com estes complementos, os critérios consagrados pelo IAS19.

Os quadros que se seguem representam a evolução das responsabilidades com pensões e outros benefícios e as informações utilizadas nos cálculos actuariais.

### Cálculo Actuarial e Movimentos no Período

Em 31-12-2012	milhares de escudos				
	Pensão de Reforma	Pensão de Sobrevivência	Fundo Assitência Médica	Prémio de Antiguidade	Total
Valor presente das obrigações actuariais a 31.12.2011	3.102.069	223.503	328.422	32.203	3.686.197
Custos dos Serviços Correntes	47.555	2.394	13.347	1.892	65.187
Custo dos Juros	155.103	11.175	16.421	1.610	184.310
Contribuição dos Participantes	6.750	0	5.894	0	12.643
(Ganhos) e Perdas Actuariais	89.847	( 63.077)	( 13.568)	( 1.281)	11.921
Pagamento de Benefícios	( 137.666)	( 14.209)	( 22.242)	( 2.119)	( 176.236)
Valor presente das obrigações actuariais a 31.12.2012	3.263.658	159.786	328.273	32.305	3.784.021
Em 31-12-2011	milhares de escudos				
	Pensão de Reforma	Pensão de Sobrevivência	Fundo Assitência Médica	Prémio de Antiguidade	Total
Valor presente das obrigações actuariais a 31.12.2010	3.199.726	206.098	245.643	32.586	3.684.053
Custos dos Serviços Correntes	53.950	2.359	8.983	1.864	67.156
Custo dos Juros	159.986	10.305	14.739	1.629	186.659
Contribuição dos Participantes	7.063	0	7.150	0	14.212
(Ganhos) e Perdas Actuariais	( 191.243)	18.715	80.831	( 866)	( 92.563)
Pagamento de Benefícios	( 127.414)	( 13.975)	( 28.923)	( 3.010)	( 173.322)
Valor presente das obrigações actuariais a 31.12.2011	3.102.069	223.503	328.422	32.203	3.686.197

Fonte: Banco de Cabo Verde.

### Ganhos e Perdas Actuariais Reconhecidos em Outro Rendimento Integral

	milhares de escudos				
	Pensão de Reforma	Pensão de Sobrevivência	Fundo Assitência Médica	Prémio de Antiguidade	Total
Reconhecimento em 2011	(191.243)	18.715	80.831	0	(91.697)
Reconhecimento em 2012	89.847	(63.077)	(13.568)	0	13.202

Fonte: Banco de Cabo Verde.

### Despesas Reconhecidas no Resultado do Exercício (ver Nota 30)

Em 31.12.2012		milhares de escudos			
	Pensão de Reforma	Pensão de Sobrevivência	Fundo Assistência Médica	Prémio de Antiguidade	Total
Custos dos Serviços Correntes	47.555	2.394	13.347	1.892	65.187
Custo dos Juros	155.103	11.175	16.421	1.610	184.310
Ganhos e perdas actuariais	0	0	0	( 1.281)	( 1.281)
Custo Total	202.658	13.569	29.768	2.221	248.215

Em 31.12.2011		milhares de escudos			
	Pensão de Reforma	Pensão de Sobrevivência	Fundo Assistência Médica	Prémio de Antiguidade	Total
Custos dos Serviços Correntes	53.950	2.359	8.983	1.864	67.156
Custo dos Juros	159.986	10.305	14.739	1.629	186.659
Ganhos e perdas actuariais	0	0	0	(866)	(866)
Custo Total	213.937	12.664	23.722	2.627	252.949

Fonte: Banco de Cabo Verde..

Os ganhos e perdas actuariais a 31 de Dezembro de 2012 decompõem-se como segue:

milhares de escudos					
	Pensão de Reforma	Pensão de Sobre- vivência	Assistência Médica	Prémio de Antiguidade	Total
Ganhos e perdas actuariais	89.847	( 63.077)	( 13.568)	( 1.281)	11.921
Impacto resultante da alteração da taxa de desconto	( 373.781)	( 18.300)	( 51.654)	( 143)	( 443.878)
Impacto resultante da alteração da taxa de crescimento salarial	( 23.311)	( 1.141)	-	( 964)	( 25.416)
Impacto resultante da variação da massa salarial	454.474	5.931	-	36	460.440
Impacto resultante de outras naturezas	32.465	( 49.567)	38.086	( 210)	20.775

Fonte: Banco de Cabo Verde.

## ESTUDO ACTUARIAL BCV - PRESSUPOSTOS UTILIZADOS

	2012	2011
Pressupostos	Fundo Pensões	Fundo Pensões
Actuariais		
Tabela de Mortalidade	TV73/77 100,0%	TV73/77 100,0%
Tabela de Invalidez	EKV80 50,0%	EKV80 50,0%
Tabela de <i>Turnover</i>	PCRTurnOver 100,0%	PCRTurnOver 100,0%
Financeiros		
Taxa de desconto	4,0%	3,0%
Taxa de Crescimento Salarial (longo prazo)	2,0%	2,5%
Taxa de Crescimento das Pensões	1,5%	1,5%
Taxa de Inflação (curto prazo)	3,5%	
Dados Gerais		
Idade Normal de Reforma	A definida no NAP 20/90	A definida no NAP 20/90
Número de Pagamentos do Benefício	12+1	12+1
Número de Pagamento do Salário	12	12
Índice de dependência	1,8	
Diferença de Idades	4	
Comparticipação Participantes	6%	6%
Pressupostos	Assistência Médica	Assistência Médica
Actuariais		
Tabela de Mortalidade	TV73/77 100,0%	TV73/77 100,0%
Tabela de Invalidez	EKV80 50,0%	EKV80 50,0%
Tabela de <i>Turnover</i>	PCRTurnOver 100,0%	PCRTurnOver 100,0%
Financeiros		
Taxa de desconto	4,0%	3,0%
Taxa de Crescimento Salarial	2,0%	2,5%
Taxa de Inflação (longo prazo)	3,0%	3,0%
Taxa de Inflação (curto prazo)	3,5%	
Dados Gerais		
Idade Normal da Reforma	A definida no NAP 20/90	A definida no NAP 20/90
Comparticipação Participantes	2,0%	2,0%
Número de Pagamentos do Salário	12	12
Número de Pagamentos de Pensão	12+1	12+1
Índice de dependência	1,79	
Diferença de Idades	4	3
Pressupostos	Prémio Antiguidade	Prémio Antiguidade
Actuariais		
Tabela de Mortalidade	TV73/77 100,0%	TV73/77 100,0%
Tabela de Invalidez	EKV80 50,0%	EKV80 50,0%
Tabela de <i>Turnover</i>	PCRTurnOver 100,0%	PCRTurnOver 100,0%
Financeiros		
Taxa de desconto	4,0%	3,0%
Taxa de Crescimento Salarial	2,0%	2,5%
Taxa de Inflação (curto prazo)	3,5%	

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Notas:

(2012) Tabelas reproduzidas a partir dos Relatórios Actuariais (22 Fevereiro 2013) - *Assistants*;

(2011) Tabelas reproduzidas a partir dos Relatórios Actuariais (Março 2013) - PCReal e Lourde Afonso.

População Dezembro 2012	Masculino	Feminino	Total
BCV	101	101	202
Colaborador	36	40	76
Efectivo	28	37	65
Licença Ilimitada	7	3	10
Requisitado	1	0	1
Pensionista	1	25	26
Pensionista - Orfandade	1	0	1
Pensionista - Viuvez	0	25	25
Reformado	64	36	100
Reformado Velhice	64	36	100
INPS	28	38	66
Colaborador	28	38	66
Comissão Especial Serviço	0	2	2
Contratado	8	7	15
Efectivo	15	29	44
Licença Ilimitada	1	0	1
Requisitado	4	0	4
Total	129	139	268

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Nota: 1 - Informações reportadas a partir de processamento de salários e pensões de Outubro de 2012.

População a Dezembro de 2011	Masculino	Feminino	Total
BCV	104	98	202
Colaborador	37	45	82
Efectivo	29	40	69
Licença Ilimitada	7	4	11
Requisitado	1	1	2
Pensionista	1	24	25
Pensionista - Orfandade		3	3
Pensionista - Viuvez	1	21	22
Reformado	66	29	95
Reformado Velhice	66	29	95
INPS	30	38	68
Colaborador	30	38	68
Comissão Especial Serviço		2	2
Contratado	10	9	19
Efectivo	15	26	41
Licença Ilimitada	1	0	1
Requisitado	4	1	5
Total	134	136	270

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Nota: 1- Dados obtidos a partir do ficheiro "População Activa BCV\_12.2011.xlsx"

**Análise de Sensibilidade das Responsabilidades:**

Em 31-12-2012	milhares de escudos				
	Pensão de Reforma	Pensão de Sobrevivência	Fundo Assistência Médica	Prémio de Antiguidade	Total
Valor presente das obrigações	3.263.658	159.786	328.273	32.305	3.784.021
Variação da taxa de desconto					
+ 1%	( 349.399)		( 41.193)	( 1.919)	( 392.511)
- 1%	419.700		52.379	2.428	474.507
Variação da evolução salarial					
+ 1%	60.558		36.655	1.928	99.141
- 1%	( 61.056)		( 32.945)	( 1.857)	( 95.858)

Fonte: Banco de Cabo Verde.

**NOTA 18 – OUTROS PASSIVOS**

	milhares de escudos	
	2012	2011
Exigibilidades diversas	(325.054)	(326.426)
Custos a pagar	(43.489)	(51.637)
Receitas com proveito diferido	(14.623)	(14.893)
Outras contas de regularização passiva	(47.155)	(41.705)
	(430.322)	(434.661)

Fonte: Banco de Cabo Verde.

A rubrica “Exigibilidades diversas” inclui:

- 289.718 milhares de escudos referentes às notas retiradas de circulação, cuja responsabilidade do BCV perante os detentores permanece até expirar o respectivo prazo de prescrição de 10 anos, conforme art.º 9º da Lei Orgânica (296.341 milhares de escudos em 2011);
- 35.013 milhares de escudos relativos à aplicação de 2 por cento sobre os prémios simples de seguro automóvel obrigatório, que serve para cobertura de sinistros (quando o responsável é desconhecido ou não beneficie de seguro válido ou ainda tenha sido declarada falência da seguradora) e outros custos no âmbito do “Fundo de Garantia Automóvel”. O Fundo de Garantia Automóvel integrou-se no Banco de Cabo Verde por imposição do Decreto-lei nº 56/96 de 26 de Dezembro, subsidiariamente pelo Decreto-lei nº 17/2003, não tendo o BCV qualquer responsabilidade para com o Fundo de Garantia Automóvel, para além do valor acima registado (29.757 milhares de escudos em 2011); e
- 324 milhares de escudos respeitantes ao abono para falhas concedido aos funcionários de caixas de tesouraria (328 milhares de escudos em 2011).

A rubrica “Custos a pagar” inclui a especialização de custos administrativos, no valor de 34.730 milhares de escudos (43.029 milhares de escudos em 2011), e as comissões a pagar relativas à gestão da carteira pelo Banco Central do Luxemburgo, no montante de 8.760 milhares de escudos (8.608 milhares de escudos em 2011).

A rubrica “Receitas com proveitos diferidos” agrega as transferências de valores à guarda, registadas em contas Extrapatrimoniais para o activo (Numismática). A regularização desta conta é efectuada aquando da venda do material numismático.

A rubrica “Outras contas de regularização passiva”, no valor de 47.155 milhares de escudos (41.705 milhares de escudos em 2011), reflecte diversos valores aguardando regularização para serem integrados nas respectivas contas, nomeadamente, o valor de 35.799 milhares de escudos (6.643 milhares de escudos em 2011), referente à apreensão de divisas por transporte ilegal, e o montante de 16.123 milhares de escudos (21.584 milhares de escudos em 2011), correspondente à diferença de saldos de compensação que será regularizada no primeiro dia útil seguinte.

Importa realçar que as rendas de propriedades, no montante de 3.193 milhares de escudos, bem como o valor de 4.150 milhares de escudos, referente à venda de cadernos de encargos com o processo de construção da nova sede, foram reconhecidos, em 2012, como proveito.

## NOTA 19 – CAPITAIS PRÓPRIOS

### Capital

De acordo com a Lei Orgânica, o capital do BCV, no valor de 200.000 milhares de escudos, foi integralmente subscrito e realizado pelo Estado de Cabo Verde.

### Reserva de reavaliação

A reserva de reavaliação, no valor de 169.666 milhares de escudos (26.128 milhares de escudos em 2011) acusa uma variação positiva significativa face a 2011, reflectindo as variações positivas dos activos disponíveis para venda.

### Resultados transitados

Em 2012, os movimentos nesta rubrica resultam da transferência do prejuízo do exercício anterior e do registo dos movimentos relacionados com as perdas actuariais, apuradas de acordo com o estudo actuarial (ver Nota 17).

Os movimentos ocorridos nas rubricas de reservas e resultados transitados foram os seguintes:

	milhares de escudos	
	2012	2011
Reservas de reavaliação		
Saldo em 1 de Janeiro	(26.128)	(160.371)
Variação justo valor ADPV*	(143.538)	134.243
	(169.666)	(26.128)
Resultados transitados		
Saldo em 1 de Janeiro	1.120.757	1.202.650
Resultado líquido ano anterior	142.878	9.804
(Ganhos) e perdas reconhecidos em Outros Rendimentos Integrais	13.202	(91.697)
	1.276.836	1.120.757

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Nota: \* Activos financeiros disponíveis para venda.



## NOTA 20 – RESULTADO LÍQUIDO DE JUROS E DE CUSTOS E PROVEITOS EQUIPARADOS

milhares de escudos

	2012	2011
<b>Juros e proveitos equiparados</b>		
Operações com o exterior		
Títulos Estrangeiros		
Instituições Financeiras - Obrigações	(123.520)	(203.307)
Emissores Públicos Estrangeiros - Obrigações do Tesouro	(51.992)	(116.116)
Outros Emissores Públicos Estrangeiros - Obrigações	(41.947)	(2.875)
Outros não Residentes - Obrigações	(30.000)	0
	(247.459)	(322.298)
Depósitos a Prazo	(19.322)	(78.162)
Depósitos à ordem	(33.701)	(9.399)
Outros	(755)	(3.293)
	(301.237)	(413.152)
Operações com residentes		
Títulos nacionais		
Obrigações do Tesouro	(88.831)	(97.636)
Direito a receber dos 5 por cento do CV <i>Trust Fund</i>	(18.393)	(18.362)
	(107.223)	(115.998)
Crédito ao Pessoal		
Crédito habitação	(30.917)	(21.253)
Outros créditos	(14.209)	(14.560)
	(45.126)	(35.812)
Crédito às Instituições Financeiras	(30.266)	(61.723)
Crédito a outras entidades	(76)	(787)
	(182.692)	(214.320)
	(483.928)	(627.473)
<b>Juros e custos equiparados</b>		
Responsabilidades para com Residentes		
Responsabilidades para com Instituições Financeiras		
Título de Intervenção Monetária	86.047	4.220
Título de Regularização Monetária	50.219	61.659
Facilidades permanentes de absorção de liquidez	15.750	5.938
Depósito à ordem M/N	206	4.220
	152.222	71.817
Responsabilidades para com o Estado	34.101	1.572
	186.323	73.389
Resultado líq.de juros e de custos e proveitos equiparados	(297.607)	(554.083)

Fonte: Banco de Cabo Verde.

O decréscimo do “Resultado líquido de juros e de custos e proveitos equiparados” deve-se, essencialmente, à diminuição dos juros de títulos estrangeiros e de aplicações e ao aumento dos custos com a execução da política monetária.

Os juros dos títulos nacionais são calculados com base na remuneração do CVDTF (3,173 por cento em 2012 e 3,17 por cento em 2011).

Em 2012, as taxas médias de emissão dos títulos de operações passivas de política monetária atingem: TIM: 5,90 por cento (6,21 por cento em 2011); TRM: 5,69 por cento (4,25 por cento em 2011); Taxa de absorção de liquidez: 3,25 por cento (1,75 por cento em 2011).

A rubrica “Responsabilidades para com o Estado” espelha os juros de Bilhetes do Tesouro para apoio à política monetária.

## NOTA 21 – RESULTADO LÍQUIDO EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS

	milhares de escudos	
	2012	2011
Resultado realizado em operações cambiais	(100.487)	42.484
Ganhos em operações financeiras		
Não realizados	0	(28.708)
Realizados	(130.347)	(407)
Ganhos realizados em outros valores activos	(985)	(1.147)
	(131.332)	(30.262)
Perdas em operações financeiras		
Não realizadas	0	74.673
Realizadas	260.750	3.615
	260.750	78.288
Resultado líquido em operações financeiras	28.931	90.509

Fonte: Banco de Cabo Verde.

A melhoria do “Resultado líquido em operações financeiras” deve-se à variação positiva do resultado em operações cambiais, associada às mais-valias apuradas na efectivação de operações em dólares, ao aumento dos ganhos em operações financeiras, pese embora o aumento das perdas em operações financeiras.

Os “Ganhos realizados em outros valores activos” reflectem o reconhecimento das mais-valias na venda de material numismático.

## NOTA 22 – RESULTADO LÍQUIDO DE COMISSÕES

	milhares de escudos	
	2012	2011
Comissões recebidas		
Transacções de intermediação	(18)	(10)
Comissões pagas		
Gestão de fundo	34.884	34.405
Atribuição cumulativa - FMI	1.516	4.891
Outras	1.753	1.893
	38.155	41.189
Resultado líquido de comissões	38.136	41.179

Fonte: Banco de Cabo Verde.

As “Transacções de intermediação” reflectem as comissões provenientes de ordens de pagamento do exterior a favor de clientes de instituições de crédito.

A “Gestão de fundo” refere-se à comissão paga no âmbito do contrato de gestão da carteira assinado com o Banco Central do Luxemburgo, enquanto as “Outras” reflectem as despesas com os correspondentes.

## NOTA 23 – RENDIMENTO DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

	milhares de escudos	
	2012	2011
Títulos nacionais		
Títulos Consolidados de Mobilização Financeira	(133.878)	(133.632)
Activos sobre Organismos Internacionais	(2.369)	(1.938)
	(136.247)	(135.570)

Fonte: Banco de Cabo Verde.

O acréscimo dos “Rendimentos de instrumentos de capital” reflecte a remuneração dos TCMF’s a uma taxa superior à de 2011 (2,91 por cento em 2012 e 2,90 por cento em 2011).

A sub-rubrica “Activos sobre Organismos Internacionais” reflecte os dividendos da participação no *Afreximbank*.

## NOTA 24 - RESULTADO EM EMPRESAS ASSOCIADAS

Reflecte a apropriação do resultado líquido da Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamento, na proporção da participação do BCV naquela instituição.

## NOTA 25 - RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

	milhares de escudos	
	2012	2011
Ganhos não realizados em operações cambiais		
Ganhos em reservas cambiais	(730.908)	(1.539.933)
Perdas não realizadas em operações cambiais		
Perdas em reservas cambiais	1.257.361	1.458.894
	526.453	(81.038)

Fonte: Banco de Cabo Verde.

A variação verificada deve-se à reavaliação de activos e passivos denominados em dólares ao câmbio médio à data das demonstrações financeiras (2012: 83,118 escudos; 2011: 85,550 escudos).

As operações são registadas em conformidade com a política contabilística descrita na Nota 2.2.

## NOTA 26 - OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

	milhares de escudos	
	2012	2011
Outros proveitos e ganhos de exploração		
Receitas da actividades de Supervisão	(19.517)	(19.772)
Outros proveitos e ganhos operacionais	(19.374)	(8.304)
	(38.891)	(28.075)
Outros custos e perdas de exploração		
Subsídios e Donativos	2.715	3.308
Contribuição p/assistência financeira internacional	1.336	0
Outros custos e perdas operacionais	2.066	437
	6.117	3.745
Outros resultados de exploração	(32.774)	(24.330)

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Em 2012, os “Outros proveitos e ganhos operacionais” espelham, basicamente, as receitas provenientes da recuperação de crédito vencido, no valor de 9.633 milhares de escudos, de reconhecimento da renda de apartamentos que não tinha sido reconhecida, no montante de 3.192 milhares de escudos, de reconhecimento de receitas provenientes da venda de cadernos de encargos para construção da nova sede do BCV no valor de 4.150 milhares de escudos e de multas e encargos cobrados por transporte ilegal de valores ao abrigo do Decreto-lei 25/98, no valor de 1.079 milhares de escudos.

A sub-rubrica “Subsídios e donativos” agrega os apoios concedidos às actividades de carácter cultural e artístico e de promoção social.

Por sua vez, a sub-rubrica “Outros custos e perdas operacionais” representa, particularmente, os custos suportados com indemnização no processo de apreensão de divisas em 1983.

**NOTA 27 - CUSTOS COM PESSOAL**

	milhares de escudos	
	2012	2011
Remunerações		
De empregados	262.455	248.911
De órgãos de gestão e fiscalização	15.528	24.411
	277.983	273.322
Encargos sociais		
Pensões de reforma (ver Nota 18)	202.658	213.937
Pensões de sobrevivência (ver Nota 18)	13.569	12.664
Assistência médica (ver Nota 18)	29.768	23.722
Prémio de antiguidade (ver Nota 18)	2.221	2.627
Contribuição para Previdência Pública	18.946	17.428
Outros	5.811	5.980
	272.972	276.358
Outros custos com pessoal	54.597	51.641
	605.552	601.321

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Os custos com pessoal acusam um acréscimo de 0,70 por cento face a 2011 (2011: 4,98 por cento face a 2010), o qual se deve à actualização salarial, à política de promoção e progressão na carreira e ao reforço do quadro de pessoal.

Os “Encargos sociais” referem-se a:

- Custo do serviço corrente e de juros, decorrentes do estudo actuarial de 2012, com pensões de reforma e sobrevivência, assistência médica e prémio de antiguidade;
- Encargos para a Previdência Social, que são comparticipados pelo BCV em 15 por cento;
- Outros encargos sociais, que incluem, seguro de vida dos funcionários, no montante de 4.457 milhares de escudos (4.318 milhares de escudos em 2011), abono de família aos empregados que ingressaram na Instituição até 1993, no valor de 636 milhares de escudos (733 milhares de escudos em 2011), os subsídios de funeral, no montante de 393 milhares de escudos (610 milhares de escudos em 2011) e os custos com seguro de acidentes de trabalho, de 325 milhares de escudos (320 milhares de escudos em 2011).

A rubrica “Outros custos com pessoal” abarca os custos com formação e valorização do pessoal, no montante de 12.212 milhares de escudos (19.117 milhares de escudos em 2011), os custos com actividades de carácter social, no valor de 6.725 milhares de escudos (5.884 milhares de escudos em 2011), 31.123 milhares de escudos (23.280 milhares de escudos em 2011) relativos à bonificação de taxas de juro e 3.751 milhares de escudos (3.360 milhares de escudos em 2011) relacionados, essencialmente, com a melhoria das condições de salubridade nos locais de trabalho e avaliação dos imóveis para concessão de crédito à habitação aos funcionários.

## NOTA 28 – FORNECIMENTO E SERVIÇOS DE TERCEIROS

	milhares de escudos	
	2012	2011
Fornecimentos de terceiros		
Água e electricidade	16.851	13.618
Material informático	3.478	4.994
Material de consumo corrente	2.972	2.415
Publicações	1.958	2.172
Outros	2.972	3.292
	28.230	26.491
Serviços de terceiros		
Comunicações	30.174	26.927
Honorários	27.545	28.729
Conservação e reparação	19.918	28.209
Serviços especializados	17.226	14.271
Deslocações, estadias e representações	11.994	9.273
Publicidade e edições	10.907	4.963
Outros	17.481	19.930
	135.245	132.303
	163.475	158.794

Fonte: Banco de Cabo Verde.

O saldo de “Honorários” inclui serviços de advogados no montante de 1.167 milhares de escudos (1.612 milhares de escudos em 2011), os custos com serviços de auditoria, no valor de 5.575 milhares de escudos (5.558 milhares de escudos em 2011) e os custos relacionados com serviços de consultoria, no montante de 21.381 milhares de escudos (21.295 milhares de escudos em 2011), associados, essencialmente, aos serviços de consultoria para a Revisão da Legislação Bancária em Cabo Verde, ao Estudo Diagnóstico de políticas e práticas de Gestão de Recursos Humanos do BCV, à assistência jurídica à Auditoria do Mercado de Valores Mobiliários e à preparação do projecto de Lei de Bases do Sistema Financeiro e da Lei de Actividade e Instituições Financeiras, entre outros.

## NOTA 29 – CUSTOS COM EMISSÃO E DESTRUÇÃO DE NOTAS E MOEDAS

No montante de 634 milhares de escudos, acusa um acréscimo de 632 milhares de escudos face a 2011, espelhando os custos suportados com destruição de notas em 2012.

## NOTA 30 – RESULTADO

### NOTA 30.1 – RESULTADO DO EXERCÍCIO

O resultado do exercício ascende a 942.143 milhares de escudos negativos e acusa um decréscimo significativo em relação a 2011, o qual se deve, essencialmente, à deterioração: (i) do resultado de reavaliação cambial e (ii) da margem entre os juros e proveitos equiparados e os juros e custos equiparados.

**NOTA 30.2 – RENDIMENTO INTEGRAL**

A Demonstração do Rendimento Integral (DRI) tem como objectivo evidenciar o resultado económico do BCV, de modo a proporcionar maior transparência aos resultados. Na DRI são evidenciados os ganhos e perdas reconhecidos directamente no capital próprio, cujos itens estão demonstrados na nota 19.

**NOTA 31 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Na Demonstração de Fluxo de Caixa em moeda estrangeira, o item “Caixa e Equivalentes de Caixa” compreende, para além das notas e moedas em caixa, os depósitos à ordem e as disponibilidades junto do FMI.

**NOTA 32 – CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS**

Em 31 de Dezembro de 2012, as contas extrapatrimoniais apresentavam a seguinte discriminação:

	milhares de escudos	
	2012	2011
Garantias e avales prestados	(2.500)	(2.500)
Valores recebidos em caução	204.653	204.653
Valores recebidos em depósito	(57.095.424)	(55.744.439)
Crédito abatido ao activo	690.854	705.421
Outras contas extrapatrimoniais	(60.469.785)	(63.441.440)
Contas de regularização	86.730	86.730

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Os “Valores recebidos em caução” dizem respeito aos imóveis hipotecados ao BCV no âmbito dos créditos concedidos antes da separação do Banco Comercial do Atlântico.

A rubrica “Valores recebidos em depósito” inclui: (i) os títulos desmaterializados emitidos pelo Estado de Cabo Verde (OT, BT e TCMF), (ii) as promissórias do Estado a favor de organismos internacionais, e (iii) os títulos de participação no Cabo Verde *Development Trust Fund*.

O “Crédito abatido ao activo” representa créditos vencidos, totalmente provisionados, dos quais 543.759 milhares de escudos relativos ao crédito de natureza comercial que, por força do protocolo assinado aquando da separação da vertente comercial em 1993, ficaram domiciliados no Banco de Cabo Verde, e 147.094 milhares de escudos referentes ao crédito concedido sob forma de acordos de pagamentos bilaterais assinados com o Governo de Cuba (linha de crédito), em dólares.

A rubrica “Outras contas extrapatrimoniais” inclui 59.123.480 milhares de escudos referente a notas e moedas prontas a emitir que se encontram nos cofres do BCV.

A rubrica “Contas de Regularização” regista o saldo líquido de valores activos e passivos decorrentes do processo de cisão ocorrido em 1993, quando foram destacadas do BCV as vertentes comercial e de desenvolvimento, dando origem ao Banco Comercial do Atlântico. Naquela data, os valores encontravam-se em balanço a aguardar regularização, tendo sido decidido pelo Conselho de Administração retirar o saldo líquido dos valores

activos e passivos do Balanço, por utilização de uma provisão, tendo sido relevados em extrapatrimoniais, por forma a reflectir os direitos e as responsabilidades inerentes ao BCV.

### **NOTA 33 – PARTES RELACIONADAS**

#### **NOTA 33.1 – ESTADO**

Ao abrigo do artigo 29º da Lei Orgânica, o BCV desempenha, a título gratuito, o serviço de Caixa do Tesouro em todas as localidades em que tenha agências e aceita os depósitos do Estado e de outros organismos do sector público administrativo, nos termos da lei.

Enquanto instituição depositária, o BCV recebe e desembolsa valores, assegurando o respectivo registo contabilístico e efectuando pagamentos, até ao limite dos montantes depositados, mediante ordens de pagamento sobre as referidas contas.

À data das demonstrações financeiras, os depósitos do Estado ascendem a 3.267.246 milhares de escudos (6.770.829 milhares de escudos em 2011) (ver nota 16).

O BCV operacionaliza a colocação de títulos da dívida pública no mercado financeiro, cabendo, entretanto, ao Tesouro a definição de características, preço e prazo dos títulos em leilão.

#### **NOTA 33.2 – SOCIEDADE INTERBANCÁRIA E SISTEMAS DE PAGAMENTOS**

O BCV detém uma participação de 40 por cento no capital social da Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos (SISP), visando a promoção do desenvolvimento do sistema financeiro e do sistema de pagamentos em particular (ver nota 9).

Neste quadro, desde 2004 o Banco de Cabo Verde tem vindo a liquidar diariamente as transacções em escudos caboverdianos ocorridas por conta de BIN'S emitidos pela VISA junto aos terminais, com a entrada em produção de *acquiring* VISA na rede vinti4.

De acordo com a deliberação do Conselho de Administração, o montante global da posição financeira liquidado pelo BCV é depositado semanalmente pela SISP e sem despesas para o Banco junto a um correspondente no exterior, a critério do BCV (ver nota 12).

À data das demonstrações financeiras, a participação ascendia a 134.625 milhares de escudos, enquanto as “Operações cambiais com a SISP” atingem o valor de 154.260 milhares de escudos.

Em 2012, o Banco recebeu dividendos no montante de 18.084 milhares de escudos (14.974 milhares de escudos em 2011).



**NOTA 33.3 – PESSOAL-CHAVE**

À data das demonstrações financeiras, o BCV possuía três Administradores (incluindo o Governador), uma Auditora Geral de Mercado de Valores Mobiliários e nove Directores de Departamento, que beneficiam de empréstimos e outras regalias vigentes na Instituição.

Para os Directores que ingressaram no quadro de pessoal até 1993, o BCV é responsável pelo pagamento de pensão de reforma e sobrevivência e assegura as despesas com assistência médica, conforme o plano de benefício a empregado (ver nota 17).

Os benefícios pagos incluem salários, encargos sociais, subsídio de residência, assistência médica e prémio de antiguidade.

O quadro que a seguir se insere reflecte alguns benefícios concedidos ao pessoal-chave de gestão:

	milhares de escudos	
	2012	2011
<b>CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>		
Retribuição Base e Subsídio	12.906	19.223
Subsídio Residência	108	108
Deslocação e Estadia	3.497	3.701
Prémio Antiguidade		468
Crédito	26.043	33.340
<b>DIRECTORES E EQUIPARADOS</b>		
Retribuição Base e Subsídio	36.155	34.776
Deslocação e Estadia	2.959	861
Prémio Antiguidade	395	782
Outros		
Crédito	39.616	43.717

Fonte: Banco de cabo Verde.

**NOTA 34 – GESTÃO DE RISCO**

O Banco de Cabo Verde é responsável pela definição e implementação da Política Monetária, ancorada nos objectivos de garantia da estabilidade dos preços e manutenção da solidez e da credibilidade do regime cambial, exigindo este último a constituição de um volume óptimo de reservas cambiais que garanta a plena convertibilidade do escudo cabo-verdiano. Para além do fim último de assegurar a credibilidade do regime cambial, as reservas externas têm também como objectivo garantir os pagamentos externos do Estado enquanto caixa do Tesouro, contribuindo para reduzir a vulnerabilidade da economia a choques externos.

A gestão das reservas externas do BCV pauta-se pelos princípios da Prudência, da Consciência e da Ética Profissional, que servem de orientação para a definição dos objectivos essenciais de gestão, nomeadamente, a Preservação do capital, a Liquidez e a Rentabilidade.

Por outro lado, a avaliação de riscos pelo BCV compreende o equilíbrio dos objectivos de política macroeconómica, tais como a política monetária e cambial, e os aspectos microeconómicos, como a definição de *benchmarks* e a avaliação da gestão. Neste âmbito, a protecção dos activos internos e externos de uma instituição requerem a definição de políticas, procedimentos e sistemas de gestão de riscos adequados, pelo que a metodologia de gestão e controlo de riscos traçada é fundamental para defender a fiabilidade da informação financeira.

No concernente à plataforma de gestão das reservas externas, encontra-se definida uma clara divisão de responsabilidades entre o *Front Office*, que assume os riscos financeiros, o *Back Office*, responsável pelo processamento de operações, e o *Middle Office* que procede à avaliação e controle de riscos. Todo o processo, desde a avaliação, acompanhamento, controlo e informação sobre a exposição ao risco, é conduzido de forma independente, no âmbito da segregação de funções.

Tendo em conta as áreas de negócio específicas, o BCV tem definido dois importantes grupos de instrumentos financeiros, com características e políticas de risco distintas:

- **Instrumentos financeiros destinados à gestão das Reservas Externas**

A gestão das reservas externas do BCV é realizada por via da utilização de um conjunto de instrumentos financeiros que melhor se adequam aos objectivos da gestão. Estes instrumentos obedecem às Normas Orientadoras de Gestão de Reservas (NOGR), aprovadas pelo Conselho de Administração, onde estão estabelecidos os objectivos e preferências, as restrições e limites a serem observados nos investimentos em carteira.

- **Instrumentos financeiros destinados à execução da Política Monetária**

Para a manutenção da estabilidade dos preços, o BCV dispõe de um quadro operacional de Política Monetária aprovado pelo Conselho de Administração, com um conjunto de instrumentos de cedência e de absorção da liquidez bancária, onde se incluem os Títulos de Regularização Monetária (TRM), Títulos de Intervenção Monetária (TIM), Facilidades Permanentes de Liquidez e Reservas Mínimas.

As notas que se seguem apresentam os principais riscos financeiros a que a gestão de reservas está exposta, bem como a política de gestão adoptada pelo BCV.

### **NOTA 34.1 – RISCO DE LIQUIDEZ**

O risco de liquidez reflecte a impossibilidade ou dificuldade de mobilização de fundos num dado momento ou a potencial incapacidade de financiar activos por prazos de maturidade e a taxas apropriadas ou de liquidar atempadamente posições em carteira a preços razoáveis.

- **Gestão de Reservas Externas**

A política de gestão do risco de liquidez do BCV tem por objectivo garantir o cumprimento de todos os compromissos financeiros assumidos. Para o efeito, existe uma política de diversificação de vencimentos e definição de limites, com o objectivo de garantir a transacção de activos em carteira no mercado sem acarretar movimentos bruscos nos respectivos preços.

A monitorização deste risco é efectuada através da análise da estrutura por prazos dos investimentos.

À data de 31 de Dezembro, a estrutura por prazos dos investimentos apresentava a seguinte posição:

Instrumento	milhares de escudos			
	2012		2011	
	ME	MN*	ME	MN
Depósito à Vista	165.843.776	18.287	95.132.898	10.490
Depósito a Prazo	41.459.370	4.572	69.778.576	7.694
Obrigações	84.615.066	9.330	88.161.521	9.721
Total	291.918.213	32.188	253.072.995	27.905

Fonte: Banco de Cabo Verde.

#### • Política Monetária

As intervenções de Política Monetária do BCV são realizadas por via dos instrumentos à sua disposição e visam assegurar o equilíbrio da liquidez no sistema bancário e a consequente estabilidade de preços.

O quadro seguinte reflecte a desagregação das intervenções de política monetária por instrumentos, taxa praticada e montante, a 31 de Dezembro.

Instrumentos	2012		2011	
	Taxa	Montante em milhões de escudos	Taxa	Montante em milhões de escudos
TRM 7D	-	-	4,25%	1.200
TRM 14D	5,75%	700	-	-
TIM 28D	-	-	7,25%	445
TIM 30D	5,47%	400	-	-
TIM 30D	5,54%	300	-	-
TIM 43D	-	-	6,50%	100
TIM 60D	5,75%	300	-	-
TIM 60D	5,50%	300	-	-
Facilidades Permanentes de Absorção	3,25%	17.000	1,75%	-
Total Absorção		19.000		1.745
Facilidades Permanentes de Cedência	8,75%	-	7,25%	-
Reverse Repo 7D	-	-	-	-
Total Cedência	-	-	-	-

Fonte: Banco de Cabo Verde.

### NOTA 34.2 – RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito encontra-se associado à possibilidade de incumprimento das obrigações de um dado emitente ou contraparte.

#### • Instrumentos financeiros de gestão das Reservas Externas

Conforme definido nas NOGR, as operações estão sujeitas a critérios de elegibilidade e limites de exposição. Existem limites por contraparte e para a carteira como um todo, que consideram o montante de recursos que pode ser aplicado em cada instituição, bem como o *rating* mínimo e o prazo máximo admissíveis.

A avaliação do risco de crédito é sustentada, essencialmente, na classificação das agências de *rating*, devendo os investimentos em títulos ser efectuados em activos e instituições com notação de pelo menos uma das seguintes instituições de *rating*: a *Standard & Poor's*, a *Moody's Investor Services* e a *Fitch Ratings*.

A 31 de Dezembro de 2012 e de 2011, a carteira de depósitos apresentava as seguintes características:

#### Estrutura por contraparte:

Instituição	Investimen- to Acumu- lado em milhões de CVE	Investimento Acumulado EUR	Limite*	Disponível	2012 Peso
DZ Bank (Frankfurt)	416	3.769.034	17.630.717	13.861.683	2%
BCEE (Luxembourg)	1.247	11.307.101	17.630.717	6.323.616	6%
Citibank (New York)	489	4.435.712	17.630.717	13.195.005	3%
Rabobank (London)	416	3.769.034	17.630.717	13.861.683	2%
ANZ Banking Group	831	7.538.067	17.630.717	10.092.650	4%
Total Bancos Privados	3.398	30.818.947			17%
Deutsche Bundesbank	2.207	20.017.229			11%
Banque de France	1.247	11.307.101			6%
Banque Centrale du Luxembourg	2.760	25.029.368			14%
De Nederlandsche Bank	3.944	35.765.007			20%
Bank for International Settlement	416	3.769.034			2%
Federal Reserve Bank of New York	5.469	49.600.482			28%
Total Bancos Centrais e Supragov.	16.042	145.488.221			83%
Total	19.441	176.307.168			100%

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Nota: \* Limite em relação ao valor da carteira.

2011

Instituição	Investimento Acumulado em milhões de CVE	Investimento Acumulado EUR	Limite*	Disponível	Peso
DZ Bank (Frankfurt)		0	14.073.347	14.073.347	0%
BBVA (Madrid)		0	14.073.347	14.073.347	0%
Credit Agricole (Paris)		0	14.073.347	14.073.347	0%
BCEE (Luxembourg)	977	8.864.286	14.073.347	5.209.061	5%
Bank of Nova Scotia (Canada)		0	14.073.347	14.073.347	0%
Citibank (New York)	115	1.038.610	14.073.347	13.034.738	1%
Societe Generale (Paris)		0	14.073.347	14.073.347	0%
Commerzbank (Frankfurt)		0	14.073.347	14.073.347	0%
Svenska Handelsbanken (Stockholm)	426	3.864.286	14.073.347	10.209.061	2%
Danske Bank (Copenhagen)		0	14.073.347	14.073.347	0%
Den Norske Bank (Oslo)	551	5.000.000	14.073.347	9.073.347	3%
SEB (London)		0	14.073.347	14.073.347	0%
Rabobank (London)	551	5.000.000	14.073.347	9.073.347	3%
Nordea AB (Stockholm)		0	14.073.347	14.073.347	0%
ANZ Banking Group	852	7.728.573	14.073.347	6.344.775	4%
Credit Suisse (Zurich)		0	14.073.347	14.073.347	0%
Total Bancos Privados	3.473	31.495.755			18%
Deutsche Bundesbank	1.103	10.000.000			6%
Banque de France	3.233	29.321.431			17%
De Nederlandsche Bank	5.971	54.150.000			31%
Federal Reserve Bank of New York	1.738	15.766.288			9%
Total Bancos Centrais e Supragov.	12.045	109.237.719			62%
Total	15.518	140.733.474			80%

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Nota: \*10% da CL Global.

## Estrutura por Rating

2012				
Instituição	País	S&P	Moody's	Fitch
Societe General (Paris)	França	A1	P1	F1+
BNP Paribas (Paris)	França	A1	P1	F1+
Rabobank (London)	Reino Unido	A1+	P1	F1+
Svenska Handelsbanken (Stockholm)	Suécia	A1+	P1	F1+
Den Norske Bank (Oslo)	Noruega	A1	P1	F1
DZ Bank (Frankfurt)	Alemanha	A1+	P1	F1+
Credit Agricole (Paris)	França	A1	P1	F1+
ING Bank N.V.	LU/BE	A1	P1	F1+
BCEE (Luxembourg)	Luxemburgo	A1+	P1	n.r.
ANZ Banking Group	Reino Unido	A1+	P1	F1+
SEB (London)	Reino Unido	A1	P1	F1
HSBC (London)	Reino Unido	A1	P1	F1+
Nordea AB (Stockholm)	Suécia	A1+	P1	F1+
UBS AG	Suíça	A1	P1	F1
Credit Suisse (Zurich)	Suíça	n.r.	n.r.	F1
Bank of Montreal (London)	Reino Unido	A1	P1	F1+
Royal Bank of Canada	Reino Unido	A1+	P1	F1+
Bank of Nova Scotia	Reino Unido	A1	P1	F1+

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Nota: n.r. - not rated

2011				
Instituição	País	S&P	Moody's	Fitch
Societe General (Paris)	França	A1	P1	F1+
BNP Paribas (Paris)	França	A1+	P1	F1+
Commerzbank (Frankfurt)	Alemanha	A1	P1	F1+
Rabobank (London)	Reino Unido	A1+	P1	F1+
Svenska Handelsbanken (Stockholm)	Suécia	A1+	P1	F1+
Den Norske Bank (Oslo)	Noruega	A1	P1	F1
DZ Bank (Frankfurt)	Alemanha	A1+	P1	F1+
Credit Agricole (Paris)	França	A1	P1	F1+
Banco Santander	ES/UK	A1+	P1	F1+
BCEE (Luxembourg)	Luxemburgo	A1+	P1	n.r.
ANZ Banking Group	Reino Unido	A1+	P1	F1+
SEB (London)	Reino Unido	A1	P1	F1
BBVA (Madrid)	Espanha	A1	P1	F1
Danske Bank (Copenhagen)	Dinamarca	A1	P1	F1
Nordea AB (Stockholm)	Suécia	A1+	P1	F1+
Credit Suisse (Zurich)	Suíça	A1	P1	F1

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Nota: n.r. - not rated.

Em termos de instrumentos de investimento, a 31 de Dezembro, a Carteira de Títulos apresentava a seguinte composição:

2012

Tipo de Instrumento	Rating	Moeda	Valor Nominal	Cupão	Emissor	Data de Maturidade
BOND	AA+	EUR	4.000.000	3,88%	DEXIA MUNICIPAL AGENCY	12-Mar-14
BOND	AAA	EUR	5.000.000	3,25%	LAND NIEDERSACHSEN	07-Abr-14
BOND	AA-	EUR	2.500.000	4,50%	NORDEA BANK AB	12-Mai-14
BOND	AA+	EUR	6.000.000	3,63%	SWEDISH EXPORT CREDIT	27-Mai-14
BOND	AAA	EUR	2.000.000	2,75%	SWEDBANK HYPOTEK AB	10-Set-14
BOND	AA	EUR	2.500.000	4,25%	BELGIUM KINGDOM	28-Set-14
BOND	AA+	EUR	7.000.000	1,63%	EFSF	04-Fev-15
BOND	AAA	EUR	3.000.000	2,50%	SPAREBANK 1 BOLIGKREDITT	23-Jun-15
BOND	AAA	EUR	3.000.000	4,10%	CAISSE REFINANCE L'HABIT	25-Out-15
BOND	AA+	EUR	3.000.000	3,00%	CAISSE D'AMORT DETTE SOC	25-Fev-16
BOND	AA-	EUR	3.000.000	5,25%	AUST & NZ BANKING GROUP	20-Mai-13
BOND	AAA	EUR	2.000.000	2,00%	GCE COVERED BONDS	30-Set-13
BOND	AA+	EUR	1.400.000	4,13%	AUTOBAHN SCHNELL AG	21-Out-13
BOND	AAA	EUR	2.500.000	5,00%	CAISSE REFINANCE L'HABIT	25-Out-13
BOND	AAA	EUR	2.000.000	3,75%	LUXEMBOURG GOVERNMENT	04-Dez-13
FRN	AA-	EUR	2.000.000	0,61%	SVENSKA HANDELSBANKEN AB	14-Jan-13
FRN	AA	EUR	4.000.000	0,34%	RABOBANK NEDERLAND	08-Out-13
FRN	AA+	EUR	5.000.000	0,53%	HSH NORDBANK AG	12-Nov-13
FRN	A+	EUR	2.500.000	0,32%	HSBC FRANCE	06-Dez-13
FRN	AA-	EUR	4.000.000	0,33%	GE CAPITAL EURO FUNDING	03-Abr-14
FRN	AA	EUR	2.000.000	0,54%	RABOBANK NEDERLAND	19-Mai-14
FRN	AA+	EUR	5.000.000	0,39%	UNICREDIT BANK AG	24-Ago-15
FRN	AA	EUR	3.000.000	0,79%	BELGIUM KINGDOM	15-Fev-16
FRN	AA	EUR	5.000.000	0,49%	ERSTE ABWICKLUNGSANSTALT	15-Ago-16

Fonte: Banco de Cabo Verde.

2011

Tipo de Instru- mento	Rating	Moeda	Valor Nominal	Cupão	Emissor	Data de Ma- tutidade
BDS>1	AAA	EUR	2.500.000	3,75%	FRENCH TREASURY NOTE	12-Jan-13
BDS>1	AAA	EUR	3.000.000	4,38%	EUROPEAN INVESTMENT BANK	15-Abr-13
BDS>1	AA-	EUR	3.000.000	5,25%	AUST & NZ BANKING GROUP	20-Mai-13
BDS>1	AAA	EUR	3.000.000	1,25%	KFW	17-Jun-13
BDS>1	AAA	EUR	2.000.000	2,00%	GCE COVERED BONDS	30-Set-13
BDS>1	AAA	EUR	5.000.000	3,63%	EUROPEAN INVESTMENT BANK	15-Out-13
BDS>1	AAA	EUR	1.400.000	4,13%	ASFINAG	21-Out-13
BDS>1	AAA	EUR	2.500.000	5,00%	CAISSE REFINANCE L'HABIT	25-Out-13
BDS>1	AAA	EUR	2.000.000	3,75%	LUXEMBOURG GOVERNMENT	04-Dez-13
BDS>1	AA+	EUR	4.000.000	3,88%	DEXIA MUNICIPAL AGENCY	12-Mar-14
BDS>1	AAA	EUR	2.000.000	2,75%	SWEDBANK HYPOTEK AB	10-Set-14
BDS<1	A+	EUR	3.000.000	4,25%	REPUBLIKA SLOVENIJA	05-Fev-12
BDS<1	AAA	EUR	1.000.000	3,13%	NIBC BANK NV	17-Fev-12
BDS<1	AA-	EUR	1.000.000	3,25%	BNP PARIBAS	27-Mar-12
BDS<1	AA+	EUR	2.000.000	4,13%	RABOBANK NEDERLAND	04-Abr-12
BDS<1	A	EUR	3.000.000	3,50%	CASSA DEPOSITI PRESTITI	24-Abr-12
BDS<1	A+	EUR	2.000.000	2,75%	BONOS Y OBLIG DEL ESTADO	30-Abr-12
BDS<1	AAA	EUR	2.500.000	5,00%	REPUBLIC OF AUSTRIA	15-Jul-12
BDS<1	AAA	EUR	3.000.000	4,63%	BK NEDERLANDSE GEMEENTEN	13-Set-12
BDS<1	AAA	EUR	3.000.000	4,25%	FINNISH GOVERNMENT	15-Set-12
FRN	AA-	EUR	2.500.000	2,14%	SANTANDER INTL DEBT SA	26-Abr-12
FRN	A+	EUR	2.500.000	1,64%	CREDIT AGRICOLE (LONDON)	27-Abr-12
FRN	AA-	EUR	3.000.000	1,67%	BNP PARIBAS	21-Jun-12
FRN	AA-	EUR	2.000.000	1,70%	DEXIA CREDIT LOCAL	28-Jun-12
FRN	AA+	EUR	2.500.000	1,74%	RABOBANK NEDERLAND	08-Out-12
FRN	AA-	EUR	2.000.000	1,97%	SVENSKA HANDELSBANKEN AB	14-Jan-13
FRN	A-	EUR	1.000.000	1,83%	HSBC FINANCE CORP	28-Out-13
FRN	AA+	EUR	5.000.000	1,85%	HSH NORDBANK AG	12-Nov-13
FRN	AA-	EUR	2.500.000	1,59%	HSBC FRANCE	06-Dez-13
FRN	AA	EUR	4.000.000	1,50%	GE CAPITAL EURO FUNDING	03-Abr-14
FRN	AA+	EUR	2.000.000	1,81%	RABOBANK NEDERLAND	19-Mai-14
FRN	A	EUR	4.000.000	2,47%	CCTS EU	15-Dez-15
FRN	AA-	EUR	3.000.000	2,06%	BELGIUM KINGDOM	15-Fev-16

Fonte Banco de Cabo Verde.

Por prazos, os instrumentos subdividem-se como segue (*Standard & Poor's*):



	2012		2011	
	Rating *	Percentagem	Rating *	Percentagem
Longo Prazo	AAA	44%	AAA	38%
	AA	45%	AA	44%
	A	10%	A	18%
Total		100%		100%

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Nota: \*Standard & Poor's

O risco de crédito é, igualmente, gerido por via da selecção de emitentes originários de países elegíveis, definidos nas NOGR.

A distribuição geográfica à data do relatório apresentava-se da seguinte forma:

Distribuição Geográfica	2012	2011
	em percentagem	
Zona Euro	70	82
US	19	7
UK	1	2
Restantes	10	9
TOTAL	100	100

Fonte: Banco de Cabo Verde.

#### • Instrumentos financeiros de execução da Política Monetária

A carteira de títulos do BCV (TRM e TIM) não comporta um risco de crédito associado, devido à grande credibilidade do emitente enquanto autoridade monetária.

### NOTA 34.3 – RISCO DE MERCADO

O risco de mercado representa a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital de uma instituição, devido a movimentos desfavoráveis no preço de mercado dos activos financeiros, provocados por flutuações nas taxas de juro e taxas de câmbio. Pode ser medido como o ganho ou a perda potencial de uma carteira de activos associados a um movimento de preços com uma determinada probabilidade, num determinado horizonte temporal. O risco de mercado é constituído por diferentes classes de risco, nomeadamente de taxas de juro e de câmbio, sendo o seu controlo e manutenção, em níveis considerados adequados, assegurados pela imposição de limites estratégicos e táticos.

#### 34.3.1 Risco de taxa de juro

É o risco resultante das alterações nas taxas de juro que afectam o justo valor e o fluxo financeiro futuro dos instrumentos.

O risco de taxa de juro é medido e monitorizado através da Modified Duration (MD), que à data do relatório apresentava os seguintes valores, por tipo de carteira:

Carteira	MD
Investimento	0,75
Liquidez	0,03

Fonte: Banco de Cabo Verde

### 34.3.2 Risco de taxa de câmbio

O risco cambial traduz as oscilações do valor dos activos e passivos denominados em moeda estrangeira.

O risco de câmbio é acompanhado pela abordagem de gestão de activos e passivos, no qual se exige sempre, no curto prazo, posições cobertas (*matched positions*) das principais moedas, o euro (EUR) e o dólar americano (USD).

A composição cambial dos activos, a 31 de Dezembro, era de 67 por cento em euros e 33 por cento em dólares.

Moedas	milhões de escudos			
	2011		2011	
	ME	MN	ME	MN
EUR	196.172.096	21.631	201.209.998	22.186
USD	95.690.108	10.551	51.838.799	5.716
Outros	56.008	6	24.198	3
Total		32.188		27.905

Fonte: Banco de Cabo Verde.

### NOTA 34.4 – RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é o risco de perdas originadas pelo mau funcionamento de sistemas informáticos, de sistemas de transmissão e da inadequação ou falhas dos processos internos, das pessoas ou em consequência de eventos externos. Para a prevenção e controlo desse risco, o BCV possui sistemas de controlos internos, de acordo com as características de suas actividades, bem como regulamentos que estabelecem as competências de cada departamento e as atribuições de seus gestores e, ainda, normas que definem os critérios e procedimentos para as actividades da instituição.

Em 2012 foi implementado o Sistema Integrado de Gestão de Reservas, que opera também como um sistema de gestão de risco e privilegia a automatização dos procedimentos, fundamental na minimização dos riscos operacionais. O cumprimento dos normativos internos e a observância dos sistemas de controlo interno são acompanhados pelo Departamento de Auditoria Interna, a quem compete zelar pela regularidade dessas acções. Adicionalmente, os departamentos zelam individualmente pelo cumprimento dos normativos instituídos referentes às operações sob sua responsabilidade, reunindo-se periodicamente para avaliar os níveis de controlos instituídos e propor as medidas necessárias ao ajustamento e adequação dos procedimentos.

Neste âmbito, visando contribuir para o reforço e a implementação de um sistema baseado na credibilidade, segurança e integridade da informação, o Comité de Segurança e *Compliance*, criado em Dezembro de 2009, tem a missão de adoptar os princípios de boa Governança Corporativa e dar continuidade ao processo de fortalecimento da imagem da instituição, nomeadamente a nível da melhoria do sistema de controlo interno, da identificação e resposta aos riscos inerentes às actividades e da qualidade da informação prestada.



## **Relatório de Auditoria**

### **Introdução**

1 Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Banco de Cabo Verde ("Banco"), as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2012, a Demonstração dos resultados, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, bem como um resumo das principais políticas contabilísticas e outra informação explicativa.

### **Responsabilidades do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras**

2 O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriada destas demonstrações financeiras de acordo com os princípios contabilísticos constantes do Plano de Contas do Banco de Cabo Verde e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro.

### **Responsabilidades do Auditor**

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião sobre estas demonstrações financeiras, com base na nossa auditoria a qual foi conduzida de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Essas Normas exigem que cumpramos com requisitos éticos e que planeemos e executemos a auditoria para obter garantia razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material.

4 Uma auditoria envolve a execução de procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou a erro. Ao fazer essas avaliações do risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras pelo Banco a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contabilísticas usadas e da razoabilidade das estimativas contabilísticas efetuadas pelo Conselho de Administração, bem como a avaliação da apresentação global das demonstrações financeiras.

5 Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal  
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, [www.pwc.com/pt](http://www.pwc.com/pt)  
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000  
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob o nº 9077

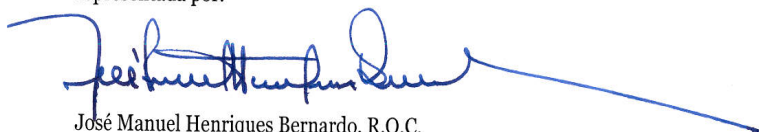
PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

### **Opinião**

6 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira do Banco de Cabo Verde em 31 de dezembro de 2012, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa do exercício findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos constantes do Plano de Contas do Banco de Cabo Verde, os quais se encontram resumidos na Nota 2.2 das Notas às demonstrações financeiras.

15 de março de 2013

PricewaterhouseCoopers & Associados  
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda  
representada por:



José Manuel Henriques Bernardo, R.O.C.



